

SOCIOLOGIA GERAL II

Augusto da Silva, sj

Évora | 2012

Ficha Técnica

Título: Sociologia Geral II

Autor: Augusto da Silva

Edição: Universidade de Évora – Departamento de Sociologia

Abril de 2012

Design da capa: Pedro Lopes

Tiragem: 90 exemplares

ISBN: 978-972-98698-6-0

Preâmbulo

Com a edição *on-line* e em papel de documentos didático-pedagógicos, intitulada *Colectânea D-Soc*, o Departamento de Sociologia da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora renova a sua atividade editorial com uma nova metodologia de divulgação e acesso a recursos científicos e pedagógicos.

Desde logo, a presente atividade deve ser entendida como uma preocupação dos docentes do Departamento de Sociologia em procurar construir uma nova plataforma de comunicação “plural” com os seus estudantes, mas sem abdicar do necessário nível de exigência que se impõe na aprendizagem da diversidade de orientações teórico-metodológicas das matérias relacionadas com as unidades curriculares leccionadas em regime presencial.

O *primeiro volume* desta nova vaga editorial é constituído pela disponibilização *on-line* e reedição, em papel, das *Sebentas de Sociologia Geral I e Sociologia Geral II* da autoria do Professor Augusto da Silva. É justo referir e salientar o apoio do Professor Augusto da Silva na materialização desta iniciativa, encorajando a difusão de documentos que se editam na nossa Universidade, desde o final dos anos 70 (séc. XX) e que constituíram, desde então, num quadro em que o acesso a materiais de síntese e em suporte livro era mais difícil, um precioso recurso de estudo por parte dos alunos de Sociologia.

Nesta edição incluímos testemunhos dos atuais docentes do Departamento que foram alunos do Professor Augusto da Silva em cursos de Licenciatura em Sociologia, os quais deixam uma mensagem enriquecedora da importância dos textos de apoio, ditos de *Sebentas Augusto da Silva*, quer na formação inicial em Sociologia, quer na consolidação da imagem inspiradora do papel e do lugar da Sociologia na descodificação e na desocultação das especificidades plurais dos factos sociais.

A atual Direção do Departamento de Sociologia tem a intenção de editar com regularidade novos documentos *on-line* e em papel, designadamente manuais pedagógicos e colectâneas temáticas, promovendo e assegurando a disponibilização de um conjunto progressivamente alargado de materiais de apoio ao estudo das unidades curriculares que tutela, ajustando-se, desta forma, às necessidades e interesses dos estudantes do 1º, 2º ou 3º ciclo. Naturalmente que esta ambição depende das colaborações dos colegas e sobretudo do seu esforço e dedicação na disponibilização e exposição pública de textos didático-pedagógicos.

Para terminar, sublinhamos o desejo do nosso empenhamento na iniciativa e deixamos uma palavra de gratidão a todos que colaboraram e colaboram de forma desinteressada na consolidação do presente projeto editorial.

Évora, 26 de Abril de 2012

O Diretor do Departamento de Sociologia

Carlos Alberto da Silva

Não se esquece aquilo que nos marca!

Completa-se este ano trinta anos em que tive pela primeira vez um contacto com a Sociologia ao ingressar no Ensino Superior na Universidade de Évora. Era uma área científica que estava a dar os primeiros passos no ensino oficial público no nosso país, e a Universidade Évora e o seu Departamento de Sociologia, enquanto entidades precursoras no ensino da Sociologia, puderam desde a sua refundação contar com a experiência e a dedicação de docentes como o Professor Augusto da Silva.

Recordo ainda a minha primeira aula de Sociologia Geral com o Professor Augusto da Silva, onde para além de nos informar da sua condição de padre e jesuíta, nos alertava para a importância da Sociologia na compreensão dos fenómenos da nossa sociedade. Exigente para com os seus alunos desde o primeiro momento, merecedor de respeito e de admiração, fazia das suas aulas uma forma muito peculiar de análise da vida quotidiana, utilizando com muito propósito os instrumentos conceptuais oriundos da Sociologia. Ao rigor que exigia aos seus alunos na aplicação dos conceitos fundamentais da Sociologia, tão bem plasmados nas suas Sebentas, nada poderia substituir o saber, a dedicação e o extraordinário sentido de humor que imprimia às suas aulas.

As Sebentas de Sociologia Geral foram e ainda são uma preciosa ferramenta de aprendizagem da Sociologia. Há três décadas atrás eram praticamente um documento único do género no nosso país, para auxílio aos alunos no acompanhamento das temáticas da construção do objeto teórico-científico da Sociologia. A minha integração como docente de Sociologia foi também fortemente marcada pela sua preciosa presença. Apesar de hoje revelarem algum “desgaste”, que resulta do peso do tempo em que foram criadas e dos enormes processos de mudança que entretanto ocorreram, disponibilizar estes documentos a um público mais alargado utilizando as novas tecnologias, não deixa de ser um projeto merecedor do nosso apreço.

Não nos podemos esquecer que através destas Sebentas que ainda hoje conservo, embora com as suas páginas amareladas pelo tempo, foi possível formar muitos sociólogos e quadros superiores que assumem hoje funções e responsabilidades de natureza muito diversificada na região e no país. Este papel não se esgotou. Ainda poderá continuar a dar um contributo muito importante para o acompanhamento no ensino e na aprendizagem da Sociologia de muitos jovens em Portugal.

Domingos Braga

*professor auxiliar no Departamento de Sociologia (gab. 279-CES);
estudante de licenciatura em Sociologia na Universidade de Évora (1981-1986).*

Pelo Alentejo com a Sociologia...

O início da década de 80 permitiu-me o primeiro contacto com a Sociologia, durante a frequência dos estudos secundários em Mértola. O interesse e a vontade de conhecer melhor esta área científica levaram-me a seleccionar em 1984, como primeira opção, o Curso de Sociologia na Universidade de Évora. Decisão que não foi facilmente compreendida por todos os familiares, mas que me permitiu começar verdadeiramente a minha caminhada pelos domínios da Sociologia.

O ano letivo de 1984/85 foi a confirmação que a escolha empreendida correspondia à plena concretização do percurso que desde então começava a trilhar pela sociologia como projeto de vida profissional.

A chegada à linda cidade de Évora e ainda mais à bela e carismática Universidade de Évora, em Outubro de 1984, marcaram definitivamente o meu percurso de vida! Numa turma de 34 alunos, oriundos de todo o país e até mesmo da Guiné-Bissau, a primeira aula ministrada foi Sociologia Geral I, cuja regência estava a cargo do Prof. Augusto da Silva. A componente teórica desta disciplina era sabiamente desenvolvida ao longo das aulas através da Sebenta de Sociologia Geral I, na qual estavam apresentadas as matérias fundamentais para uma primeira aproximação à sociologia por parte dos aprendizes a sociólogos. E o *MESTRE* sabia fazê-lo de modo inigualável, a sala 272 do CES transformava-se num verdadeiro Laboratório de Aprendizagem sociológica, com tão bem sistematizado e representativo documento dos conteúdos fundamentais em Sociologia, complementados com a apresentação de exemplos do quotidiano da cidade e da Universidade de Évora, como só o Prof. Augusto da Silva o sabia fazer. Aprendizagem que prosseguiu ao longo do 2º semestre letivo com a Sebenta de Sociologia Geral II.

Estas sebentas marcaram profundamente o meu percurso académico e a minha aprendizagem da Sociologia, e volvida uma década – no momento em que iniciei a minha atividade docente no Departamento de Sociologia da Universidade de Évora – voltaram a constituir o suporte de estudo para os meus alunos.

As sebentas de Sociologia Geral I e II são pois manuais pedagógicos intemporais, as diversas edições da sua edição assim o comprovam, que marcaram gerações de sociólogos formados na Universidade de Évora e que continuam a influenciar a formação dos atuais alunos que iniciam o seu percurso académico na área da Sociologia.

Reconhecimento que não fica circunscrito aos limites geográficos da Universidade de Évora, uma vez que muitos são os sociólogos que formados em Évora exercem as suas atividades docentes, em Instituições de Ensino Superior ou de outros níveis de ensino em Portugal e além-fronteiras.

Os ensinamentos que encontrámos nas Sebentas de Sociologia Geral I e II, e que influenciaram decisivamente a nossa formação como sociólogos, continuam a reproduzir-se através das nossas funções exercidas enquanto formadores de outras gerações de sociólogos.

Esta corrente ininterrupta de saberes só é possível pelo grande mérito do Prof. Augusto da Silva, que marcou o início da Sociologia em Portugal e a formação de sucessivas gerações de sociólogos. Influência que continuará uma constante nos e pelos atuais e futuros sociólogos!

Uma palavra de profundo agradecimento ao Prof. Augusto Silva, pelo modo como sempre influenciou a minha formação, e pela convicção que nela encontro no desenvolvimento da minha profissão.

Maria da Saudade Baltazar

professora auxiliar no Departamento de Sociologia (gab. 273-CES);

estudante de licenciatura em Sociologia na Universidade de Évora (1984-1989).

Sebentas de Augusto da Silva: a sociologia nas minhas primeiras moleskines...

Como uma boa *moleskine*, as sebatas de Sociologia de Augusto da Silva têm sido fiéis companheiras de viagem académica, onde guardo esboços, notas, histórias e ideias. Chamar à memória o seu uso é revivê-las e actualizar a ironia dos comentários sobre a vida estudantil, a exemplificação com factos reais ou anedóticos, muitos deles apontados nas sebatas, o uso do humor aguçado e a crítica mordaz que Augusto da Silva invariavelmente colocava nas suas intervenções. Como qualquer boa seбата, as “sociologias gerais” não esgotavam as necessidades de estudo: antes remetiam para outras leituras, complementares e necessárias para quem desejasse conquistar uma excelente nota. Sabê-las de cor, ou quase, não era, por isso, sei-o bem (!), condição bastante para uma nota acima de 16 valores.

As sebatas do Professor Augusto da Silva tinham e têm vida. E longa. Não falam, mas dizem muito. São parte do autor. De mim também. Apropriei-me delas. Sublinhei-as incontáveis vezes, algumas sobrepondo traços de lápis e/ou esferográfica, de cores variadas, e completei-as com sábia informação transmitida pelo Professor nas aulas. Neste sentido, creio, acrescentei-lhes valor ☺. Estudei por elas, por longas horas, durante a licenciatura e, mais tarde, nelas busquei conhecimento para os trabalhos do curso de mestrado. Porém, as Sebatas foram mais do que fonte onde bebi conhecimento sociológico. Numa altura em que as *moleskines* estavam acessíveis apenas a algumas bolsas, as sebatas constituíram-se também como livros de notas pessoais: folheá-las é decifrar epígrafes de autores que lá reproduzi, é cantar excertos de canções da época, é actualizar sentimentos típicos do pôr-do-sol adolescente. Se na época fosse comum o uso dos *smiles* e outros *emoticons*, as minhas sebatas estariam pixelizadas por eles, tal era o deleite que retirava da sua leitura, nas aulas e fora delas.

É por isso que as sebatas de *Sociologia Geral I* e de *Sociologia Geral II* foram e são muito mais do que meros (ainda que ilustres) repositórios de conhecimento sociológico. Elas são fósseis de parte da minha história de vida, um pedaço da minha identidade académica e pessoal. Obrigado Professor!

José Manuel Saragoça

professor auxiliar no Departamento de Sociologia (gab. 274-CES);

estudante de licenciatura em Sociologia na Universidade de Évora (1985-1990).

Uma lição para a vida. A sociologia e o encontro de gerações

Apesar das múltiplas alterações a que o plano de estudos da licenciatura em Sociologia da Universidade de Évora, foi sujeito ao longo dos anos, a *Sociologia Geral*¹ sempre se manteve como disciplina nuclear e estruturante na formação dos futuros sociólogos.

O Professor Augusto da Silva concebeu o conteúdo programático da disciplina de *Sociologia Geral* de modo a “apresentar de maneira simples, mas exacta e sistemática, os conceitos fundamentais da sociologia [e a dotar os alunos] de um instrumento necessário e válido para a observação, classificação e explicação das relações, colectividades e comportamentos humanos em sociedade”².

As sebatas de Sociologia Geral I e Sociologia Geral II – ou “Apontamentos para uso dos Estudantes”, para usar a terminologia do autor – foram elaboradas pelo Professor Augusto da Silva com grande rigor científico, pedagógico e didáctico, tendo persistido ao longo dos anos como uma fonte de conhecimento inestimável e um valioso manual de estudo, para professores e alunos.

Tive o privilégio de ter o Professor Augusto da Silva como docente das disciplinas de *Sociologia Geral I* e *Sociologia Geral II*, no ano lectivo de 1985/1986 e de estudar pelos seus “Apontamentos”. A forma como apresenta e sistematiza os temas sociológicos confere às suas publicações uma qualidade, utilidade e actualidade inquestionáveis e conduzem o aluno na “aventura” que é a iniciação ao estudo da Sociologia. Ainda assim, não podem substituir nem transmitir a emoção de assistir às aulas do Mestre e de testemunhar a sua paixão contagiante pela Sociologia.

No ano lectivo de 2006/2007, já docente do Departamento de Sociologia, foi-me atribuída a leccionação da disciplina de *Sociologia Geral*, que asseguro até hoje. O primeiro sentimento foi de orgulho e emoção, mas também de imensa responsabilidade. A primeira reacção foi solicitar a orientação do Professor Augusto da Silva, tarefa que aceitou com entusiasmo e generosidade.

Neste contexto, as suas sebatas de Sociologia Geral I e Sociologia Geral II foram recuperadas com uma dupla função: para apoio da docente na preparação das aulas e como elemento de estudo para os alunos. Rapidamente se tornou perceptível que, de entre toda a bibliografia disponibilizada, os alunos elegeram os “Apontamentos” do Professor Augusto da Silva como fonte preferencial para o estudo da disciplina.

E, não é difícil perceber porquê! Para além do rigor científico e pedagógico, a obra está concebida com o intuito de motivar o aluno para o estudo da Sociologia, para o reconhecimento da utilidade desta ciência e para o papel do sociólogo na sociedade em geral e no mercado de trabalho em particular. Porque a leitura dos autores fundamentais em Sociologia sempre foi um ponto de insistência do Professor para com os seus alunos, deixa as suas recomendações de leitura no final de cada capítulo.

Maria Manuel Serrano
*professora auxiliar no Departamento de Sociologia (gab. 273-CES);
estudante de licenciatura em Sociologia na Universidade de Évora (1985-1990).*

¹ “Disciplina que abrange as teorias e métodos gerais de análise, elaborados pelas diversas escolas e correntes de pensamento Sociológico”, in Augusto da Silva (1983), *Sociologia Geral II*, Universidade de Évora, Departamento de Sociologia, p. 1.

² Augusto da Silva (1983), *Sociologia Geral I*, Universidade de Évora, Departamento de Sociologia, p. 1.

Azulejos, laranjeiras, *internet*, e a Sociologia das Pequenas Coisas

Há lugares que nunca se abandonam, experiências que não se repetem, e pessoas que jamais esquecemos. A sala 119 do Colégio do Espírito Santo, a minha primeira aula na Universidade – que foi também a de Sociologia Geral I –, e o professor Augusto da Silva são disso o exemplo vivo, que quero e tenho gosto em aqui testemunhar.

Com os azulejos joaninos ao fundo, na emblemática sala de *aula de filosofia grega* do Colégio do Espírito Santo, o professor Augusto da Silva reificava para mim, em Outubro de 94, a representação social que desde o ensino secundário alimentava em torno do que seria uma aula na Universidade. Numa sala cheia de estudantes, muito diferentes e ainda desconhecidos entre si, o Professor, cuja voz o tempo tornaria característica e simultaneamente familiar, recomendava a aquisição de um conjunto de apontamentos para acompanhar e aprofundar as disciplinas de Sociologia Geral I e II. A esses apontamentos, soube mais tarde, todos chamavam ‘*A Sebenta*’, e a sua leitura e estudo condição *sine qua non* de aprendizagem da sociologia em Évora.

O tempo encarregou-se de me mostrar como tais apontamentos, datados de 1979, eram, afinal, uma rica, actual e inesgotável fonte de saber. Como aluna, encontrei neles uma janela aberta para muitas leituras aprofundadas, como aliás se aconselhava vivamente a partir de uma afirmação de Henry Mendras: “*L’étudiant qui veut s’initier à la sociologie doit entreprendre de nombreuses lectures s’il veut acquérir une idée de la démarche intellectuelle du sociologue*”. No seu encaço procurei as Obras fundamentais de Sedas Nunes, Comte, Durkheim e Weber; as complementares de Bottomore, Rocher, Javeau, Fichter ou Gurvitch; e as inspiradoras de Riesman, Berger ou Wright Mills. E encontrei-as. Escondida pelas laranjeiras do largo, a Biblioteca do ISESE reunia todos os apelidos que o Professor citava nas aulas e indicava ao final de cada capítulo. Mais tarde, como docente, recomendei muitas vezes, e recorri sempre, a esses mesmos apontamentos na preparação de aulas de ‘Sociologia Geral’ para estudantes de sociologia, mas também na ‘Introdução à Sociologia’, ‘Elementos de Sociologia’ e outras sociologias especializadas que desde 2000 fui chamada a leccionar no Departamento de Sociologia para diversos cursos. Transversalmente, como investigadora, estou convicta que foi através das sebatas de Sociologia Geral, mas sobretudo do espírito de observação que o Autor cultivava e inculcava nos seus alunos a partir de exemplos aparentemente anódinos do quotidiano, da universidade, da cidade, do país e do mundo, que aprendi a conjugar na primeira pessoa a sociologia.

Sabemos que de hoje em diante, com a disponibilização *on-line* das sebatas de Sociologia Geral I e II, nada mais será como dantes. Estes apontamentos perderão a característica de património restrito – e privilegiado (!) – de ex-alunos do curso de sociologia em Évora, deixarão as prateleiras da sua biblioteca e do balcão da reprografia, e chegarão rapidamente a todos, em todo o lado. Os motores de busca encarregar-se-ão disso com a velocidade de um *click*. Mas aqueles que tiveram o privilégio de ter Augusto da Silva como professor terão sempre muito mais que o *download* de um PDF. Nas linhas e entrelinhas desta sebenta encontrarão sabedoria, perspicácia e humor, características indeléveis *do seu* Professor. Há uma geração de antigos alunos de sociologia em Évora que, certamente, se comoverá ao encontrar na *internet* a sebenta que outrora comprou, folheou e pela qual estudou. Mas há uma outra geração para quem esta sebenta constituirá uma inspiração nova, fonte de trabalho, adaptação, discussão e reinterpretção constantes. A uns e outros «não será fácil praticar uma sociologia sem adjectivos», como sabiamente adverte o professor Augusto da Silva na sua última lição. Mas com esta sebenta, sabêmo-lo, será a todos mais fácil reconhecermo-nos como parte integrante de uma sociologia de pronomes: *a nossa*.

Rosalina Pisco Costa

professora auxiliar no Departamento de Sociologia (gab. 275-CES);

estudante de licenciatura em Sociologia na Universidade de Évora (1994-1998).

CAPITULO X

VALORES SOCIAIS

Embora a sociologia não seja uma ciência valorativa, reconhece no seu campo de observação os valores como factos sociais. Isto é, reconhece que dentro de um sistema ou de um grupo, há coisas que são apreciadas enquanto que outras são rejeitadas. Os sistemas sócio-culturais são em si mesmos valores ou destinados a realizarem valores, entre os quais se contam os seus objectivos explicitos de ordem económica, política, recreativa, etc.. Dentro dos sistemas, as diversas camadas sociais são formadas por indivíduos que participam ao mesmo nível dos valores que eles procuram. No domínio da acção, os modelos de comportamento são classificados por ordem de importância tendo em conta a universalidade, a pressão e o valor social. Por outro lado, os valores (objectivos ou subjectivos) condicionam as atitudes individuais e colectivas.

É condição necessária para existência dum sistema socio-cultural que este prossiga valores sociais.

1. - Noção de Valor

Dum ponto de vista descritivo verificamos que os homens têm necessidades várias, mais ou menos conscientes. Entre estas se podem enumerar as de comer, vestir, conviver pacificamente, as necessidades sexuais, espirituais, religiosas, etc...

Outra verificação que se pode fazer, é a de que existem objectos vários com aptidão para satisfazer essas necessidades. Da existência de necessidades e de objectos capazes de as satisfazerem, nasce nos homens o interesse e o desejo de posse dos objectos valiosos. Os objectos são considerados com valor diferente, segundo a urgência das necessidades e a capacidade dos mesmos objectos para as satisfazerem.

O valor aparece-nos assim como uma relação entre um sujeito e um objecto, que supõe:

- necessidade no sujeito
- aptidão ou capacidade no objecto para satisfazer essa necessidade.

Daí se conclui que os valores se podem classificar pelas necessidades humanas e correspondentes objectos. O mesmo objecto poderá ter diferentes valores segundo contribui para satisfazer necessidades várias, em tempos e espaços diferentes. Concretamente se pode definir valor social, como a capacidade dos objectos para procurarem o bem da sociedade ou do grupo. Entre esses objectos podem contar-se os bens económicos, os papéis sociais, os tipos de estrutura, os modelos de pensamento e de acção, os processos sociais, etc..

São três os elementos que se devem considerar no estudo dos valores sociais: - o objecto que é um valor;

- a capacidade que tem o objecto para satisfazer as necessidades sociais;
- a apreciação que as pessoas fazem do objecto e da sua capacidade para satisfazer as necessidades sociais.

Com Rezsöházy podemos definir valor "tudo o que os actores sociais (tanto indivíduos como conjuntos de indivíduos), desejam ou rejeitam, aprovam ou desaprovam, recomendam ou desaconselham, propõem como ideal ou interditam" (cf La définition des valeurs. La méthodologie de leur étude, Louvain, 1976).

2. - Hierarquia dos Valores

Os valores sociais ordenam-se segundo uma escala que varia de cultura para cultura. As culturas e sub-culturas distinguem-se mais pela diversidade da hierarquia de valores que pela diversidade dos mesmos valores. Considerando os valores em si mesmos, vemos que a sua posição na escala é função da premência da necessidade que visam satisfazer e da sua capacidade preferencial para este fim, ambas culturalmente definidas.

Numa sociedade, num grupo ou categoria social, a escala de valores existentes deve revestir-se de uma certa coerência, embora existam nela certas contradições. Os etnólogos vg estudam o sistema de valores nu ma sociedade global procurando encontrar aquilo que justifica e motiva os costumes e as opiniões expressas por esse povo. Um sociólogo americano, E. Banfield descreveu o "ethos" (conjuntos de regras e de crenças que regem a conduta dos membros de uma sociedade; opõe-se à ética que sõ diz respeito às regras explícitas) duma aldeia do Sul da Itália e resumiu-o na fórmula "familiarismo amoral", que quer dizer que todo o indivíduo age em função dos interesses da sua família sem ter em conta a moral social teórica. Por outras palavras, a moral prática de tais pessoas é determinada pelos interesses familiares e não pelos princípios morais que a escola, a religião e outras instituições, transmitem e sancionam.

Os psico-sociólogos construíram escalas para estudar a hierarquia dos valores de uma população, interrogando os indivíduos e observando a vida social dos grupos. Através do estudo dos valores pretendem compreender e prever os comportamentos humanos.

Entre as várias investigações sociológicas para detectar as escalas de valores, destacam-se as de Florence Kluckhohn e Fred Strodtbeck. Estes investigadores partiram dos seguintes postulados:

- 1º - há um número limitado de problemas fundamentais da existência humana para que os homens de todos os tempos tiveram de encontrar uma solução qualquer;
- 2º - o número de soluções possíveis para cada problema é limitado;
- 3º - quando os membros de uma sociedade adoptam uma solução de preferência a qualquer outra, essa solução corresponde a um valor dominante nessa sociedade;
- 4º - as outras soluções não preferenciais continuam no entanto, presentes nessa sociedade, a título de valores variantes ou substitutos.

De um modo geral os estudos empíricos baseiam-se no testemunho (porque os indivíduos são aptos para nos dizerem as coisas que apreciam);

nas escolhas (porque a preferência de objectos e actividades pressupõe uma valorização); nas recompensas e castigos (porque estes são uma maneira de apreciar pessoas ou acções).

"O perfil global e hierárquico dos valores pode ser muito importante para a explicação e mesmo para a previsão da mudança social, portanto os valores variantes podem efectivamente servir de índices da evolução duma sociedade. É possível que, numa altura de mudança na situação de uma sociedade, valores variantes tendam a tornar-se dominantes; pode também acontecer que certos valores variantes sejam adoptados por uma minoria activa e influente que determine o curso da evolução" (G. Rocher, I, 140).

3. - Valores Sociais e Estrutura

São os valores sociais que determinam a formação de grupos e por outro lado conferem posição diversa aos membros no seio deles. Nas comunidades, a comunhão de valores idênticos, é um dado prévio. Pelo contrário, as associações formam-se em ordem a conseguir valores. Estes podem estar expressos nos fins da associação ou serem simplesmente admitidos ou aprovados pela sociedade. São eles que explicam a organização e estrutura das sociedades. Facilmente se compreende que uma associação que prossegue finalidades religiosas não pode ter a mesma estrutura das associações que prosseguem finalidades políticas ou recreativas. (A organização e estrutura da família é diversa da de um quartel ou de uma fábrica). As estruturas sociais manifestam uma escala de valores. Por exemplo a sociedade política que admite os valores religiosos como centrais (primeiros) não pode ter uma estrutura social idêntica à da sociedade política que coloca como valor primeiro o económico ou familiar.

No domínio da acção, vemos como os modelos do comportamento se estruturam de acordo com a sua valoração social. Daí que não possam ser compreendidos sem serem referidos à escala de valores existentes numa cultura ou sub-cultura. A extensão da conformidade dentro do universo que se estuda, bem como a pressão social, indicam-nos a importância ou valor dos diferentes modelos de comportamento.

Por outro lado, sendo o papel social o mecanismo através do qual as pessoas simbolizam e expressam os valores, e executando a pessoa social diferentes papéis, é natural que, por um lado, os comportamentos tenham valor diferente dentro do mesmo papel e, por outro, que os diferentes papéis tenham valor diferente referidos à pessoa e à sociedade.

A sociedade dá diversos graus de valor aos papéis sociais e as formas de comportamento dos indivíduos devem estar em consonância com estas valorações, o que lhe vem conferir determinada posição no sistema social.

As avaliações sociais actuam igualmente como critérios. O facto da sociedade aprovar ou desaprovar certa linha de conduta, orienta o indivíduo nos seus comportamentos.

As sanções sociais, quer dizer, as recompensas ou castigos que a sociedade dá à pessoa por causa do seu comportamento, estão intimamente ligadas como os modos como a sociedade avalia estes comportamentos. A gravidade da sanção é proporcional ao valor atribuído ao comportamento.

Os sistemas de recompensa e castigos existentes numa sociedade ou grupo, têm o seu fundamento numa escala de valores. Se não houvesse valores numa sociedade ou não se soubesse que estes têm diferentes graus, a sociedade perderia o seu instrumento mais importante de integração e controle social. São os valores afinal, que fixam o que está proibido, preceituado ou permitido.

Recorde-se ainda que estes valores podem ser formais ou informais. Assim, segundo a escala de valores formais na sociedade é apreciada a mãe que educa sacrificadamente os filhos, o estudante laborioso, o soldado que se expõe ao perigo em combate. Segundo os valores informais, são de facto apreciadas (estimadas) as pessoas que possuem riqueza, inteligência, poder, ainda que não concorram para o bem comum.

Na sociedade, às pessoas estão relacionadas entre si sobre -

tudo pela realização recíproca dos seus papéis sociais. Tal relação é amplamente regulada e controlada pelos valores existentes numa sociedade.

As relações actuam-se através dos processos que classificamos genericamente em conjuntivos e disjuntivos. É atribuído maior valor aos processos conjuntivos de acomodação, assimilação e cooperação, porque, geralmente fomentam a harmonia e a paz social. Os processos disjuntivos são colocados em posição inferior na escala, ainda que a participação neles, possa ser motivada por valores sociais superiores (o caso da guerra, da greve, etc.).

O exame dos processos sociais indica que os valores não são meros critérios de comportamento, mas que se usam frequentemente como motivação de comportamento.

Concluindo podemos dizer que, dentro de uma cultura ou sub-cultura, a estrutura dos comportamentos, papéis, processos, instituições, é diversa segundo a natureza da escala de valores existente.

4. - Classificação dos Valores

Todos os valores de uma cultura estão estreitamente ligados entre si e com os padrões de comportamento, papéis, processos e instituições. Cada um destes pode ser ponto de partida para uma classificação dos valores, como já antes insinuámos.

Dum ponto de vista analítico podem classificar-se os valores a partir:

- da pessoa
- da sociedade
- da cultura

Em relação à pessoa social, podem dispor-se os valores numa escala de mais a menos segundo afectam a personalidade. No cima da escala colocam-se aqueles cuja violação, suscitaria numa pessoa normal sentimentos de culpabilidade e de vergonha. A pessoa sente-se obrigada em consciência a conformar o seu comportamento com eles, e a sociedade faz

esforços intensos para garantir tal conformidade (patriotismo, lealdade, honestidade nos contratos, etc.).

Entre os valores menos importantes e imperativos temos os que se referem às conveniências e etiqueta (o que não quer dizer que as pessoas se conformem menos com eles).

Em relação à sociedade estabelece-se a escala de valores segundo a sua aptidão para conseguir a cooperação entre pessoas e grupos. Situam-se em lugar de destaque os que mais podem contribuir para a continuidade e progresso da sociedade (os que vêm favorecer o bem comum). No posto mais inferior, ou mesmo no polo oposto, considerados como anti-valores, situa-se tudo o que é anti-social ou dissociativo.

Em relação à cultura a escala baseia-se na função institucional dos mesmos valores. A classificação corrente é a de: valores religiosos, políticos, económicos, etc..

Podem usar-se outros critérios para a classificação dos valores. Por exemplo, Rozsohazy, classifica os valores:

1º - segundo a posição que ocupam numa cultura e assim temos valores centrais (partilhados por todas as categorias importantes da população, são a base da solidariedade social, identificam-se com o que se chama ethos ou mundividência de uma sociedade) e valores variantes (constituem alternativas aos valores centrais propostos por grupos ou categorias sociais mais ou menos importantes e procuram substituir aqueles em nome de um novo projecto de civilização; a variante do progresso será o crescimento zero; a da propriedade privada, a propriedade colectiva; a do trabalho, o "dolce farniente"); numa sociedade em evolução relativamente rápida, a dialéctica entre valores centrais e valores variantes é viva;

2º - relativamente à posição que um valor ocupa num sistema de valores pode ser estruturante (chamam-se estruturantes aos valores que fornecem a base de estruturação, que são os mais importantes; para uns será o trabalho, para outros a família, a religião, etc.); ou periférico (chamam-se periféricos os valores menos importantes).

3º - segundo a área de validez um valor poder ser global (se está presente em várias senão em todas as actividades sociais, por exemplo um valor moral), sectorial (se é avaliado só num sector de actividade, por exemplo o trabalho é um valor económico).

5. - Funcionalidade dos Valores Sociais

A existência de valores partilhados por uma sociedade tem consequências sociais. De um modo geral, pode dizer-se, que eles contribuem para a prossecução dos objectivos comuns.

No domínio do pensar e do agir apresentam maneiras feitas de pensar e actuar servindo portanto de critério e norma ao indivíduo.

A funcionalidade dos valores pode com FICHTER ser sintetizada do seguinte modo:

- a)- proporcionam meios fáceis para julgar do valor social das pessoas e colectividades (estratificação);
- b)- centram a atenção das pessoas em objectos culturais que se consideram como desejáveis, úteis ou essenciais;
- c)- indicam os modos ideais de pensar e de agir dentro de uma sociedade;
- d)- são guias para as pessoas, na escolha e cumprimento dos diversos papéis sociais;
- e)- actuam como meios de controle e de pressão (as pessoas de sejam fazer o que é tido por bem);
- f)- funcionam como meios de solidariedade. Os grupos congregam-se em volta dos valores comuns e por outro lado são estes que lhes conferem a sua unidade. As pessoas sentem-se atraídas pelas pessoas que comportem os mesmos valores e pode dizer-se que os valores comuns, estão entre os factores mais importantes que criam e mantêm a solidariedade social.

Guy Rocher diz-nos sinteticamente que as funções dos valores são essencialmente de três ordens:

- 1º - os valores contribuem para dar certa coerência ao conjunto de regras ou modelos numa dada sociedade;
- 2º - os valores constituem um elemento importante da unidade psíquica das pessoas;
- 3º - o universo dos valores é um elemento essencial do consenso, solidariedade ou integração social.

"Aos olhos do sociólogo, os únicos valores reais são sempre os de uma sociedade particular; são os ideais que uma colectividade escolhe para si e a que adere. Os valores são pois sempre específicos da sociedade; são-no também de um tempo histórico, portanto variam não só no tempo como duma sociedade para outra" (G. Rocher, op. cit. p.134). É certo que os valores levam mais tempo a mudar do que os modelos de comportamento ou os papéis, e que a resistência a qualquer alteração no domínio dos valores é muito mais emotiva e radical.

6. - Conflito de Valores

O conflito de valores manifesta-se por comportamentos divergentes. As suas causas podem encontrar-se no facto de:

- 1º - a educação levar os homens a experimentar certos objectos e não todos;
- 2º - o meio educacional ser muito complexo e diferenciado e variar de indivíduo para indivíduo;
- 3º - as diferentes colectividades em que o indivíduo participa terem diferentes escalas de valores;
- 4º - o indivíduo não conseguir uma integração perfeita dos valores que lhe são propostos e ele considera como melhores.

Os conflitos de valores podem assumir a forma de "tensões interiores" nos indivíduos ou "tensões sociais" quando se situam a nível das relações entre colectividades.

A nível dos indivíduos, diz-se que a personalidade de um homem não está bem integrada, quando os seus comportamentos manifestam certas flutuações segundo as circunstâncias; ou ainda, atitudes suces-

sivas contraditórias umas com as outras. Tal flutuação não deve ser confundida com a adaptação às circunstâncias que a personalidade bem integrada consegue sem "tensões interiores", nem a distanciação que todo o ser humano experimenta entre o seu ideal e a realização que dele consegue. "O que está em causa nesta flutuação é que o indivíduo é levado a agir de maneira contraditória, enquanto "que poderia não o fazer; a pronunciar juízos e opiniões diferentes, segundo as circunstâncias e as colectividades em que se encontra". (Virton, II, p. 401-402). Exemplos: sondagens de opinião com respostas diferentes segundo o local da entrevista (divórcio à saída da igreja ou do Parque Mayer).

As tensões sociais nas colectividades tanto se podem verificar a propósito dos conflitos de status e de papéis, como em situações psicológicas permanentes a respeito da maneira de desempenhar os papéis. Exemplos: na família, tensões sobre a distribuição das diferentes tarefas, ocupação dos tempos livres, exercício da autoridade, etc.; na empresa, tensões nas relações entre trabalhadores e dirigentes; na sociedade global, quanto à distribuição dos papéis colectivos.

"As pessoas pertencentes a estratos diferentes evoluem em universos culturais diferentes em relação directa uns com os outros, salvo em raras ocasiões que não afectam o conjunto da vida social. Manifestam-se diferenças na linguagem, no estilo de vida, na habitação, no vestir e no gosto, mas sobretudo, no que diz respeito aos valores formais, os que são reconhecidos como úteis ao corpo social" (Virton, II, 404-405). Todas estas diferenças juntas à ausência de relações reais, geram um sentimento de insegurança prejudicial à integração social.

"Parece-nos que para interpretar correctamente o significado do conflito de valores, é necessário colocar-se num contexto duma sociologia dinâmica, isto é duma sociologia que integre as mudanças de estruturas e instituições como fazendo raelmente parte do todo social. Uma sociologia estática não nega efectivamente as mudanças que se operam no seio de todas as sociedades como são evidenciadas pela sociologia histórica ou geográfica. Uma sociologia dinâmica, constata em primeiro lugar as mudanças constantes, grandes e pequenas, vê nelas uma consequência da necessidade de adaptação.

Do conflito de valores surgem os problemas sociais. Estes podem verificar-se no âmbito da sociedade global ou de associações restritas.

O problema social define-se como a disparidade entre o nível dos valores sociais e o nível do comportamento social. Diz-se existir um problema social de habitação, de repartição do rendimento nacional, de delinquência, discriminação social, etc., porque existe, implícita ou explicitamente, uma escala de valores em relação à qual se avalia a situação actual. O aumento das aspirações é em si mesmo criador de problemas sociais. Portanto os problemas sociais existirão sempre por ser impossível reduzir a distância entre as aspirações e as realizações. O problema social neste sentido é fonte de transformações e progresso.

Outra situação em que se pode dar conflito de valores é aquela em que um complexo de valores entra em colisão com outro complexo. Podem ser os valores de liberdade em relação aos de ordem; os de ordem em relação aos de progresso, etc..

O conflito de valores verifica-se com maior frequência na sociedade pluralista, em que os indivíduos repartem as suas actividades por uma multiplicidade de grupos e associações pertencentes a instituições diversas.

A diversidade de valores por elas prosseguidos, influe necessariamente na personalidade o que lhe pode dificultar a integração na sociedade global. Uma personalidade adaptável pode, as mais vezes, superar esta dificuldade mas, noutros casos, o facto é causa de conflitos de personalidade e de crises de fidelidade.

7. - Valores Últimos

Os valores últimos são geralmente analisados pelos filósofos e teólogos. Sendo a mudança uma característica de todas as sociedades e culturas, também os valores não são rígidos e imutáveis na sua escala. Daí que os critérios para julgar o bem e o mal, o correcto e o incorrecto, variam consideravelmente.

Por estas razões os sociólogos usam a fórmula valores últimos com certa moderação e em sentido relativo. Valores últimos seria o núcleo de valores sociais importantes numa dada sociedade. São últimos para tal sociedade enquanto que as pessoas avaliam o comportamento e caracterizam a cultura diferenciando-a das outras.

O valor social último pode encontrar-se na vida familiar, no sistema político, na instituição religiosa (democracia, monoteísmo, etc).

O conceito de valores últimos pode referir-se também ao mínimo de assentimento em que todos estão de acordo, encontrado em todas as sociedades a respeito de certos princípios de comportamento. "Ainda que a interpretação e aplicação desses valores últimos varia nas diferentes sociedades, todas elas vg impõem sanções proibitivas ao incesto, à blasfêmia, à mentira, ao roubo. Todas as sociedades atribuem grande valor à fidelidade, à amizade ao amor e à justiça. Isto equivale a dizer, por outras palavras, que a unidade psíquica da humanidade se manifesta não só na semelhança fundamental das inteligências e vontades humanas, senão também num mínimo de consciência social análoga". (317).

LEITURAS:

1. - FICHTER, op. cit., cap. XIII.
2. - G. ROCHER, op. cit., I, pag. 127 - 153.
3. - R. REZSOHAZY, La Définition des valeurs - La méthodologie de leur étude - Leur évolution depuis 1945, Louvain, 1976, pag. 6 - 11.
4. - Maria da Conceição TAVARES DA SILVA - Reflexão sobre o conceito de Problema Social, "ANÁLISE SOCIAL", nº 17 e 18.
5. - Ludwig GRUNBERG, Les Valeurs Face a la Mensuration, ACTES DU VINGT-DEUXIÈME CONGRÈS DE L'INSTITUT INTERNATIONAL DE SOCIOLOGIE, Vol. I, Pag. 371 - 395.
6. - Maria Augusta NEAL - Values and Interests in Social Change, Prentice-Hall Inc., Englewood Cliffs, N. J. 1965.

XI - CAPITULO

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Todo o sistema sócio-cultural para o seu ordenado funcionamento e para a prosequção dos objectivos que tem em vista, requiere um sistema de comunicação. A comunicação pode definir-se como a transmissão de uma mensagem de uma pessoa (emissor) e outra (receptor) de modo que o efeito produzido na segunda seja tal qual a primeira esperava.

O fenómeno de comunicação pertence a sociologia sob 3 aspectos:

- porque os objectivos pretendidos pelos grupos são transmitidos pelo sistema de comunicação (que se pretende ?);
- porque a comunicação depende da estrutura da sociedade e dos grupos;
- porque a comunicação se apoia na cultura.

1. - Comunicação e Grupo

A comunicação ou informação é necessária no grupo ou de um modo mais geral no sistema sócio-cultural para:

- conseguir a aculturação;
- para uma eficaz direcção, seja ela democrática ou autoritária;
- para a inter-acção (cooperação e execução).

Ninguém duvida de que a comunicação seja necessária tanto na sociedade global como no partido político, na fábrica, na família, ou em qualquer associação. As incompreensões, boatos, defeitos de produção, invejas, sabotagens, etc. vem em grande parte da falta de informação.

2. - Requisitos da Comunicação

Para uma comunicação eficiente, requere-se identidade de significado atribuído à mensagem tanto pela parte do emissor como do receptor. As mensagens transmitem-se por meio de sinais entre os quais têm posto de relevo as palavras. As palavras correspondem a conceitos (pensamentos). Os conceitos e as palavras fazem parte dos sistemas gerais de cultura nos quais alcançam o seu significado completo. Toda a cultura ou sub-cultura é, na sua totalidade, um meio de comunicação. Daí a dificuldade da comunicação entre culturas ou sub-culturas diferentes (não basta traduzir as palavras ou ouvir os sons).

A escala de valores, as tradições, os costumes, os usos, constituem um quadro de referência em que se inserem os novos conhecimentos ou estímulos (diziam os filósofos *quidquid recipitur ad modum recipientis recipitur* = cada um vê as coisas segundo um ângulo particular de visão).

O quadro de referência, é resultado da cultura, dos interesses, motivações e disposições psicológicas... (esteriotipos, preconceitos). Tudo o que vem de alguém com interesses divergentes ou opostos é recebido com suspeição. Supõe-se ou busca-se disposição hostil da parte do que vende no que compra; do patrão no operário, etc..

As informações tanto na sociedade global como no seio da administração ou da empresa são interpretadas segundo o quadro de referência próprio. Este facto é suficientemente elucidado se virmos a maneira como é apresentada a mesma notícia em diferentes jornais; como é interpretado o mesmo contrato de trabalho por patrões e operários.

Como conclusão podemos pôr em relevo o facto de que para comunicar ou para entender a informação é necessário conhecer o quadro de referência daqueles a quem nos dirigimos. O saber uma língua implica tudo do isso.

Como se escreve em "L'Aventure Humaine" a linguagem é social por definição. "Não existe sociedade humana sem linguagem e também não

há linguagem onde não é possível comunicar. A língua desempenha na vida social um papel mediador:

- 1)- assegura a coesão do grupo (recorde-se a importância das questões linguísticas na vida das nações). Sempre que a comunidade é heterogênea (segundo classes sociais, actividades técnicas, origem geográfica) a língua fragmenta-se e torna-se também mais heterogênea;
- 2)- a língua tem uma função institucional, graças ao poder atribuído à palavra e aos códigos estereotipados da conduta ritual que aliam a palavra e o gesto;
- 3)- a língua permite a integração, ou pelo menos a inserção do sujeito no grupo, "socialisa" o ser humano e, pelo seu carácter trans-individual, regulariza os nossos comportamentos e a nossa adaptação ao outro.

Podemos dizer que a língua acumula e generaliza a experiência socio-histórica de um grupo.

3. - Tipos de Comunicação

A comunicação pode ser:

- individual, directa ou indirecta (por meio de outro)
- colectiva directa (reuniões, discursos, conferências, etc.)
- indirecta, por meio de jornais, rádio, televisão, propaganda em geral; o que se chama "meios de comunicação de massa".

Através da informação colectiva confere-se à informação (notícia) uma certa universalidade que faz com que muitos lhe dêem créditos sem crítica (quanto menos instruída for a pessoa tanto mais impressionável ficará pela comunicação escrita... está escrito; já está nos livros).

4. - Problemas da Comunicação

A comunicação ou informação para ser eficiente (na sociedade

em geral ou dentro de qualquer grupo) deve ser dotada de certas qualidades:

- FIDELIDADE: supõe o conhecimento dos quadros de referência, quer culturais quer psicológicos da pessoa ou grupo a quem se transmite a mensagem. (A captação da benevolência nos discursos ou conferências tem precisamente, como objectivo mostrar que o que fala se coloca do ponto de vista dos ouvintes);

- RAPIDEZ: ao menos em muitos casos. Esta é relativa às pessoas e ao meio em que se faz a comunicação (problemas dos jornais de Provincia e dos Semanários; dos jornais de empresa);

- RECIPROCIDADE: o que envia a mensagem deverá ficar com a consciência de que esta foi entendida; prever as possíveis objecções ou dificuldades da parte do que é informado, sobretudo se a mensagem implica uma ordem a ser executada (dar uma ordem e não cuidar lº da sua compreensão e depois da sua execução é falta de responsabilidade).

- TOTALIDADE: quando a comunicação é directa, sempre se perde alguma parte da informação, mas quando é indirecta existe o perigo real de que se perca a maior parte.

5. - Estrutura da Comunicação (ver J. Júlio Gonçalves II, 73)

Os modos mais correntes de comunicação nos grupos podem reduzir-se a 3 padrões ou tipos:

- a)- linear;
- b)- central;
- c)- circular.

Há estruturas de comunicação que permitem solucionar melhor os problemas dos grupos. Em todos os grupos há posições que permitem dirigir melhor a actividade do grupo e a inter-acção entre os membros.

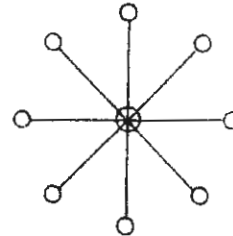
a) - Padrão Linear

Na estrutura linear os indivíduos comunicam lado a lado e situam-se em posições semelhantes. É a situação corrente nos grupos de trabalho. Pode transformar-se em comunicação circular (continuando a ser linear).



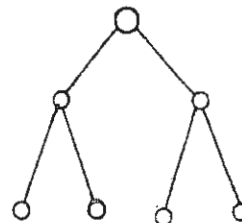
b) - Padrão Central

Todas as comunicações e actuações entre os membros são feitas por intermédio do indivíduo (ou minoria) que ocupa posição central e única no grupo enquanto os demais, em relação àqueles, ocupam posições semelhantes.



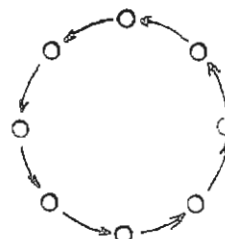
c) - Padrão Central-Linear

Nesta forma mista de estrutura centro-linear o indivíduo ou minoria ocupa posição central em relação ao grupo, mas comunica ou actua através de outros membros que, por sua vez, ocupam posições centrais em relação a outros.



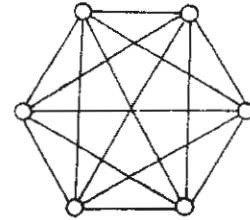
d) - Padrão Circular

Aquí - quer se trate de estrutura de roda ou integrada - todos os membros do grupo se encontram no mesmo nível.



Na estrutura da roda - que é um tipo de estrutura linear em círculo - a comunicação faz-se em volta, passando, sucessivamente, de uns elementos a outros. O mesmo acontece quanto às acções e reacções, portanto à inter-acção aos processos sociais derivados, etc..

e) - Padrão Integrado



Na estrutura integrada a comunicação é livre, não obedece a critérios pré-estabelecidos, não há controle. É um processo satisfatório mas nem sempre eficiente ou tolerado.

Estas estruturas de comunicação podem encontrar - se nas organizações sindicais, nas empresas, nos partidos , nos grupos de pressão, etc..

6. - A Comunicação na Sociedade Industrial

"Viver em sociedade, é comunicar. Um grupo pode, com rigor, passar sem trocar bens materiais. Mas se não se troca ensinamentos, ideias, emoções, é o laço social em si mesmo que desaparece; não há mais nada de comum entre os membros deste grupo e, por consequência, comunidade. A inter-compreensão é como que a respiração de uma sociedade. Condiciona a sua existência, a sua sobrevivência e a sua acção.

Comunica-se em primeiro lugar por necessidade imediata. Cada um não sabe senão um pouco e tem necessidade do que os outros sabem. Reunindo estes conhecimentos parciais, é possível aceder a um saber mais geral e, portanto, mais eficaz. Mas a comunicação está longe de ter somente este papel prático. Ela é a representação que a sociedade se dá de si mesma. De consciências fragmentadas e so

litárias, o laço de participação faz uma sô consciência solidária que se esforça por suplantar as suas divergências e pode desenvolver - se em comunhão. Enfim, a necessidade de comunicação é uma espécie de instinto que se basta a si mesmo, por vezes um vício. Gostamos de nos espelhar no outro quer para nos esquecermos quer para nos reencontrarmos. Desde que o homem é homem, esta curiosidade gerou todas as formas de comadrice (commérage) e de indiscrição que são ao mesmo tempo o lado mais gratuito, mas não menos necessário, das relações que os homens mantêm entre si.

Utilidade, participação, curiosidade: encontramos estas três características as mais das vezes indissociáveis, em todas as formas de comunicação, das mais simples às mais complexas" (Bernard VOYENNE, 1962, pág. 11).

LEITURAS

VOYENNE, Bernard, La Presse dans la Société Contemporaine, Colin , Paris, 1962, cap. I, La Communication dans la Sociedade Industrial.

CARTWRIGHT, Zander, Dinâmica de Grupo, Herder pág. 836, "Padrões de Comunicação nos grupos orientados para a tarefa" (Bavelas).

GLIOLI, Antoine, La Communication Verbale, em l'Aventure Humaine, 4 pág. 65 e segs.

HARE, Paul, Handbook of Small Group Research, The Free Press, New York, 1965, cap. X.

XII - CAPITULO

INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS

Antes de mais importa definir integração. Dum modo geral pode definir-se como um processo social que tende a harmonizar ou unificar diversas unidades antagônicas, quer sejam elementos da personalidade, quer dos grupos ou colectividades sociais maiores. Podemos distinguir:

- a)- integração cultural ou seja o ajustamento recíproco dos elementos constitutivos de uma dada cultura, de modo a formar um todo equilibrado;
- b)- integração grupal ou seja o ajustamento recíproco dos membros de um grupo e sua identificação com os interesses e valores do grupo. Quanto maior for a solidariedade entre os componentes, tanto mais elevado, será o grau de integração atingido;
- c)- integração social ou seja o ajustamento recíproco de grupos de modo a formar uma sociedade organizada.

1. - Integração e Modelos Estruturais

A integração está condicionada pelos modelos estruturais. Todos os modelos de comportamento, papéis, processos, etc., devem formar um todo único nos sistemas sociais. Isto não significa que os elementos percam a sua identidade. Significa somente que, todos os elementos, estão bem coordenados e cooperam na prosequção dos objectivos comuns mantendo muito embora a individualidade própria.

Nos sistemas sociais a integração pode conseguir-se de dois modos:

- 1º- sujeitando um actor a outro e todos a um centro único de decisão, de modo que este último determine as tarefas e modos de actuação de todos os actores - temos então um modelo estru-

tural hierárquico;

2º- determinando o modo de agir de todos os actores de modo permanente e estatutário - temos então o "modelo estrutural institucionalizado".

Nos modelos existentes combinam-se estes dois modelos em proporções diversas. As actividades de cooperação escreve JOHNSON "requerem obviamente, poder de decisão (decision - making) e hierarquia de autoridade (poder legítimo de dar ordens). A necessidade de normas reguladoras é também óbvia" (Cf. pag. 55).

Neste capítulo, não falamos de controle social, ou seja dos caminhos para induzir os actores a submeterem-se às decisões particulares e às normas estatutárias. Tratamos unicamente das regras da integração do sistema e dos modos de a conseguir.

A unidade do sistema requer a coordenação das actividades e dos papéis. Tal coordenação pode conseguir-se em 1º lugar por meio da institucionalização, que defina os papéis e a inter-acção entre eles. Contudo nem todas as coisas se podem institucionalizar perfeitamente. Há casos imprevisíveis que requerem a direcção de toda a estrutura por alguma autoridade, quer para determinar as tarefas que cumpre executar nesse caso, quer para operar uma nova institucionalização. O excesso de institucionalização pode levar à burocracia

Existem grupos que se apoiam mais na institucionalização. Esta estrutura supõe condições bastantes estáveis; não se adapta facilmente às novas condições dos tempos. Tem no entanto, a vantagem de suprimir bastantes conflitos entre as pessoas, porque cada uma sabe perfeitamente o que dela se espera e que não pode ser obrigada ao que não está previsto pela instituição.

Há grupos que se baseiam mais na autoridade, ou seja na submissão de todos à vontade e direcção de um só, sem que esteja definido claramente o papel de cada um. Embora haja regras, estas não são muito formais. Tal estrutura favorece (ou dificulta segundo a pessoa) a adap

tação às novas circunstâncias, mas deixa a porta aberta ao arbitrio dos dirigentes e pode gerar conflitos graves.

A estrutura hierarquica pode mitigar-se de dois modos (e assim evitar os seus inconvenientes):

- a)- introduzindo, ao menos por algum tempo, alguma institucionalização dos papéis e funções, de tal modo que dentro destes limites cada um saiba o que lhe é exigido e qual a sua esfera de livre autonomia (tempo e modo de revisão de contratos e estatutos);
- b)- conseguindo a cooperação de boas-vontades por meio de consulta. Com efeito no caso da subordinação das vontades, os inferiores estão submetidos (podem estar) a uma terrível tensão psicológica: em certos casos têm a consciência de que vêem muito melhor os problemas e sua solução do que os dirigentes que lhe parecem afastados da realidade. No entanto, têm de actuar, agir, obedecer.

Os dirigentes, por sua parte, poderão diminuir tal tensão e os conflitos que dela nascem consultando os subordinados. Tal consulta, pode ser informal ou transformar-se em formal por meio de alguma institucionalização (consulta obrigatória em certos casos). Isto de modo algum suprime a unidade de direcção ou a estrutura autoritária.

Estas duas estruturas podem admitir-se simultaneamente ou sucessivamente. Pode o chefe estar obrigado a consultar e no entanto ser ele a decidir.

2. - Estrutura e Eficiência dos Sistemas

Os grupos defrontam problemas de índole diversa:

- a)- devem realizar os seus objectivos;
- b)- encontrar a solução óptima quanto aos meios a usar para isso;
- c)- conservar e aumentar a coesão do sistema.

1- Quanto ao primeiro problema a resolver, isto é a consecução dos objectivos, a subordinação das vontades, com exclusão de toda a possibilidade de dilação ou desculpa na execução, parece ser a estrutura óptima. A demasiada institucionalização torna a execução morosa e difícil.

2- Não se pode dizer o mesmo quando se trata de encontrar os meios mais aptos para conseguir os fins. Então, a estrutura autoritária parece ser menos funcional:

- porque os dirigentes não dispõem necessariamente de melhores conhecimentos do que os outros implicados nos sistemas;

- porque a combinação e cooperação das inteligências e dos pontos de vista, elimina mais facilmente as soluções falsas ou parciais. Verifica-se igualmente que em muitos sistemas, os membros são mais jovens que os dirigentes, têm uma formação técnica mais recente e ainda não cristalizaram em seus hábitos. Por isso mesmo, vêm as coisas com olhos novos, podendo sugerir novas e mais eficientes soluções;

- porque os que devem executar as ordens, conhecem, muitas vezes, melhor as dificuldades práticas.

Por todas estas razões, a estrutura que permite ao indivíduo, quer directa quer indirectamente, dar a sua opinião acerca das soluções, é a única que permite encontrar as soluções óptimas, quanto à adopção dos meios para conseguir os objectivos do sistema.

3- No que diz respeito à coesão, é claro que esta dificilmente se pode obter, onde se não pode expressar a opinião própria e exercer alguma actividade no funcionamento e orientação do sistema.

Concluimos pois que dos três fins visados pelo sistema, dois requerem a cooperação das vontades e somente um a sua sujeição. Surge então a pergunta: que estrutura se deverá então escolher? (já no domínio da acção). Certamente que nem uma nem outra na sua pureza, mas a combinação das duas ou as duas sucessivamente. Há estruturas da consulta ou es-

tudo, em que um preside ou dirige a discussão e os outros participam como iguais; há estruturas de decisão em que todos se submetem à vontade de um só.

Podem tais estruturas ser instituídas ao menos temporariamente de modo formal e oficial. Para aliviar tensões psicológicas e canalizar boas vontades é importante que todos saibam que - salvo pouquíssimos casos em que a solução é inadiável - cada vez que surjam novos problemas se correrá à consulta. De contrário, haverá o perigo dos membros do sistema andarem em sobressalto contínuo, ácerca daquilo que possa ser determinado pelos dirigentes. No caso de se efectuar alguma mudança inadiável no sistema, todos os membros deverão ser prontamente informados.

Corolários:

Do exposto se conclui:

- a)- a necessidade de grupos especializados de trabalho dentro dos sistemas (peritos);
- b)- a diferença entre democracia ideológica e estrutura de consulta;
- c)- a distinção entre consulta e deliberação;
- d)- a dificuldade de aplicação quando se passa de subalterno a chefe.

3. - Estrutura Formal e Informal

A estrutura chama-se formal quando é querida e aprovada pela autoridade competente. Tem uma institucionalização quer escrita quer consuetudinária.

Estrutura informal é a que existe de facto, embora exista uma estrutura formal da qual se pode afastar. No dizer de Broom and Selznick a estrutura informal é formada por aqueles padrões de comportamento que surgem quando os participantes de um grupo encontram dificuldades, problemas permanentes, etc., que não são resolvidos pela estrutura formal.

A estrutura informal, pode afectar os padrões de comportamento, as normas, os valores, os papéis, os processos, as instituições, a própria hierarquia ou estratificação.

Na ordem de acção, se a estrutura informal admite os mesmos fins que a formal, é um sinal de vitalidade do sistema e, ao mesmo tempo, da desaptação da estrutura formal. Por isso mesmo, quando a estrutura informal surge num grupo, os dirigentes deverão refrear a tendência à sua extinção. Pelo contrário, deverão aproveitá-la, reformando quanto possível a estrutura formal à imagem da informal.

Quando a estrutura informal prossegue objectivos diferentes ou contrários aos do sistema, então corre-se o risco do sistema se cindir em dois.

Tanto no domínio da investigação sociológica como no da acção, é de grande importância verificar se a estrutura informal se afasta da formal e estudar as causas de tal divergência.

4. - Factores de Integração Socio-Cultural

Integração socio-cultural não significa homogeneidade nem na sociedade nem na cultura. A diferenciação é característica essencial das relações sociais e prelúdio da sua integração. Só se pode falar de integração onde há diversos elementos.

São factores essenciais de integração:

- a)- o consenso sobre os valores;
- b)- a participação nas actividades do sistema;
- c)- a participação das pessoas em diferentes modelos sócio -
-culturais.

Ao lado destes factores essenciais situam-se outros que podem ser classificados de auxiliares. Estão neste caso:

- a)- as pressões externas, as ameaças e os perigos a que respondem os membros da sociedade;
- b)- o controle social;
- c)- o reconhecimento da interdependência dos interesses.

A solidariedade e integração socio-cultural é necessária e possível em qualquer tipo de sistema mas difere em natureza e grau de uma sociedade para outra. "A sociedade complexa com os seus numerosos grupos de pressão em conflito, os seus valores institucionais variáveis e os seus objectivos diversos, não pode depender da operação automática e espontânea dos processos de solidariedade. Quanto maior é a diferenciação dos papéis e dos estatutos, das funções e dos objectivos, dos interesses e dos valores, tanto mais devem ser usadas deliberadamente as técnicas de cooperação. Isto não significa que a sociedade comunitária é "natural" e a sociedade associativa "artificial", mas quer dizer que certos elementos favoráveis à solidariedade se encontram na primeira e estão ausentes na segunda. É necessário suprir pelo esforço, consciente, científico, técnico, a sua ausência. As pessoas devem descobrir, conceber e empregar mecanismos próprios para manter a integração socio-cultural". (Fichter, op. cit., pag. 428).

LEITURAS

1. - FICHTER, op. cit., cap. XVIII.
2. - Claude LEVI-STRAUSS, Social Structure, in ANTROPOLOGY TO-DAY, pag. 254 - 554, the Univ. of Chicago, 1953.
3. - BROOM and SELZNICK, Sociology, Row-Paterson, IV, 1965, pag.227-34.

CAPÍTULO XIII - Adaptação à Mudança Sócio-Cultural

Todo o sistema sócio-cultural está em contínua mudança além de se dever adaptar às mudanças verificadas no meio em que se enquadra. Os mesmos objectivos do sistema são determinados em relação aos valores e motivações que estão em vigor na sociedade global a que pertence ou em parte dela. Como estes são mutáveis por sua natureza, tal adaptação nunca alcança o seu termo.

1. Mudança Sócio-Cultural

A sociedade global muda tanto nos seus aspectos sociais como nos culturais (ler JOHNSON, 625-649 e Mc Iver and Page, Society, 507, 635).

A mudança social consiste no aparecimento ou desaparecimento de grupos ou no aumento ou diminuição de elementos nos mesmos ou simplesmente da sua importância diversa (Johnson, 628-631). Uma definição mais completa apresenta a mudança social como "variação dos modos de vida aceites, quer sejam devidos a alterações nas condições geográficas, no equipamento cultural, composição da população, ou por ideologias, levadas a cabo por difusão ou invenção dentro do grupo" (GILLIN, Sociologia Cultural, pág. 655).

A mudança cultural consiste no aparecimento ou morte de modelos de comportamento, papéis, normas, substituição na hierarquia de valores, etc (Johnson, 627-28 e 643-647).

"É claro que a mudança cultural é mais vasta e de maior amplitude, podendo repercutir-se mais ou menos sensivelmente na mudança social. Assim, se por invenção ou difusão se altera determinado traço cultural, dá-se uma mudança cultural, mas tal facto pode, por vezes, não implicar qualquer mudança social, sendo certo embora que uma e outra são largamente interdependentes.

Isto é mais evidente se, em vez de um simples elemento cultural sofrer variações, tal ocorrer com um complexo cultural. Então os efeitos da mudança no grupo, na comunidade ou na sociedade serão inevitáveis. Aliás, mesmo certas modificações a nível de simples traço cultural é o caso da invenção da roda - podem implicar transformações sociais incalculáveis.

"Em conclusão, enquanto a mudança social é toda a transformação inerente às relações entre as pessoas, a mudança cultural - a despeito de poder afectar aquelas - é toda a variação da cultura material ou espiritual, envolvendo meios materiais, técnicos, ideias, usos, costumes, etc. (Gonçalves José Júlio, II pág. 301)!"

Alguns sociólogos como, por exemplo, Guy Rocher, distinguem mudança social de evolução social. A evolução social, "é o conjunto de transformações sofridas por uma sociedade durante um período longo, ou seja, durante um período que excede a vida de uma geração ou mesmo de várias gerações" (Sociologia Geral, 4, p.84). Diz respeito aquilo que poderíamos chamar tendências seculares que só se evidenciam quando se toma uma perspectiva a um prazo muito longo. A mudança social, "consiste em transformações observáveis e verificáveis em períodos de tempo mais curtos". Está localizada geográfica e sociologicamente. De um modo geral é possível observá-la numa área geográfica ou num quadro socio-cultural mais limitado do que a evolução. Os primeiros sociólogos interessaram-se mais pela evolução social, enquanto que os sociólogos contemporâneos se dedicam de preferência ao estudo dos fenómenos de mudança social.

Importante se considera igualmente distinguir evolução e mudança social de progresso social. Progresso é, genericamente, "um movimento consciente numa direcção aprovada e desejável" (Fichter op.cit.356). Supõe-se que a mudança induzida há-de ser proveitosa e progressiva, enquanto que as mudanças não deliberadas e imprevistas podem ser proveitosas ou prejudiciais. Certamente que o conceito de progresso depende da escala de valores da sociedade ou do grupo.

A mudança estrutural pode referir-se à totalidade do sistema, através do espaço e do tempo, ou à mudança das partes em relação às outras dentro da estrutura total. A mudança estrutural envolve aspectos como: o desenvolvimento da burocracia, a expansão das classes médias, a multiplicação de especialistas nas diversas funções e a deslocação do poder social de umas formações económicas e políticas para outras. Todos estes exemplos demonstram como a posição relativa das pessoas, classes e grupos, está sujeita a mudança dentro do sistema social global.

As mudanças funcionais são evidenciadas pela maneira diferente como as pessoas prosseguem os seus fins sociais no espaço e no tempo. O que as pessoas fazem e o modo como o fazem, evidenciam uniformida -

des repetidas de comportamento social que se podem comparar de uma cultura para a outra. Sendo a cultura uma realidade dinâmica, as suas mudanças podem seguir-se mediante a observação das funções das pessoas na vida do grupo.

2. Características da Mudança Sócio-Cultural

Segundo MOORE, são as seguintes as características da mudança contemporânea: (cf. pág. 2 e segs);

1. Em qualquer sociedade ou cultura as mudanças ocorrem com frequência ou constantemente;
2. Não são, nem temporal nem espacialmente isoladas; ocorrem numa cadeia de sucessões e não como crises temporais seguidas de períodos tranquilos de reconstrução, e as suas consequências tendem a repercutir-se em regiões inteiras ou mesmo em todo o mundo;
3. A proporção de mudança contemporânea que é resultado do planeamento ou é produto de consequências secundárias de inovações intencionais, é muito maior que em tempos anteriores;
4. Segundo isto, o alcance da técnica material e das estratégias sociais vai-se ampliando rapidamente e os seus efeitos vão-se somando ou acumulando, apesar da relativa rapidez com que caem em desuso certos procedimentos;
5. A ocorrência normal de mudanças afecta um maior nível de experiência individual e de aspectos funcionais das sociedades no mundo moderno, não porque tais sociedades sejam em todos os sentidos mais "integradas", senão porque praticamente nenhum rasgo vital está isento de mudanças que se esperam ou são normais.

3. Factores de Mudança Sócio-Cultural

Há autores que distinguem entre factores e condições da mudança sócio-cultural. As condições, segundo eles, são os elementos da situação que favorecem ou desfavorecem, activam ou moderam, encorajam ou atrasam a influência de um ou vários factores de mudança. Os factores são

os determinantes da mudança social. São eles que exercem ou provocam a mudança. Assim a introdução de novas técnicas de produção numa fábrica pode ter como consequência modificações dos métodos de trabalho, da organização das equipas, etc.. Estamos perante um factor de mudança (a introdução de novas técnicas). Já a percepção que o sindicato tem da mudança e que propaga entre os trabalhadores será, segundo os casos, uma condição favorável ou desfavorável à introdução da mudança. Como vemos, condições e factores de mudança são complementares.

Os agentes da mudança socio-cultural podem ser as pessoas, os grupos, as colectividades que introduzem a mudança, a apoiam, a favorecem ou se lhe opõem.

São múltiplos os factores da mudança (Cf. JOHNSON, pag. 633-643). Em sociologia não se admitem explicações da mudança sócio-cultural por um factor único, seja ele geográfico, tecnológico, demográfico ou ideológico. Entre a multiplicidade dos possíveis factores podemos enumerar os seguintes:

1. Contacto de culturas (difusão cultural, modas, imitação, etc.);
2. Invenções e inovações (descobertas científicas);
3. Ideias filosóficas políticas e religiosas;
4. Catástrofes, cataclismos guerras e epidemias;
5. Explosão demográfica. Migrações;
6. Mudança social por transformação natural do ambiente;
7. Planificação económica-social, etc..

Nos nossos dias é sobretudo importante a mudança planificada. Esta supõe sempre:

1. um plano racional e um projecto de modificação de algum aspecto da organização social;
2. o conhecimento das causas e a possível previsão dos resultados;
3. A realização prática levada a efeito por meios eficientes e adequados ao fim proposto.

4. *Problemas que Surgem com a Mudança Sócio-Cultural*

São diversos os problemas gerados nos sistemas pela mudança sócio-cultural. Assim, das mudanças internas nasce o problema:

- de coordenar e dirigir as inovações, sobretudo as novas associações especializadas;
- o problema de harmonizar todos os elementos. Quando um elemento muda, também os outros devem mudar para se manter o equilíbrio. Alguns elementos podem sofrer uma certa desfazagem em ordem ao andamento geral (lag.);
- o problema de prever as consequências possíveis, sobretudo se são disfuncionais para as moderar ou equilibrar, se acaso se não podem suprimir por completo.

Teremos ainda de contar com os problemas derivados das mudanças exteriores ao sistema: Podem então adoptar-se vários mecanismos de adaptação:

- continuar a ignorar (ou fazer que se ignora) as mudanças exteriores;
- continuar a esforçar-se por impedir as mudanças exteriores;
- submeter-se a todas as mudanças, submetendo-se até à própria mudança funcional;
- esforçar-se por manter a própria identidade funcional introduzindo algumas mudanças estruturais;

LEITURAS

1. - Mc Iver and Page, *Society*, Cap. XXII a XXX (Óptimo).
2. - JOHNSON, *Sociology*, pag. 625-649.
3. - MOORE, *Câmbio Social*, UTEHA, México, 1966, Caps. 1, 2, 6.

IV PARTE

PESSOA E SISTEMAS SOCIO-CULTURAIS

Requisitos pessoais dos sistemas

Tendo considerado na terceira parte deste curso intitulada "sistemas socio-culturais", os requisitos funcionais de todo o sistema, nesta última parte debruçamo-nos sobre os requisitos pessoais, isto é, aquele conjunto de acções que deverão ser desenvolvidas por parte do sistema para integrar as pessoas e manter a coesão e operacionalidade.

Trataremos em outros tantos capítulos: a socialização, a pertença, a estratificação, o controle social e o desvio. Não será difícil encontrar paralelismo com a matéria exposta na terceira parte do Curso. Assim, a socialização tem a ver com os valores e a comunicação; a pertença e a estratificação com a integração; o controle e o desvio com a adaptação à mudança socio-cultural.

Ao tratarmos estas matérias não o pretendemos fazer de modo completo, mas tão somente a modo de introdução. Como é sabido, cada um dos temas enunciados é objecto de um curso especial nalgumas Faculdades.

CAPÍTULO XIV - Socialização e Aculturação

A Sociedade como os grupos, não encontra elementos formados; terá de os formar. Do ponto de vista da sociedade, o observador social, nota que normalmente o homem se sujeita às exigências e normas da sociedade em que nasce.

Ao processo de transformação interna pelo qual se opera tal submissão chama-se socialização (em sentido subjectivo ou seja considerada da parte dos indivíduos). Dum ponto de vista objectivo define-se socialização como "o mecanismo pela qual a sociedade transmite as suas normas, os seus valores e as suas crenças aos membros".

Costuma chamar-se aculturação ao processo segundo o qual se infundem no homem normas de uma cultura particular (na vida militar, na empresa, na cidade, na universidade...). Com mais rigor poderemos dizer que aculturação consiste na "modificação da cultura de um grupo resultante da assimilação de traços de um grupo diferente, depois de contactos directos e prolongados" (MENDRAS).

OTTO Klineberg opina que "o termo aculturação comporta pelo menos dois significados distintos ainda que aparentados. Um diz respeito ao processo que deve seguir todo o indivíduo para se tornar um membro bem integrado da sociedade em que vive, isto é, para fazer seus os valores e as atitudes em vigor nessa sociedade, integrá-los na sua personalidade, adquirindo as qualidades que lhe permitirão adaptar-se aos modelos de comportamento e às técnicas que a cultura a que pertence acumulou. Considerada sob este ponto de vista, a aculturação tem um sentido muito próximo do que se chama frequentemente socialização, ainda que por este termo se designa mais particularmente a evolução que conduz a criança à condição de adulto tal qual ela está fixada pela sociedade. HERSKOVITS propôs em 1948 o termo inculturação para definir mais claramente o fenómeno pelo qual o indivíduo se incorpora a uma fracção importante da cultura que o rodeia...

O segundo significado que desperta um interesse não menos considerável, sobretudo entre os etnólogos e os sociólogos, designa o que se produz quando duas sociedades ou duas culturas estranhas, entram em contacto; trata em especial do processo segundo o qual uma se modifica sob a influência da outra" (Cf. L'aculturation em L'AVENTURE HUMAINE, 4 pág.39).

Note-se que ao sociólogo como tal, lhe não diz respeito o

velho problema dos filósofos que pretendem destrinçar o que é inato ou adquirido pelo homem no decorrer da sua educação. Interessa-lhe antes saber "os mecanismos pelos quais, o indivíduo recebe da sociedade elementos da sua personalidade". Do mesmo modo deixa aos filósofos a discussão sobre as relações (metafísicas) entre indivíduo e sociedade. O que ele vê é que não há sociedades sem indivíduos que a constituam, do mesmo modo que não existem indivíduos isolados da sociedade.

Duma perspectiva sociológica, pretende-se "estudar o que é social nos indivíduos" e em que medida os membros de um mesmo grupo (nação, civilização) têm em comum traços de personalidade que lhes são transmitidos pela sociedade (personalidade de base).

Existem regiões com a sua sub-cultura, o mesmo se podendo dizer de diferentes categorias sociais e profissionais. Assim, há por um lado alguns traços fundamentais que permitem caracterizar os portugueses, espanhóis, etc. e, dentro da cultura portuguesa, espanhola, etc. encontram-se diferenças mais ou menos acentuadas (cultura burguesa, operária..).

1. Como se opera a Socialização

Socialização é um processo de influência mútua entre as pessoas e seus semelhantes, que leva à aceitação dos modelos sociais de comportamento. Por ela, a pessoa opera adaptações e mudanças nos seus moldes de pensamento e de acção, mudanças que aliás continuarão durante toda a vida.

A socialização pode considerar-se de dois pontos de vista: objectivamente, ou seja considerando a sociedade enquanto actua sobre o indivíduo; subjectivamente, ou seja da parte do indivíduo, enquanto responde à influência da sociedade.

Objectivamente, a socialização é o processo pelo qual a sociedade transmite a cultura de uma geração a outra, e adapta o indivíduo aos modos aceites e aprovados da vida social organizada. Assim considerada, a socialização tem como função desenvolver as aptidões e a disciplina que um indivíduo tem necessidade, comunicar aspirações, sistemas de valores, ideais de vida aceites numa sociedade particular e, em especial, ensinar papéis sociais que os indivíduos têm de desempenhar. (É um

processo que não afecta somente as crianças e os emigrantes, mas todo o membro da sociedade e durante toda a vida).

Considerada subjectivamente, a socialização é um processo pela qual passa um indivíduo na sua adaptação àqueles que o rodeiam, e aceita as maneiras de actuar da sociedade em que vive. É a socialização que faz do indivíduo um português, espanhol, etc., de tal categoria social...

2. Quadro social de referência

As experiências acumuladas na sociedade, formam a base a partir da qual o indivíduo empreende novas experiências. Os modos de pensar e de agir, são constantemente influenciados por este fundo social. Tendemos a viver o futuro sob a influência do passado. O quadro individual de referência consolida-se ou evolue em função do quadro social de referência. (lembrar Freud com o "id" "ego" e superego).

O quadro social de referência tem como fundo a experiência do indivíduo. A partir dele (background) olha os outros indivíduos e os acontecimentos, frequentemente de modo incôscio.

Nem todas as experiências sociais são, no entanto, equivalentes em importância e intensidade. Por isso o quadro de referência pode ser analisado de 3 pontos de vista:

- como comum a todos os seres humanos;
- como específico de uma cultura ou sociedade;
- como único para cada pessoa.

A variabilidade e intensidade diversa da experiência social, pode ilustrar-se com numerosos exemplos. A amizade e o grupo primário, encontram-se em todos os lugares onde os homens vivem em sociedade, mas cada pessoa faz a experiência da amizade de maneira única: em tal momento, em tais circunstâncias, com tais pessoas bem determinadas, As suas manifestações também variam. Por exemplo, nalgumas regiões os amigos beijam-se na cara: noutras abraçam-se; noutras apertam a mão, rocam o nariz. Além das diferenças de tempo e lugar há que contar também com as possibilidades diferenciais das diferentes pessoas e dos diferentes meios sociais para responderem às solicitações e orientações do quadro social de referência geral.

3. *Aprendizagem social*

O indivíduo aprende em contacto com a sociedade e partilha com os outros membros um conjunto de conhecimentos de transcendência social. A aprendizagem supõe um estímulo e uma resposta. Quando na resposta se recebe alguma satisfação, acentua-se a tendência e facilita-se o processo.

Os processos de aprendizagem social são entre outros os seguintes:

- a imitação pela qual se tende a reproduzir as acções e os gestos dos outros, verifica-se nas crianças, nos jovens e mesmo nos adultos o respeito daquilo que se admira;
- a sugestão como processo que opera de fora daquele que aprende, consiste no esforço e técnicas daqueles que intentam deliberadamente mudar o comportamento alheio (publicidade, propaganda);
- a competição é um processo de estímulo pelo qual duas ou mais pessoas rivalizam entre si na aquisição de qualquer bem.

Os estudos científicos que existem tendo como campo de observação indivíduos socialmente isolados, ou então de crianças mantidas à margem da sociedade, mostram que o facto de se associar com outros, constitui uma condição essencial para a aprendizagem social. A aprendizagem requer de um modo geral contacto e comunicação. O número e a qualidade de contactos de uma pessoa através da sua vida dão a medida da sua socialização.

4. *Obstáculos a uma Socialização Normal*

É difícil determinar o que seja normal dentro de uma sociedade. Além disso, como os indivíduos são limitados, devem seleccionar e concentrar os seus esforços na aquisição dos conhecimentos e das técnicas. Segundo Durkheim o normal e o patológico são definidos pelas sociedades e variam de sociedade para sociedade. Além disso, verifica-se na sociedade e nos grupos, a divisão do trabalho e a especialização.

Os obstáculos mais comuns a uma socialização normal são: a preguiça, a doença... a falta de meios e ocasião propícia. Pode ainda dar-se o caso das circunstâncias da vida serem tão adversas que a pessoa tenha de empregar todas as energias para subsistir. A própria cultura com as suas crenças, actividades e valores, pode impedir a aprendizagem acentuando o modo tradicional e estático. Também a estrutura social com os seus dispositivos de poder e de prestígio pode reduzir as oportunidades individuais de aprender.

5. *Agentes da Socialização*

Tanto a socialização como a aculturação requerem certos agentes. De um modo geral, podemos dizer que o 1º entre todos é a sociedade global. Temos depois a família, os pequenos grupos, influências pré-escolares; círculos de relações em que participam os pais, os parentes, os amigos, os empregados... São de grande importância pois mostram à criança como comportar-se na sociedade.

Ainda nestes primeiros anos, a rádio a televisão, os livros de aventuras começam a fornecer modelos de comportamento. A escola, a vizinhança e, em certos casos a igreja, são importantes factores de socialização da juventude. O processo de aprendizagem desenrola-se ao longo de toda a vida.

Os grupos e associações de toda a espécie que reúnem adultos para afazeres de profissão, de política, de religião... influem no desenvolvimento da personalidade social. Os agentes de socialização produzem efeitos semelhantes em grande número de pessoas... e são essas semelhanças assim partilhadas que tornam possível o estudo da Sociologia.

Reconhece-se habitualmente que a personalidade é resultante dos traços biológicos (natureza) mais a aprendizagem, mais a história individual (jogo dos dois elementos anteriores). Podem distinguir-se três tipos de personalidade correspondentes a outros tantos tipos de sociedade. A personalidade tradition directed (tradicionalista) cujo elemento preponderante é a conformidade com a tradição e com o que sempre se fez. Exemplo flagrante de um homem que pode reincarnar a figura de seu pai.

A personalidade inner-directed (autónoma) é orientada

pela consciência pessoal; interiorizou os valores e normas de conduta na infância e mantém-se desperta para integrar novos valores (própria da indústria e do capitalismo). A other directed (heterónoma) comporta-se em função da ideia que pensa que os outros fazem dela. Não actua portanto em função do que julga ser bom, mas em função daquilo que pensa que os outros esperam dela. "É a sociedade que se desenvolve na hora actual no nosso mundo ocidental, e que possibilita uma mobilidade incessante mas não necessariamente mudanças, pois que a acção do indivíduo é uma resultante da situação e das acções dos outros indivíduos. As grandes decisões não são tomadas pela vontade de um grande chefe... a lógica da situação e o sentido da historia impera... É claro, que os três tipos de homens distinguidos por RIESMAN são condicionados pela sua sociedade, por mecanismos diferentes (o costume, a educação e as relações interpessoais) mas também condicionados todos os três. O sociólogo estuda estes mecanismos de regulação em cada sociedade. sem por isso negar que os indivíduos dispõem de uma liberdade de acção: a análise de um mecanismo social geral nunca permite, em boa metodologia, dar conclusões válidas para os indivíduos" (Cf. MENDRAS, op.cit., 41 e 42).

Estão de acordo os investigadores sociais em que existem alguns traços básicos que permitem a caracterização dos membros de uma sociedade global (por exemplo os portugueses). Uma pessoa dotada de conhecimentos e espírito de observação distinguirá entre um grupo de turistas que se avizinha do Templo de Diana, pelos traços fisionómicos, pelo comportamento, pela língua, quais os espanhóis, americanos, franceses alemães, portugueses. Mas, para além disso, dentro de uma mesma nação existem diferenças acentuadas entre meios sociais, estratos, categorias socio-profissionais. Daí o dizer-se que é um burguês, um operário, um intelectual, etc.

O sistema educativo tem um papel capital na transmissão dos modelos de personalidade... É preciso estudar a família e a escola, mas também as técnicas educativas, desde a maneira de amamentar os recém-nascidos até o modo de recompensar e castigar as crianças, e, finalmente, os modelos de homem e mulher que se impõem às crianças.

Chega-se mesmo a afirmar que existe uma personalidade social ou "caracter nacional", para cada povo. O sociólogo recolhe esta afirmação como hipótese de trabalho para analisar o conjunto de traços

básicos da fisionomia de cada povo e os mecanismos através dos quais eles são transmitidos. Admite mesmo, que, mudados esses mecanismos possa mudar também esse complexo de traços.

Por outro lado, a esta seria a segunda hipótese, admite ainda o sociólogo que, numa situação normal, o homem normal reage como aprendeu a reagir normalmente. Em situações de crise é provável que o homem reaja em função das suas tendências mais profundas. Para o sociólogo interessa o funcionamento normal da sociedade e busca a sua explicação no que é social. Os agentes da socialização têm um efeito semelhante sobre um grande número e são essas semelhanças partilhadas por muitos que tornam possível o estudo científico da sociedade.

Segundo investigações de Freud, Mead e Piaget, é pelo processo de socialização que as normas sociais são interiorizadas e incorporadas pela personalidade psíquica, tornando-se parte integrante dela. A maior parte dos desejos, necessidades e aspirações do homem definem-se e canalizam-se em função das recompensas que lhe são oferecidas.

6. O Relativismo Cultural

Os conceitos de normalidade e anormalidade variam segundo as épocas e as circunstâncias. Por isso certos especialistas de ciências humanas adoptaram uma linha de pensamento baseado numa visão totalmente relativa da cultura. Dão mais importância ao papel da sociedade que ao da pessoa. Ora tal posição não é aceitável sem crítica: em primeiro lugar a herança biológica do homem (sem ter a importância que alguns lhe atribuem) assume uma parte activa na orientação geral do seu comportamento. Escreve com razão o americano E. Park que "os costumes podem fazer aceitar qualquer coisa; mas, acrescenta, é mais difícil fazer aceitar umas coisas que outras". E a razão é porque o homem não é somente um animal biológico nem somente um animal social: é, em todos os tempos e em todos os lugares biosocial. Por outro lado, embora as diversas culturas dêem respostas diferentes às mesmas questões essenciais, todas exigem normas de conduta, cooperação, etc..

O homem reage à cultura e interpreta-a segundo a sua personalidade, introduz mudanças, pode, e opera escolhas no que lhe oferece a cultura, aceitando alguns aspectos e rejeitando outros.

LEITURAS:

1. - DUFRENNE, Mikel, *La Personalité de Base*, Paris, PUF, 1953, 344 pags.
2. - RIESMAN, David, *La Foule Solitaire*, Paris, Arthaud, 1964, 383 pags.
3. - PARSONS, Talcott, *Éléments pour une Sociologie de l'Action*, Paris, Plon, 1955, cap. III
4. - KLINEBERG, Otto, *L'Acculturation* em "*L'AVENTURE HUMAINE*", vol.
5. - JANNE, Henri, *Le Système Social*, Ed. de l'Institut de Sociologie de l'Université Libre de Bruxelles, 1968, pág. 20.

CAPÍTULO IV - Modos e Graus de Pertença (membership)

Pode definir-se pertença o modo como cada um dos membros de uma colectividade percebe as suas responsabilidades em relação ao grupo, as assume, e se esforça por satisfazê-las.

É facto verificado que o sentido de pertença é diverso de pessoa para pessoa. Este pertença diferencial pode ser motivada:

- quer pela natureza da colectividade;
- quer pelo grau de adesão individual.

Há colectividades que exigem a simples inscrição (os que possuem um diploma: ordem dos médicos, dos advogados...); outras a presença (vg agregados, bairros, circunscrições...); outros a acção conjunta (vg grupos).

Por sua vez a adesão pessoal depende das motivações (interesses, valores, etc). O papel ou função que o indivíduo exerce no seio do grupo, a posição na estrutura formal e o prestígio que daí lhe advém, são igualmente elementos condicionantes da pertença.

Entre os diferentes tipos de estrutura que condicionam a pertença vamos enumerar os seguintes:

1. Modelos Estruturais Horizontais

a) Modelos homogêneos: são aqueles em que os elementos são da mesma natureza do todo (sistema). A mudança operada num deles, induz uma mudança proporcional nos restantes.

Tais modelos chamam-se mecânicos, se a transmissão das mudanças se faz de maneira rígida (é o caso do sistema oligopolístico na economia; o espaço económico chamado Mercado Comun).

Quando nos modelos homogêneos os elementos são da escala diversa (inferior) do todo, uma mudança induzida num elemento, não afecta necessariamente o todo. O todo somente é afectado quando certo número de elementos varia: - quando se atinge um limiar.

Tais modelos chamam-se estatísticos (assim acontece vg na economia quando há concorrência perfeita entre pequenas unidades).

b) modelos heterogêneos: são aqueles em que os elemen -

tos são de diversa natureza. Uns são da mesma natureza do todo, outros de natureza (escala) diversa. Tais modelos são mecânicos em relação às moléculas-elementos da mesma escala e estatísticos em relação aos átomos (elementos de escala diversa).

Estes modelos encontram-se frequentemente na vida social. Temos o exemplo do sistema económico de muitas nações; certas comunidades locais em que uma família influente comanda toda a vida social.

2. *Consistência Diversa dos Sistemas*

Os modelos homogêneos estatísticos não são muito rígidos, ao contrário dos mecânicos. Os sistemas com poucos elementos, em que cada um tem ampla proporção de responsabilidade, são rígidos. As propriedades estruturais dos grupos de 2, 3, 4, 5 membros, são muito diversas. Para além dos cinco a adição de membros é mais estatística, menos perturbadora.

Se se trata de um agregado em que quase não há estrutura, a adição de elementos, só quando atinge certo volume é perturbadora. São muitos os sistemas sociais que reproduzem o modelo estatístico. Podem adicionar-se muitos elementos, sem que mude a posição e a natureza dos outros e do todo. Temos como exemplo o sistema formado por uma repartição e o seu público (clientes). Sabemos porém que existe um ponto de saturação. Para além de um certo número de operários, uma oficina, pelos menos na sua estrutura actual, não pode funcionar com eficiência.

As comunidades são mais do que meros sistemas. Têm uma estrutura de tipo heterogêneo, onde entre muitos átomos, se encontram alguma molécula (quer pessoas quer associações). Podemos lembrar a influência de certas pessoas (notáveis, caciques, etc.) ou formações sociais (partidos, sindicatos, comissões de moradores, etc.).

As associações podem ter estrutura de tipo diverso (autoritária, democrática). A coordenação mais ou menos estrita pode ser requerida para conseguir o fim de associação ou da comunidade. O número de papéis dependerá da finalidade e das operações necessárias para a conseguir.

A associação formada pela equipagem de um avião, por causa da sua finalidade, tem uma estrutura mais rígida que a de um grupo de amigos que participam num acampamento.

3. *Estrutura Horizontal e Pertença*

No modelo heterogêneo os que gozam de estatuto atômico, terão geralmente menos responsabilidades e um sentimento de pertença mais débil do que aqueles que têm maior responsabilidade. Pode até o sentido de pertença desaparecer por completo. Tal facto não significa sempre o desaparecimento completo do grupo. Este pode permanecer, se existem motivações individuais, pelas quais os elementos estão ligados às acções de que nasce o sistema. Neste caso, no entanto, dá-se a conversão dos grupos em sistemas sociais.

Apesar do estatuto atômico alguns associados podem sentir uma disposição de maior pertença, ou porque o grupo se lhes apresenta como grupo de referência, ou porque encontram nele uma estrutura informal da qual auferem um status de relevo.

4. *Coesão e Pertença*

O grupo onde o sentido de pertença é débil, também disfruta de um grau de coesão muito débil. O moral do grupo, está em relação com o sentido de pertença. O moral é a disposição da vontade em relação a um objectivo particular. Até numa prisão (onde a ausência de democracia é evidente) o bom "moral" é necessário.

Dentro de um sistema ou grupo, num dado momento, pode conceder-se menor importância à coesão dos membros do que à consecução dos objectivos. (JOHNSON, 54-56).

GURVITCH distingue 3 graus de adesão possíveis: massa, comunidade, comunhão. Há grupos onde se encontram simultaneamente estes 3 graus. No centro do grupo há um núcleo de alguns membros intimamente unidos, e na periferia os indiferentes (expectadores).

5. *Grupo de Referência*

Os homens pertencem a diversos grupos mas com intensidade psicológica diversa. No seu comportamento global, uma pessoa pode referir-se com maior intensidade a um grupo particular. Esse grupo que orienta o comportamento de alguém e determina os seus valores, chama-se grupo de referência. Este, pode ser o grupo a que de facto se pertence ou então um grupo ao qual se deseja ou pretende pertencer, ou simplesmente se admira.

Para os membros de um grupo, outro grupo pode constituir-se em grupo de referência, nas seguintes circunstâncias:

- algum ou todos os membros do 1º grupo, aspiram a pertencer ao 2º;
- os membros do 1º grupo, esforçam-se por ser semelhantes aos do outro sob diversos aspectos, ou então em fazerem o seu grupo semelhante ao 2º sob qualquer aspecto; (classe média, Liceu/Universidade).
- os membros do 1º grupo, recebem alguma satisfação por serem diferentes dos membros do outro e por isso desejam manter a diferença entre os membros dos mesmos (diversos partidos, diferentes tendências sindicais).
- prescindindo do esforço por se tornarem iguais ou diferentes, os membros do 1º grupo apreciam o seu próprio grupo tomando como ponto de comparação o grupo em questão ou os seus membros. (JONHSON, 39-46).

LEITURAS:

1. - MERTON, R.K., *Social Theory and Social Structure*, 284-97.

CAPÍTULO XVI - Estratificação e Mobilidade Social

Como dissemos no capítulo anterior, o grau de pertença dos indivíduos aos grupos e dos grupos à sociedade global depende da posição que ocupam no sistema. A posição por sua vez está dependente do sistema de estratificação vigente.

A estratificação tomada em sentido activo, é o processo através do qual uma entidade se diferencia em estratos. O termo deriva da Geologia onde designa a constituição dos terrenos em camadas sobrepostas. Analogicamente, em Sociologia, e em sentido passivo, indica a estruturação das colectividades em camadas resultantes dos diferentes níveis de participação nos bens e serviços de que as mesmas dispõem.

1. A Universalidade da Estratificação Social

Em todas as sociedades há desigualdades institucionalizadas. Podem variar os critérios de distribuição dos recursos segundo o sistema de valores, mas a diferenciação social encontra-se mesmo nos regimes políticos que preconizam a igualdade e a construção de uma sociedade sem classes.

Ao verificá-lo, não pretende o sociólogo justificar o facto, mas tão somente chamar a atenção para ele e para as suas consequências. A desigualdade natural entre os homens (uns são fortes, outros fracos; uns saudáveis outros doentes; uns jovens outros velhos) vem somar-se a outra desigualdade essa de origem social.

No seio de um mesmo povo ou grupo, certos indivíduos recebem em maior grau os benefícios que a colectividade pode distribuir, por exemplo: a fortuna, a instrução, o poder, a glória. Ao conjunto de pessoas que participam de maneira semelhante, dá-se o nome de estrato social e diz-se que têm a mesma posição social.

2. Estatuto e Status Social

Quando as diferentes posições sociais são consagradas pelo Direito escrito ou consuetudinário designam-se pelo termo estatuto (os indivíduos que têm a mesma posição têm o mesmo estatuto). Quando pelo contrário não são objecto de qualquer regulamentação jurídica chamam-se

status.

O estatuto é portanto um ordenamento jurídico que define direitos e deveres, enquanto que o status resulta do prestígio social conferido às pessoas ou grupos.

Fairchild define status como a "posição ou prestígio social de uma pessoa no seu grupo, ou do grupo na comunidade" Indicando o status social o lugar que o indivíduo ou grupo ocupa na escala social e podendo derivar da fortuna, do êxito, da profissão, do poder, etc.. O estatuto, segundo o mesmo autor, é um ordenamento jurídico que fixa direitos e deveres (exemplo: o estatuto da carreira docente; o estatuto do funcionalismo público; o estatuto do cooperador, etc.).

A estratificação nas sociedades modernas resulta da diversidade de status que consagram, de modo informal, as diferenças objetivas entre indivíduos ou grupos.

"A sociedade é sempre, em diversos graus heterogênea, por causa da multiplicidade de grupos criados pela diferenciação das funções, a divisão do trabalho social e a diversidade de status socio-econômicos. Não há sociedade sem estratificações horizontais, quer dizer, sem uma hierarquização dos agentes sociais em função dos status de inferioridade ou superioridade que possuem uns em relação aos outros. Cada uma das camadas horizontais caracteriza-se pela sua mentalidade e pelo seu modo de vida próprio e pela solidariedade mais ou menos forte que liga os membros que a compõem".

Houve sociedades em que as diferentes posições sociais eram consagradas pelo Direito (sistema de castas, estados, etc.), enquanto que hoje não têm existência legal.

São dois os principais modos pelos quais os indivíduos alcançam o status:

- a) a atribuição (assignação), quando o status é baseado em critérios para os quais os indivíduos nada podem fazer, como seja a ascendência, a nacionalidade, a raça, a idade, o sexo, etc.;
- b) a eleição ou escolha, quando os indivíduos fazem qualquer coisa para adquirir a sua posição. As possibilidades e oportunidades não são contudo iguais para to

dos. "Uma pessoa pode trabalhar durante toda a sua vida na situação modesta que lhe foi assinalada e nunca experimentar melhoria sensível no seu status social. Pode, pelo contrário, disfrutar de uma ocasião excepcional para ocupar um posto que, automaticamente, lhe confere um alto status social. Acontece também especialmente nas sociedades menos competitivas, que uma pessoa seja relativamente indiferente ao sucesso social e não faça quase nada para o obter e goze apesar de tudo de um status social elevado" (Fichter, op.cit. cap. II).

3. O Estudo da Estratificação Social

A estratificação pode ser estudada de um ponto de vista psicosociológico ou de um ponto de vista morfológico. No 1º caso, parte-se do conceito de status e no segundo da verificação empírica da existência de estratos.

Cada pessoa tem um status, isto é, uma posição nos grupos e na sociedade a que pertence. Esse status é função do que ela é e depende da estima e avaliação da colectividade. Por isso mesmo se fala de status social - algo que é conferido pela sociedade.

Para o status global de uma pessoa convergem os diversos status que ela tem nos diferentes grupos a que pertence. Só o status global confere uma posição social. O conjunto de indivíduos (com) status semelhantes formam um estrato.

Quando o estudo da estratificação se aborda de uma perspectiva morfológica parte-se da verificação da existência de camadas sociais hierarquizadas segundo critérios de apreciação vigentes na colectividade. Essas camadas são sempre mais alargadas (nos níveis inferiores) e relativamente estreitas nos níveis superiores. Estruturam-se à maneira de pirâmides. As diversas camadas ou estratos têm uma certa objectividade em bora não formem grupos propriamente ditos. Verifica-se uma proximidade psicológica entre as pessoas da mesma camada social que contrasta com uma certa distância relativamente às pessoas de camadas sociais diferentes. Tal proximidade é reforçada por uma interrelação social preferencial concretizada no que os latinos designavam por convivium, comercium e connu -

bium. "Sem ser uma colectividade estruturada como uma comunidade ou uma associação, o estrato social representa uma forma de sociabilidade virtual, aquela precisamente a Gurvitch dá o nome de "massas"" (Virton, pág. 163 da tradução portuguesa).

As pessoas que pertencem aos mesmos estratos defendem os seus interesses que podem ser de conservação ou transformação do statu quo. Mas para empreenderem uma acção conjunta é necessário que estejam conscientes dos vínculos de solidariedade que os unem. Só assim se empenharão numa acção conjunta. "Poder-se-ia dizer sem paradoxo que não há classes sociais enquanto se não constitui um ambiente de "luta de classes". As revoltas dos camponeses na Idade Média, o terceiro estado da Revolução Francesa e do século XIX, a aristocracia da França da época monárquica, a classe operária dos finais do século XIX e do século XX, porventura o movimento agrário francês contemporâneo tornaram-se manifestações de classe, unicamente porque "grupos" propriamente ditos "comunais" no sentido que Gurvitch dá ao termo, chamaram a si os destinos e os interesses dos estratos sociais correspondentes que, sem eles teriam permanecido "massa"" (Id. ib. p. 164).

4. *A Mobilidade Social*

"Uma característica fundamental dos sistemas de estratificação, consiste em saber até que ponto são abertos ou rígidos: que oportunidades existem numa sociedade de passar de uma posição a outra? O estudo desse movimento - suas razões ou fontes, seus padrões e consequências - constitui o estudo da mobilidade social. Embora às vezes se pense na mobilidade com o sentido de progresso, o movimento, evidentemente pode ocorrer em três direcções: do mais baixo para o mais alto, do mais alto para o mais baixo ou entre duas posições do mesmo nível" (Tumin, *Estratificação Social*, cap. X, p. 125 da tradução brasileira).

A mobilidade pode ser geográfica e manifestar-se por deslocações no espaço físico, ou propriamente social e corresponder à mudança de status. A mobilidade evidencia a possibilidade que têm os indivíduos num sistema de mudar de posição.

A mobilidade social pode classificar-se em: horizontal quando diz respeito por exemplo à possibilidade que têm indivíduos de passar de uma empresa para outra conservando o mesmo status profissional

e o mesmo salário; vertical quando implica uma mudança na apreciação das pessoas ou uma diferente participação nos valores que a sociedade procura. Esta implica mudança de nível de vida e de estrato. Será ascendente ou descendente consoante o indivíduo ou o grupo avança ou retrocede. Denomina-se ainda automática quando a mudança no status se verifica sem intervenção alguma do indivíduo (mudança na idade, saúde, etc.); voluntária quando se dá com participação activa do indivíduo ou do grupo (o celibatário que contrae matrimónio; o que faz uma especialização profissional ou tira um curso).

É à mobilidade social vertical que nos referimos ao falar de mobilidade. A profissão, os rendimentos e a instrução têm sido os critérios mais frequentemente adoptados para avaliar a mobilidade.

Como canais de mobilidade, evidenciam-se com importância decisiva: a família, a escola, a profissão, a igreja, o exército, os partidos, os sindicatos, o casamento.

Autores como Cazeneuve, estabelecem ainda a diferença entre mobilidade bruta, estrutural e líquida. "A mobilidade líquida é a que aparece nos documentos mais correntes e mais vezes utilizados, nomeadamente as "tabelas de mobilidade", que são os resultados de inquéritos junto de uma dada população cujas profissões se registam (e as percentagens de indivíduos em cada uma delas) e cujas profissões dos pais se anotam. Sabe-se portanto assim em que proporções evoluem as mudanças de estatuto (subindo ou descendo na escala social), de uma geração para outra. Mas esta "mobilidade bruta" pode traduzir dois processos diferentes. O primeiro, chamado mobilidade estrutural, deve-se à evolução do sistema social, por exemplo à rarefacção das profissões agrícolas e à extensão dos empregos de escritório entre a geração dos pais e a dos filhos. O segundo, a mobilidade líquida, é aquela que, independentemente das evoluções do sistema global, depende dos próprios indivíduos, da sua faculdade para se elevar, para estagnar ou descer... Se se imaginasse uma sociedade com uma demografia estável, com uma repartição constante dos empregos, cada vez que um indivíduo subisse, um outro desceria, e a mobilidade bruta seria igual à mobilidade líquida. De facto, a taxa de natalidade varia muitas vezes segundo as classes sociais (criando por exemplo uma aspiração para o alto), e o progresso industrial faz aumentar em número os empregos não manuais" (Dez Grandes Noções de Sociologia), Moraes Editores, Lisboa, 1978, p, 172).

5. Medida da Mobilidade Social

Para medir a mobilidade social é necessário fazer algumas escolhas. Em primeiro lugar é preciso decidir quais os aspectos que devem ser medidos (econômicos, educativos, profissionais); em segundo lugar determina-se a unidade de análise (indivíduos, famílias, estratos); depois fixa-se um ponto de referência (primeiro emprego, melhor emprego, em em prego aos 35 anos?) e um intervalo de tempo.

Escreve Capecchi (Cuestiones de Sociologia, p. 858) "pe-
lo que diz respeito à identificação do fluxo de mobilidade social, são
dois os principais problemas metodológicos:

- a) identificação de um sistema de estratificação para classificar os sujeitos de uma colectividade dada;
- b) identificação de um certo intervalo (temporal ou entre duas gerações) dentro do qual se considere o fluxo de mobilidade dos sujeitos de um estrato (ou classe social) a outro".

Idealmente, o mínimo de mobilidade vertical encontrar-se-ia quer numa sociedade inteiramente igualitária (dado que os status, por hipótese estariam, aí todos à mesma altura) quer, pelo contrário, numa sociedade de hierarquias fixas e hereditárias cujo exemplo mais aproximado é dado pelo sistema de castas, tal como existia na Índia. Entre estes dois extremos, a mobilidade e as hierarquias podem apresentar aspectos muito diferentes.

6. Prerreqüisitos da Mobilidade Social

Para haver mobilidade social é necessário, antes de mais, uma disposição psicológica favorável nos indivíduos e na sociedade. É que por exemplo as profissões prestigiadas exigem longos e laboriosos estudos e nem sempre são as mais bem retribuídas. Uma profissão que não exige grande especialização, pode trazer uma remuneração imediata considerável, enquanto que uma profissão liberal pode implicar largos anos de dependência familiar.

Além disso, não é fácil mudar o estilo de vida, dificuldade que será acrescida com a distância cultural entre os estratos. Acresce ainda que pode haver culturas ou sub-culturas que não enconrajam a mo-

bilidade. A igualdade de oportunidades é outro dos prerequisites fundamentais da mobilidade.

"Os reformadores sociais sempre se preocuparam com o problema da estratificação e a sociedade ideal é apresentada ora com uma colectividade sem hierarquia (o que, pelo menos supõe uma grande abundância de bens a distribuir), ora como uma organização na qual os estatutos sociais sã dependem dos mēritos pessoais. Enquanto esperam que seja aplicada a fórmula "a cada um segundo as suas necessidades" ou a regra "a cada um segundo os seus mēritos", as sociedades ao mesmo tempo que se atribuem ideais democráticos, conhecem estratificações complexas e por vezes incoerentes, mas de modo nenhum inexplicáveis para o sociólogo" (J. Caze-neuve, Dez Grandes Noções de Sociologia, Moraes Editores, Lisboa, 1978 , pág. 156).

7. Tentativas de Teorização

As diversas teorias sobre a estratificação e mobilidade social serã objecto de uma cadeira de curriculum do Curso de Ciências Sociais. Por isso mesmo não lhe daremos aqui grande aplitude. Com Caze-neuve resumiremos assim o seu conteúdo:

"Vários autores salientaram judiciosamente que a maior parte das teorias gerais respeitantes à estratificação podia classificar-se sob duas rubricas diferentes, porque respondiam a duas intenções diametralmente opostas"

"Com efeito, umas, mais ou menos inspiradas no marxismo, sã de tendência radical, insistindo nos conflitos provocados pelas desigualdades e interessando-se pelo processo histórico, enquanto as outras, particularmente bem representadas na sociologia americana, sã de tendência conservadora, insistindo na função que a estratificação desempenha (e daí o seu íntimo parentesco com a sociologia funcionalista) e interessam-se pelos equilíbrios, pelas estruturas mais do que pelas mudanças" (loc.cit., pág. 124).

Lenski (cf. Power and Privilege, McGraw Hill, 1966) procura ultrapassar estas duas teorias depois de lhes reconhecer o mērito parcial. "A teoria do conflito contem uma parte de verdade, no sentido em que os interesses da sociedade nunca concordam com os de todos os membros dessa sociedade, de tal forma que de facto uma minoria tem tendên -

cia para se identificar com o interesse geral, o que engendra efectivamente conflitos. Mas, por outro lado, a teoria funcionalista é em parte igualmente verdadeira, porque qualquer sociedade está parcialmente integrada e por conseguinte tende confusamente para funcionar segundo determinadas normas. Em suma, é porque existe sempre integração e porque esta integração é sempre imperfeita que as duas teorias em presença são ao mesmo tempo válidas e insuficientes. E, ao mesmo tempo, há, na vida social, um certo consenso no qual insistem os funcionalistas e uma coerção a qual os marxistas acentuam. A cooperação e conflito são dois elementos da vida social real" (Cazeneuve, loc.cit., pág. 135).

Para Lenski há que considerar dois elementos: o poder e o privilégio. O que está em causa é o modo como se distribue entre os membros do grupo o fruto do trabalho. Uma parte é distribuída entre todos porque existe cooperação e cada um tem de receber o indispensável para a subsistência. É a respeito do excedente que se processa a competição que por sua vez gera a estratificação. Uns recebem mais, outros menos, segundo o seu poder e, em menor grau, segundo o altruismo existente. Poder e altruismo determinam o privilégio, ou seja "a possibilidade de beneficiar de uma parte do excedente". Por sua vez o poder combinado com o privilégio, de que se não distingue adequadamente, geram o prestígio. O poder é, no entanto, o elemento mais importante da estratificação social.

"Assim, o poder continua a ser o fundamento essencial do privilégio (que permite estar bem colocado na repartição do excedente), mas as formas do poder podem mudar!"

"Segundo Lenski, a história mostraria que as formas do poder passam por diferentes ciclos nos quais alternam períodos de poder baseado na força e outros em que se baseia no direito. Cada ciclo inicia-se pela tomada do poder de uma nova elite e comporta uma fase inicial de violência. Depois, na fase seguinte, a autoridade legítima substitui-se a este reino de força!"

"Os diferentes ciclos podem ser mais ou menos longos. Por outro lado, a fase violenta, por exemplo, pode ser mais longa do que a fase de legitimação, ou o contrário. Pode afirmar-se que o poder constitucional é altamente desenvolvido quando se está perante um ciclo longo, quando o nível de produtividade é elevado e o desenvolvimento económico rápido".

Estas são em resumo as teorias da estratificação existentes, não sendo fácil dizer qual será a mais adequada à realidade.

LEITURAS

1. - Joseph, FICHTER, *Sociologia*, Cap. II.
2. - Jean, CAZENEUVE, *Dez Grandes Noções da Sociologia*, Moraes E ditores, Lisboa, 1975.
3. - Henri, MENDRAS, *Éléments de Sociologie*, Armand Colin, Paris (3), 1975.
4. - Melvin, TUMIN, *Estratificação Social*, Zahar, Rio, 1967.

CAPÍTULO XVII - Controle Social

Pode considerar-se o controle social como uma extensão do processo de socialização anteriormente estudado. Não se lhe pode atribuir somente, dentro da sociedade ou dos grupos, um papel conservador ou estático. Ele pode preservar a unidade social na evolução, fazendo que cada indivíduo desempenhe nos períodos de transformação, o papel que dele é esperado.

O controle social é pois o conjunto de mecanismos que mantêm a sociedade coesa tanto na estabilidade como na mudança. É uma extensão do processo de socialização.

A conformidade gerada pelo controle pode ir desde uma adesão entusiasta a uma disciplina aceita ou somente tolerada. A antiguidade do indivíduo dentro do grupo condiciona a sua conformidade. É facto por demais conhecido que os recém-chegados (como os neófitos) são os mais zelosos da ordem (operários na empresa, estudantes na universidade, recrutas no exército).

Igualmente se verifica que a conformidade exigida ao indivíduo no grupo está relacionada com a posição que ocupa dentro dele. Quanto mais alta for a sua posição, mais rigorosa é a conformidade exigida.

O controle encontra-se em todas as sociedades e não somente nas sociedades políticas. O imperialismo dos grupos primários é mais evidente do que o das associações a que os indivíduos confiam somente alguns dos seus interesses ou actividades. Numa sociedade à medida que se multiplicam as associações abrandam as possibilidades de controle dos grupos primários.

É no entanto certo, que tanto o Estado patriarcal como o moderno, dispõem de um poder global de controle, enquanto que os outros agrupamentos dispõem de um poder de controle sectorial a que os indivíduos ao menos em teoria, se podem eximir.

1. Tipologia do Controle Social

O controle social, como já ficou insinuado, pode provir da sociedade sobretudo através dos papéis, de um grupo ou de uma pessoa.

Pode apresentar um aspecto positivo ou negativo, segundo leva a agir em determinado sentido ou tenta impedir o indivíduo ou o grupo de agir em sentido contrário ao estabelecido. Com esta finalidade se adoptam sanções, que recompensam ou penalizam os comportamentos.

Denomina-se o controle de formal ou informal, segundo obedece as regras precisas escritas ou consuetudinárias, ou não. No 1º caso, toma a forma de leis, decretos, regulamentos, no 2º actua sob a forma de opinião pública e manifesta-se nas atitudes tomadas pelos diversos públicos em relação ao comportamento individual.

Quanto ao controle institucional e de grupo pode actuar em sentido positivo ou negativo. O controle do grupo consegue a conformidade por meio de uma acção constante, voluntária e deliberada tanto do que controla como do que é controlado.

2. A Pessoa no Processo de Controle

O indivíduo age e reage ao meio ambiente. Normalmente conforma-se com as regras aí existentes mas poderia também não se conformar. O porquê da conformidade constitue um problema complexo. O que podemos dizer é que os seres humanos buscam o seu próprio bem ao conformarem-se às normas e à estrutura da vida social.

A aprovação e apreço dos seus semelhantes, bem como a imagem do bem e do mal infundida pela sociedade, constituem motivações suficientes ainda que complexas do actuar humano em conformidade com o que é esperado pela sociedade ou pelo grupo.

Além da conformidade ser uma condição essencial para a permanência dos grupos, estes, em relação à pessoa podem ser colocados numa escala de mais a menos, segundo a conformidade que exigem. Assim os grupos primários exigem maior conformidade que as associações secundárias e dentro destas o rigor da exigência ainda varia. Naturalmente tal exigência está em função da importância das pautas de comportamento realizadas em cada grupo.

Recai uma pressão diferencial sobre as normas e sobre os simples usos.

O controle mais rigoroso sobre os membros do grupo exerce-se no grupo familiar e educativo. A observância das regras, é fundamental para o manutenção do grupo e para a prossecução do próprio bem-estar.

Pela ordem da força do controle exercido alinham a seguir ao grupo familiar, os grupos econômicos e políticos. A maior parte dos empregos lucrativos exigem conformidade de modo a ter de se optar por um dos seus membros da alternativa: conformar-se ou renunciar. Apesar da fortaleza do controle nos agrupamentos políticos e econômicos, estes não se exercem com tanta frequência.

Os grupos recreativos e religiosos, são os que têm menor grau de controle sobre os seus membros. Há neles maior liberdade de movimentos e de escolha. São voluntários, o que não quer dizer que entre eles se não encontrem grupos altamente disciplinados.

Embora o controle se exerça normalmente através de grupos há em toda a sociedade uma influência difusa da cultura. É o que se chama controle institucional. As instituições com efeito, além do que as pessoas fazem dizem igualmente o que delas se espera. O seu controle é, em grande parte, subconsciente e impessoal. Os grupos conformam-se com as instituições como as pessoas se conformam com os comportamentos exigidos pelos grupos.

"O controle institucional varia quanto à eficiência de uma sociedade a outra; varia inclusivamente dentro da mesma sociedade e de um periodo de tempo a outro. As pessoas ligadas, como se diz, à tradição aceitam as restrições institucionalizadas de pautas de comportamento estabelecidas de há muito, com mais facilidade que a gente de uma sociedade inquieta, dinâmica e individualista. As pessoas de certa idade conformam-se mais estavelmente que os jovens com as formas institucionalizadas. O predomínio de uma instituição pode variar segundo as exigências do tempo e das necessidades da sociedade, como, por exemplo, uma guerra de grandes proporções, em que a instituição política exige grande conformidade e cooperação". (Fichter, 380).

3. A Acção dos Leaders

"Toda a estrutura social leva a distinguir, em qualquer grupo que seja pessoas que governam e pessoas que não governam (são os chefes militantes, dirigentes, condutores, etc). Uma observação mais aprofundada permite verificar a existência de uma dupla estrutura em certos grupos sociais: um estrutura "formal" que dá autoridade de direito a certos membros, e uma estrutura não formal, que conduz à direcção real, membros não oficialmente investidos nesse estatuto.

Poderíamos pois falar de uma autoridade de status e de uma autoridade de papel (role). Normalmente, estas duas espécies de autoridade devem ser conjugadas, mas podem encontrar-se nitidamente separadas " (Virton, 318).

Quando consideramos a vida social no seu dinamismo e na sua transformação, tanto das estruturas como das normas institucionais, esta influência transformadora dos leaders aparece-nos como mais importante do que o jogo das influências colectivas.

FICHTER com terminologia diversa distingue a leadership de posição e a leadership pessoal. A 1.^a é independente de qualquer grau de habilidade ou competência é derivada da posição que se ocupa numa burocracia ou numa hierarquia (assemelha-se a autoridade de papel); a pessoal é devida em grande parte aos méritos (pode assemelhar-se à de autoridade). Nela se podem ainda distinguir três sub-tipos: A técnica (domínio dos peritos); a carismática derivada de certas qualidades de emoção que se manifestam nos indivíduos. Os discípulos ou chamados, têm-nos como inspirados predestinados ou iluminados. Entre eles se contam os heróis vitoriosos, os pais da Pátria, os profetas. (Segundo Max Weber o carisma é um tipo de legitimidade fundado sobre qualidades excepcionais reconhecidas ao chefe).

O tipo mais geral de chefia é o de direcção que exige experiência na execução e penetração dos problemas complicados, bem como a capacidade de delegar noutra as funções e a autoridade.

4. Comunicação e Política como Instrumentos de Controle

Os comportamentos desejados ou impostos devem ser comunicados. A forma mais comum de o fazer é a ordem ou comunicado que se expressa por estas ou semelhantes palavras: faz, não faças.

Também a publicidade e a propaganda visam obter a conformidade com certos valores ou pautas de comportamento.

O processo educativo em geral é o canal normal através do qual a sociedade transmite a sua cultura às gerações seguintes e delas obtém a conformidade.

As sociedades como os grupos estabelecem objectivos, escolhem meios para os efectivar e desencadeiam acções. "A política social supõe uma análise minuciosa das partes, um projecto específico e técnico e um programa pormenorizado de direcção em ordem a obter os fins... Exige uma conformidade específica com um comportamento planeado racionalmente. O problema reside na relação activa entre os indivíduos e o grupo. Uma política social que diminui a iniciativa e a cooperação voluntária do indivíduo, falha nos seus próprios objectivos. Uma política social que não exerça suficiente controle sobre os indivíduos para chegar aos seus fins, é algo que carece de sentido.

É possível que haja controle social como fim em si, sem política social propriamente dita: mas é impossível que haja efectiva política social, sem algum controle e conformidade. Um tipo efectivo de política social exige que as pessoas tenham alguma participação tanto no planeamento como na execução do projecto social. O tipo de fins sociais fixados, o ritmo na execução do plano, e o género de pressões e sanções aplicadas, tudo isto requer um conhecimento genérico da mudança social e um conhecimento específico das tendências que entram em jogo. Além deste conhecimento a política social exige grande compreensão das personalidades sociais implicadas na mudança projectada" (383-384).

LEITURAS

1. - FICHTER, J., *Sociologia*, Cap. XVI.
2. - JOHNSON, H.M., *Sociology*, 552-585.
3. - McIVER, *Society*, Cap. VII.
4. - COHEN, Albert, *Controllo sociale e comportamento deviante*, Cap. V, pág. 87.

CAPÍTULO XVIII - Desvio Sócio-Cultural

Enquanto que a conformidade é a acção que é orientada pelas normas sociais e recai dentro da margem de comportamento permitida pela norma, o desvio é o comportamento que viola a norma para a qual o actor está orientado.

1. O Desviado e o Anormal

O desvio social refere-se a anormalidades e irregularidades no comportamento social. Entende-se aqui normal como aquilo que é regulado, estandardizado e supõe-se por outro lado, que o comportamento normal goza de aprovação da sociedade, enquanto que o anormal é desaprovado.

De um modo geral podemos dizer que o desvio é o processo pela qual as pessoas ou grupos fogem ao controle social. Note-se que o dizer anormais, não quer dizer que não tenham norma, mas tão somente que não procedem segundo os modelos de comportamento comumente admitidos.

2. Desvio Positivo e Desvio Negativo

O desvio positivo orienta os comportamentos na direcção dos valores ideais admitidos numa sociedade. Afasta do comportamento normal e por isso é desvio.

Os santos, heróis, pessoas extraordinárias, revolucionários, inventores, reformadores sociais, etc., entram dentro da categoria de desviados positivos.

O desvio negativo é o movimento em direcção ao comportamento desaprovado considerado como inferior e inadequado. É deste que habitualmente se trata ao falar de desvio social.

Tendo em conta, como já vimos, que os sociólogos numa cultura distinguem normas, costumes e usos, a análise do comportamento desviado deve igualmente ter em vista esta distinção.

Entre os desviados negativos existem graus de disconformidade: há por exemplo, não conformistas extremos e não conformistas moderados. A disconformidade pode ter origem física, mental, moral ou cultural.

Os desviados mentais e desadaptos psicológicos constituem uma das categorias de desviados negativos. Destes se deve em muitos casos ocupar, a sociedade. Ao apelidarmos o seu comportamento de desviado não fazemos uma apreciação moral. Colocamo-nos no ponto de vista sociológico.

Os diminuídos física ou orgânicamente, constituem outra categoria. São os surdosmudos, paralíticos, doentes crônicos. Estes são um problema para si mesmos e para a sociedade. Mediante o treino e exercício das suas aptidões pessoais podem aprender a participar em maior ou menor grau na cultura e na sociedade, mas não podem alcançar nunca o nível de participação ^{que} se considera normal e aceitável.

Uma 3.^a categoria é formada pelo que se pode chamar "desviados dependentes". São os mendigos, os desempregados, etc..

Os desviados criminosos ou delinquentes são julgados de maneira diferente pela sociedade. É que violam deliberadamente as normas de valor da cultura. É mesmo porque são responsáveis da sua infracção que se lhe aplicam sanções.

3. Desvio e Papéis Sociais

O papel social é outro ponto de vista para a análise do desvio. A personalidade social normal seria aquela em que todos os papéis funcionassem segundo as expectativas. Como a pessoa tem múltiplos papéis nunca chegará a ser totalmente desviado. Pode mesmo dizer-se que um conformista absoluto bem como um desviado absoluto, constitui uma impossibilidade sociológica.

Sabemos como a sociedade permite um certo desvio no cumprimento dos usos, menor nos costumes, e não permite nenhum no que se refere às normas e tradições.

O desvio deve referir-se ao conteúdo do papel, ao tempo, e aos objectivos do grupo em questão. A personalidade social equilibrada evita o desvio aprendendo a não confundir os papéis. Adapta o seu comportamento aos tempos, situações e grupos.

O desvio da personalidade não vem geralmente da substituição de um papel por outro, mas mais frequentemente do desempenho irregular dos diferentes papéis sociais. Vg um rapaz pode ser um modelo em tudo

menos em estudar, uma rapariga pode ser um modelo de estudante mas insuportável em casa.

Olhando ao conjunto de papéis de cada pessoa, pode dizer-se que todos somos mais ou menos desviados nalgum papel ou em algumas circunstâncias. Importa no entanto ao fazer esta afirmação ter em vista, uma vez mais, os usos os costumes e as normas.

Como já insinuámos, a sociedade não dá importância, e às vezes até aprova um deslize, que pode tornar a personalidade mais interessante. Apesar de tudo, uma pessoa que é constantemente não conformista num papel social, ainda quando desempenhe cabalmente todos os outros papéis, cai sob a definição de desviado social.

4. O Desvio Institucionalizado e Situações de Desvio

Pode falar-se de desvio institucionalizado quando se exigem na mesma cultura comportamentos antagónicos em duas ou mais instituições igualmente aprovadas pela sociedade. Neste caso o desvio deve avaliar-se em relação à instituição axial.

Certas orgias nas sociedades primitivas, tomam a forma de "evasões reguladas". Prostituição, jogo ilegal, dicotomia de honorários e outras práticas no género estão admitidas como comportamentos indesejáveis. Satisfazem necessidades efectivas ou imaginadas das pessoas, ainda quando contradizem os valores expressos pela cultura, convertem-se em desvios sistemáticos e institucionalizados.

Há situações que levam as pessoas normais a comportarem-se de maneira imprevista. Um terramoto, um incêndio, um motim uma greve são algumas destas situações.

Se considerarmos o desvio social e cultural como uma situação em que o comportamento desaprovado socialmente é realizado por um conjunto de pessoas, podemos distinguir três planos diferentes:

O 1º é a rotina mais ou menos estabelecida de um desvio, algumas práticas de colusão com os agentes da justiça nas infracções do código da estrada, que são meramente toleradas pelas pessoas. O 2º é aberração temporal e imprevista do comportamento que se verifica em crises e pánicos. O 3º é a erupção social temporária, mas com frequência prevista como no caso de violência e conflito.

5. Grupos Desviados

Toda a sociedade tem grupos básicos: familiar, educativo, econômico, político, religioso e recreativo. É raro que exista completa coordenação e conformidade entre todos os sectores dentro de cada grupo básico.

Existe uma gradação de subgrupos com comportamentos que se aproximam mais ou menos do comportamento desejado e aprovado.

Nos grupos religiosos existem as seitas; nos políticos as correntes dentro do mesmo partido; nos econômicos as firmas que lançam substitutos de diversos produtos.

Há depois os grupos constituídos pelos infractores da lei. Grupos ilegais, moralmente aberrantes. Notemos no entanto que estes grupos, aberrantes em relação à sociedade geral, exigem normalidades de comportamento no seu funcionamento: têm chefes, estruturas, integração, etc.. Lembrar a gang da Rua Norton analisada por Whyte.

Dos grupos de desviados podem distinguir-se os grupos marginais enquanto que não estão completamente dentro nem completamente fora do sistema sócio-cultural.

O homem marginal é aquele que não foi plenamente assimilado ou adaptado às normas sociais e culturais da sociedade ou do grupo a que pertence.

Ainda que ponha sério empenho em seguir os costumes e em ser aceite pela maioria permanece no entanto à margem.

Os grupos marginais são minoritários. Melhor se chamariam categorias sociais. Estão geralmente formados por emigrados que manifestam características de socialização em cultura diferente.

A marginalidade avalia-se segundo critérios gerais de status social e numa sociedade moderna é um conceito dinâmico. A pessoa marginal não possui em grau suficiente os elementos de valor que elevam o status na sociedade (riqueza, instrução, religião, etc.). No entanto está orientada para esses valores e, ao menos teoricamente não está impossibilitada de alcançar tais valores.

A marginalidade é um aspecto especial de desvio, dado que os desviados marginais não podem com frequência fazer nada para eliminar a fonte do seu desvio, no entanto estão orientadas para os valores dos

grupos de que se encontram afastados.

6. *Problemas Sociais e Progresso*

O desvio tanto pode criar problemas sociais como condições necessárias para o progresso. É que a sociedade não funciona de modo exactamente repetido; está sujeita a mudança e portanto a desvio.

Problema social pode definir-se como a discrepância entre as normas de valor e o comportamento social real. De qualquer modo o problema social está sempre relacionado com o desvio ou seja com o afastamento dos tipos de comportamento aceite (pobreza, crime, delinquência, falta de habitação sugerem que bom número de pessoas não participa daquilo que é considerado como valioso dentro de uma cultura).

O problema social está em conexão com o desvio negativo, mas não só. O esforço social consequente tem em vista reduzir a distância entre o que é tido como normal e a situação concreta.

O progresso social vai mais além. Dirige os comportamentos em direcção do que chamamos desvio positivo ou seja dos valores ideais da sociedade. Se acaso se repetissem sempre os mesmos modelos de comportamento, se não se pudessem prever, planear e executar novos programas de acção, não existiria desvio positivo nem progresso social.

As experiências acumuladas pelas pessoas constituem as pautas normais e previstas de comportamento mas são também ao mesmo tempo as bases a partir das quais se projectam novos modelos de comportamento social e cultural.

Todo o progresso vem da rotura com a rotina; dum desvio positivo e duradouro que eleva o nível da normalidade. A extensão da protecção dos direitos humanos na sociedade representa tipicamente um desvio positivo. A participação da mulher na vida social em igualdade de circunstâncias com o homem é outro tipo de desvio positivo gerador de progresso.

7. *Anomia e Desvio Social*

A situação de anomia é oposta à de conformidade. Define-se como a situação em que as normas de comportamento não existem ou são letra morta.

Já dissemos que todas as sociedades permitem algum desvio. Se isto se faz habitualmente e em coisas de grande importância, como são para as sociedades modernas os tributos e direitos aduaneiros, o respeito dos contratos (vg em matéria de seguros) lei de salários mínimos, falta de probidade nos magistrados (polícia, juizes, administradores...) então já se não pode falar de um desvio permitido mas de uma verdadeira situação de anomia.

A urbanização da sociedade global, dá lugar à anomia pela dissolução das pequenas comunidades onde o controle era mais fácil e seguro. É certo que não podemos voltar ao estágio anterior e por isso se deve adaptar de tal modo a sociedade urbana que esta ofereça ao homem as possibilidades de desenvolver as suas capacidades e à sociedade a possibilidade de controlar o indivíduo de modo que ele, por meio de uma nova integração, encontre a paz e a integração psicológica e ao mesmo tempo o sentido de responsabilidade que as comunidades rurais não puderam fomentar suficientemente.

Para explicar o facto social desvio tem-se recorrido a várias teorias entre as quais sobressae a da anomia.

Esta teoria começa com a tentativa de Durkheim de explicar as formas "patológicas" de comportamento e as consequências da divisão do trabalho. A divisão do trabalho seria acompanhada de uma coordenação imperfeita dos papéis, da decadência da solidariedade social e do conflito de classe.

Segundo o mesmo autor tais condições verificam-se quando aqueles que desempenhavam diversas funções especializadas na divisão do trabalho, não se encontraram em inter-acção social tão íntima e contínua que permitisse um desenvolvimento normal de regras e acordos. Faltando tais regras e acordos (definição da situação) aumentou a imprevisibilidade e a incerteza dos comportamentos. O comportamento de um sector não se coordenava com o do outro, prosseguiam-se objectivos contrastantes, de modo que surgia confusão e insatisfação que levavam normalmente à desorganização. "Em resumo, o corpo de regras comuns que é o mecanismo principal para a regulamentação das relações entre os elementos do sistema social tinha-se desfeito" (COHEN, 136). A tal estado de coisas, chamou Durkheim anomia, ou ausência de normas. Pode surgir, tanto em tempo de depressão como de bem-estar. Tanto num como noutro caso, entram em crise as definições habituais de justo e injusto.

"Já se não sabe que coisa é possível ou impossível, que coisa é justa ou injusta, quais são as reivindicações e esperanças legítimas e quais as que ultrapassam toda a medida. Por conseguinte as aspirações não têm nenhum limite... Esta ou aquela classe social que a crise colocou em posição de vantagem, já não está disposta a resignar-se a qualquer renúncia e, por contragolpe, o espectáculo da sua maior fortuna, desperta à sua volta e abaixo dela, toda a sorte de invejas... Nada portanto consegue satisfazer os apetites desenfreados, e a agitação que se lhe segue, nutre-se de si mesma... Todas as classes sociais se confrontam entre si porque não existe uma estratificação bem definida. Os esforços são mais consideráveis no momento preciso em que se tornam mais improdutivas (Divisão do Trabalho na Sociedade, pág. 253 da tradução italiana).

Merton, sociólogo americano, num pequeno trabalho intitulado "Social Structure and Anomie" lançou as bases de uma teoria geral do comportamento desviado. Parte de um tríplice distinção implícita na análise do suicídio de Durkheim. De um lado considera as metas culturais (isto é, os objectivos ou aspirações) que os homens recebem da cultura em que são socializados. Elas constituem um aspecto da "estrutura cultural". Do outro lado, as normas que prescrevem os meios de que os homens podem legitimamente servir-se para alcançar tais metas, formam o segundo aspecto da estrutura cultural. A distribuição dos meios e das oportunidades, para realizar as metas culturais de um modo compatível com as normas, são os meios institucionais, que constituem um último aspecto da estrutura social.

O sentimento de fracasso ou de frustração não depende de um só destes elementos mas da sua interrelação. A rotura entre metas e meios institucionalizados, pode verificar-se tanto pela hierarquia dos objectivos como pela escassez dos meios para os conseguir.

Poderá dar-se o caso que a estrutura social prescreva metas semelhantes para todos, ou metas diversas para pessoas situadas em posições sociais diversas. Pode prescrever certas normas para a realização das metas que são comuns a todos os membros da sociedade, ou impedir aos membros que têm uma certa posição, o que é permitido a outros. Nenhuma sociedade é exemplo perfeito destes dois extremos.

Segundo Merton, a sociedade americana prescreve quase universalmente para os homens de todas as classes, a aspiração ao êxito, que muitas vezes se traduz no êxito económico, ou material. As normas não

diferem muito para as diferentes posições sociais.

Outras sociedades, frequentemente as feudais e rurais, obrigam as classes sociais a diversas restrições normativas relativas ao uso dos meios e chegam mesmo a prescrever fins diversos para cada um. É certo que em todas as sociedades as possibilidades variam para os diversos estratos mas, numas mais do que outras. Merton classificou a sociedade americana, com as suas metas de êxito quase uniformes, como exemplo de uma sociedade excepcionalmente empenhada em conseguir o êxito, e, por outro lado, criadora de tensões e frustrações sobretudo nas classes inferiores que tem acesso em menor grau aos meios institucionalmente admitidos como caminho normal para o sucesso.

A defazagem ou rutura entre metas e meios, conduzem a uma certa apatia em relação às metas culturalmente sancionadas ou em relação aos meios institucionalizados, o que pode conduzir a um estado de anomia. Em tal situação, os indivíduos podem aceitar ou rejeitar as metas culturais; aceitar ou rejeitar os meios institucionalizados para atingir as metas.

Temos assim duas variáveis cada uma das quais pode assumir dois valores.

Os resultados logicamente possíveis são dados na tabela seguinte com um símbolo (+) que significa aceitação, e um símbolo (-) que significa rejeição e com um símbolo (+) que significa rejeição dos valores prevalentes com a sua substituição por novos valores.

Tipologia dos modos de adaptação individual

Modos de adaptação	Metas culturais	Meios Institucionalizados
Conformidade	+	+
Inovação	+	-
Ritualismo	-	+
Renúncia	-	-
Rebelião	+	+

Como se vê a 1.^a atitude é de conformidade, sendo as restantes de comportamento desviado. Os inovadores (por exemplo os ladrões os empregados ou funcionários desonestos, os que praticam a fraude nos exames) aderem às metas, mas rejeitam os meios normativos prescritos.

Os ritualistas (por exemplo) os burocratas que observam cegamente as regras sem terem em consideração os fins para que foram criadas) consideram um mérito o conformismo excessivo às normas institucionizadas com prejuízo da consecução das metas culturalmente prescritas.

Os que adotam uma atitude de renúncia (por exemplo os vagabundos, os alcoólicos, os drogados) retiram-se do combate pelo êxito, abandonando quer as metas quer os meios.

Os rebeldes, (por exemplo, os membros dos movimentos revolucionários) não acreditam no sistema social e cultural que consideram injusto e intentam reconstruir as sociedades com novas metas e meios para as atingir.

Este modo de conceber o desvio não se centra na personalidade e suas características, mas nas posições ocupadas pelos indivíduos nos sistemas sociais. É por isso que se trata de uma perspectiva sociológica e não psicológica, com a vantagem de usar um esquema e conceitos simples, prevendo escolhas dicotômicas nas suas variáveis. É de notar no entanto que se trata de uma teoria ainda muito incompleta, que não possibilita uma classificação dos factores determinantes nem enuncia regras gerais relacionadas com grupos de factores determinantes em relação com grupos de resultados correspondentes. (ver exemplos em Cohen, pág. 141, e segs.).

A teoria de anomia interroga-se sobre os seguintes fenómenos: que coisas querem as pessoas? Como é regulada a sua escolha dos meios? Quais são de facto, para elas, os meios legitimamente utilizáveis? Como é que o desvio reduz a tensão provocada pelo desejo de qualquer coisa que não se pode ter legitimamente?"

Outras teorias de tradição sociológica, põem assim o problema: "como é que o desvio e a conformidade dependem, daquilo que pensam, dizem, sentem os outros?". Em resumo, tais teorias procuram evidenciar o modo como a acção desviada é determinada pelo modo como cada um depende cognoscitivamente, materialmente e moralmente dos outros.

A investigação sociológica do desvio social tem seguido duas orientações teóricas e metodológicas: a primeira que poderemos chamar estatística intenta identificar alguns rasgos diferenciais dos sujeitos anormais e estabelecer correlações entre o comportamento social anormal e certos condicionamentos e estruturas sociais: a segunda de índole sociocultural analisa os problemas de adaptação de alguns grupos ou categorias, à sociedade mais vasta. Cohen no seu livro "Controle Social e Comportamento Desviado" dá-nos conta de diferentes teorias e pesquisas empíricas cujos resultados condensa do seguinte modo.

1. Existe desvio em toda a sociedade global qualquer que seja o sistema estrutural e as normas institucionais;
2. Tal desvio não é necessariamente culpável, mas a sociedade em causa não pode deixar de o considerar como patológico;
3. Existem desvios individuais e colectivos. Há grupos e meios em que é mais difícil ao indivíduo adquirir os comportamentos e atitudes da sociedade global do que adquirir os do seu próprio meio;
4. Verifica-se a existência de factores pessoais irreductíveis ao colectivo social: pessoas que se comportam de modo diferente do que logicamente deveriam fazer tendo em conta a história da sua vida e o conjunto de condicionamentos a que foram submetidos;
5. O fenómeno de desvio continua a ter importância do ponto de vista sociológico, quer para conhecer o poder integrador de uma sociedade quer para planejar as reformas sociais e as terapêuticas convenientes.

LEITURAS

1. - FICHTER, J., *Sociologia*, Cap. XVII.
2. - MERTON, R., *Teoria y Estructura Sociales*, Fondo de Cultura Económica, México, 1965, Cap. IV.
3. - COHEN, Albert, *Controllo Sociale e Comportamento Deviante*, Il Mulino, Bologna, 1969.

ORIENTAÇÕES TEÓRICAS

Sistemas de Acção e Sistemas Sociais

Consideramos os sistemas sociais⁽¹⁾ como os constituintes do sistema mais geral de acção; os outros constituintes primários são os sistemas culturais, os sistemas de personalidade e os organismos comportamentais. Os quatro são abstratamente definidos com relação ao comportamento concreto de interação social. Tratamos os três subsistemas de acção, além do sistema social, como constituintes de seu ambiente. Este emprego é um pouco estranho, sobretudo para o caso das personalidades dos indivíduos. Em outro trabalho foi inteiramente justificado, mas para entender o que se segue é essencial lembrar que nem o sistema social e nem os sistemas de personalidade são aqui concebidos como entidades concretas.

As distinções entre os quatro subsistemas de acção são funcionais. Nós as obtemos através das quatro funções primárias que atribuímos a todos os sistemas de acção, isto é, manutenção de padrão, integração, realização de objectivo e adaptação⁽²⁾.

Um problema integrador primário de um sistema de acção é a coordenação de suas unidades constituintes, fundamentalmente indivíduos humanos, embora para certos objectivos as colectividades possam ser tratadas como actores. Por isso, atribuímos a primazia de função integradora ao sistema social.

Atribuímos primazia de manutenção de padrão - e de mudança criativa de padrão - ao sistema cultural. Se os sistemas sociais são organizados com referência fundamental à articulação de relações sociais, os sistemas culturais são organizados em torno de características de complexos de sentido simbólico - os códigos através dos quais são estruturados os feixes específicos de símbolos que empregam, as condições de sua utilização, manutenção e mudança, como partes de sistemas de acção.

Atribuímos primazia de realização de objectivo à personalidade do indivíduo. O sistema de personalidade é a agência fundamental de processos de acção, do que decorre a realização de princípios e exigências culturais. No ní -

vel de prêmio, no sentido de motivação, a máxima realização de satisfação de personalidades é o objectivo fundamental da acção.

O organismo comportamental é concebido como o subsistema adaptativo, o local dos recursos humanos primários que estão subjacentes aos outros sistemas. Inclui um conjunto de condições às quais a acção precisa adaptar-se e abrange o mecanismo primário de inter-relação com o ambiente físico, sobretudo através da recepção e processamento de informação no sistema nervoso central e através da actividade motora para enfrentar as exigências do ambiente físico. Tais relações são apresentadas sistematicamente na Tabela 1.

Tabela 1 Acção

<i>Subsistemas</i>	<i>Funções Primárias</i>
Social	Integração
Cultural	Manutenção de Padrão
Personalidade	Realização de Objectivo
Organismo Comportamental	Adaptação

* A área sombreada representa o ambiente do subsistema social.

Esta tabela apresenta o esquema mais simples dos subsistemas primários e suas referências funcionais para o *Sistema Geral de Acção*, do qual o sistema social é um dos quatro subsistemas primários, o concentrado na função integradora.

Existem dois sistemas de acção que são ambientais para a acção em geral e não constituintes de acção em nosso sentido analítico. O primeiro é o *ambiente físico*, que inclui não apenas fenómenos tais como estes são compreensíveis na Física ou na Química, mas também o mundo de organismos vivos, na medida em que não são integrados em sistemas de acção. O segundo, que consideramos como independente do ambiente físico, bem como de sistemas de acção como tais, será denominado "realidade última", num sentido derivado das tradições da filosofia. Refere-se ao que Weber⁽³⁾ denominou o "problema do sentido" para a acção humana, e é mediado para a acção, fundamentalmente, pela estruturação do sistema cultural quanto a orientações significativas que incluem, mas não esgotam, as "respostas" cognitivas⁽⁴⁾.

Ao analisar as inter-relações entre os quatro subsistemas de acção - e entre sistemas e os ambientes de acção - é essencial lembrar o fenómeno de in-

terpenetração. Talvez o caso mais conhecido de interpenetração seja a *interiorização* de objectos sociais e normas culturais pela personalidade do indivíduo. O conteúdo aprendido da experiência, organizado e guardado nos mecanismos de memória do organismo, é outro exemplo disso, tal como ocorre com a *institucionalização* dos componentes normativos de sistemas culturais como estruturas constitutivas de sistemas sociais. Sustentamos que o limite entre qualquer par de sistemas de acção inclui uma "zona" de componentes estruturados ou padrões que precisam ser tratados, teoricamente, como *comum a dois* sistemas, e não simplesmente atribuídos a um sistema ou outro. Por exemplo, não se pode dizer que as normas de conduta derivadas da experiência social, que tanto Freud (no conceito de superego) quanto Durkheim (no conceito de representações colectivas) trataram como partes da personalidade do indivíduo, devem ser isso *ou* parte do sistema social⁽⁵⁾.

É em virtude das zonas de interpenetração que podem ocorrer processos de intercâmbio entre sistemas. Isso é verdade principalmente nos níveis de sentido simbólico e motivação generalizada. A fim de "comunicar-se" simbolicamente, os indivíduos precisam ter códigos comuns, culturalmente organizados, tais como os da linguagem, que são também integrados em sistemas de sua interacção social. A fim de fazer com que a informação guardada no sistema nervoso central possa ser utilizável para personalidade, o organismo comportamental precisa ter mecanismos de mobilização e conservação que, através da interpenetração, atendam aos motivos organizados ao nível da personalidade.

Portanto, pensamos nos sistemas sociais como "abertos", participando de um intercâmbio contínuo de recepções e apresentações com seus ambientes. Além disso, pensamos que sejam internamente diferenciados em várias ordens de subcomponentes que também participam continuamente dos processos de intercâmbio.

Os sistemas sociais são os constituídos por estados e processos de interacção social entre unidades de acção. Se as propriedades de interacção fossem deriváveis de unidades de acção, os sistemas sociais seriam epifenômenos - tal como já foi sustentado por grande parte da teoria social "individualista". Nossa posição discorda fundamentalmente disso: deriva principalmente da afirmação de Durkheim, segundo a qual a sociedade - tal como outros sistemas sociais - é uma "realidade *sui generis*".

A estrutura dos sistemas sociais pode ser analisada através de quatro tipos de componentes independentemente variáveis: valores, normas, colectividades e papéis⁽⁶⁾. Os valores têm primazia no funcionamento de manutenção de padrão dos sistemas sociais, pois são concepções de tipos desejáveis de sistemas

sociais que regulam a apresentação de compromissos pelas unidades sociais. As normas, que actuam basicamente para integrar os sistemas sociais, são específicas para determinadas funções sociais e tipos de situações sociais. Incluem, não apenas componentes de valor especificados para níveis adequados na estrutura de um sistema social, mas também modos específicos de orientação para acção sob as condições funcionais e situacionais de determinados papéis e colectividades. As colectividades constituem o tipo de componente estrutural que tem primazia para a realização de objectivo. Deixando-se de lado os numerosos casos de sistemas grupais muito fluidos - por exemplo, as multidões - falamos de uma colectividade apenas quando são atendidos dois critérios específicos. Em primeiro lugar, deve haver status definido de participação, de forma que geralmente seja possível estabelecer uma distinção útil entre participantes e não-participantes, um critério atendido por casos que variam desde famílias nucleares até comunidades políticas. Em segundo lugar, deve haver certa diferenciação entre os participantes com relação aos seus status e funções dentro da colectividade, de tal forma que algumas categorias de participantes devam fazer certas coisas não esperadas de outras. Pensamos no papel - o tipo de componente estrutural que tem primazia na função adaptativa - como capaz de definir uma classe de indivíduos que, através de expectativas recíprocas, participam de determinada colectividade. Por isso, os papéis abrangem as zonas primárias de interpenetração entre o sistema social e a personalidade do indivíduo. No entanto, um papel nunca é idiossincrático de determinado indivíduo. Um pai é específico para seus filhos em sua paternidade, mas é pai nos termos da estrutura de papel de sua sociedade. Ao mesmo tempo, também participa de vários outros contextos de interacção, pois representa, por exemplo, um papel profissional.

A realidade *sui generis* dos sistemas sociais pode incluir a variabilidade independente de cada um desses tipos de componentes estruturais relativos aos outros. Por exemplo, um padrão generalizado de valor não legitima as mesmas normas, colectividades ou papéis sob todas as condições. De forma semelhante, muitas normas regulam a acção de números indefinidos de colectividades e papéis, mas apenas sectores específicos de sua acção. Por isso, uma colectividade geralmente funciona sob o controle de um grande número de normas específicas. Sempre inclui uma pluralidade de papéis, embora quase todas as outras categorias básicas de papel sejam realizadas numa pluralidade de colectividades determinadas. Apesar disso, os sistemas sociais são formados por combinações desses componentes estruturais. Para serem institucionalizados de maneira estável, as colectividades e os papéis precisam ser "governados" por normas e valores específicos, enquanto que as normas e os valores somente são instituciona-

lizados na medida em que são "executados" por determinados papéis e colectividades.

O Conceito de Sociedade

Definimos a sociedade como o tipo de sistema social caracterizado pelo nível mais elevado de auto-suficiência com relação ao seu ambiente, onde se incluem outros sistemas sociais⁽⁷⁾. No entanto, a auto-suficiência total seria incompatível com o status de uma sociedade como um subsistema de acção. Para sua continuidade, qualquer sociedade depende de um sistema de "recepções" que a atingem através de intercâmbio com seus sistemas ambientais. Portanto, a auto-suficiência, com relação aos ambientes, significa estabilidade de relações de intercâmbio e capacidade para controlar estes últimos em benefício do funcionamento societário. Esse controle pode variar, desde a capacidade de impedir ou "enfrentar" perturbações, até capacidade para conformar, de maneira favorável, as relações ambientais.

O ambiente físico tem uma significação adaptativa para uma sociedade, pois é a fonte directa dos recursos físicos que a sociedade pode explorar através de seus mecanismos tecnológicos e económicos de produção. A distribuição de acesso a recursos físicos, de forma que possa ser ligada à divisão de trabalho através do aspecto ecológico da sociedade, exige uma distribuição territorial de localizações residenciais e interesses económicos entre os vários subgrupos da população. O ambiente físico tem ainda uma segunda significação para as sociedades, pois, dada a importância da força física como um preventivo contra acção indesejável, a realização eficiente do objectivo societário exige o controle de acções dentro de uma área territorial. Por isso, existem dois contextos de auto-suficiência da sociedade que se referem, respectivamente, ao funcionamento económico e político com relação ao ambiente físico, através da tecnologia e através do uso organizado de força nas funções militares e policiais.

Um terceiro contexto de auto-suficiência da sociedade refere-se às personalidades dos indivíduos participantes, num modo especial de interpenetração com os organismos. O organismo se liga directamente ao complexo territorial através da importância da localização física de acções. No entanto, seu principal elo com o sistema social inclui a personalidade; esta zona primária de interpenetração refere-se ao status de *participação*. Uma sociedade só pode ser auto-suficiente na medida em que de modo geral seja capaz de "contar" com as rea

lizações de seus participantes como "contribuições" adequadas para o funcionamento societário. Tal como ocorre nos outros intercâmbios necessários para a auto-suficiência, essa integração entre personalidade e sociedade não precisa ser absoluta. No entanto, não se pode dizer que uma sociedade seja auto-suficiente se a grande maioria de seus participantes for "alienada".

A integração dos participantes numa sociedade inclui a zona de interpenetração entre o sistema social e o de personalidade. No entanto, a relação é basicamente dividida em três partes, pois as partes do sistema cultural, assim como as partes da estrutura social, são interiorizadas nas personalidades e, além disso, algumas partes do sistema cultural são institucionalizadas na sociedade.

Ao nível social, os padrões institucionalizados de *valor*, são "representações colectivas"⁽⁸⁾ que definem os *tipos desejáveis* de sistema social. Tais representações estão correlacionadas com as concepções de tipos de sistemas sociais pelos quais os indivíduos se orientam nas suas posições de participantes. Portanto, é o consenso dos participantes quanto à orientação de valor com relação à sua sociedade que define a institucionalização de padrões de valor. O consenso a esse respeito é, evidentemente, uma questão de grau. Por isso, auto-suficiência neste contexto refere-se ao grau de *legitimação* das instituições de uma sociedade pelos compromissos de valor aceitos pelos seus participantes⁽⁹⁾.

No nível cultural, os valores sociais abrangem apenas parte de um sistema mais amplo de valor, pois todas as outras classes de objectos no sistema de acção precisam ser também valorizadas. Os valores estão relacionados a vários outros componentes de um sistema cultural - por exemplo, conhecimento empírico, sistemas simbólicos expressivos, estruturas simbólicas constitutivas que compõem o núcleo de sistemas religiosos⁽¹⁰⁾. Em última análise, os valores são legitimados principalmente em termos religiosos. Portanto, no contexto de legitimação cultural, uma sociedade é auto-suficiente na medida em que suas instituições são legitimadas por valores que seus participantes aceitam com relativo consenso e que, por sua vez, são legitimados por sua coerência com outros elementos do sistema, sobretudo seu simbolismo constitutivo.

É fundamental lembrar que os sistemas culturais não correspondem exactamente aos sistemas sociais, onde se incluem as sociedades. Os sistemas culturais mais importantes geralmente se tornam institucionalizados em diferentes padrões, em certo número de sociedades, embora também existam subculturas dentro das sociedades. Por exemplo, o sistema cultural centralizado na cristandade oci

dental tem sido, com muitas restrições e muitas variações, comum a todo o sistema europeu de sociedades modernizadas. Neste livro são discutidos dois modos de relação de uma sociedade com outras. Em primeiro lugar, todas as sociedades que denominamos "politicamente organizadas" participam, com várias outras sociedades, de "relações internacionais" de vários tipos, amistosos ou hostis. Ampliaremos essas concepções e consideraremos tais relações como constituintes de um sistema social que pode ser analisado com os mesmos conceitos gerais utilizados para outros tipos de sistemas sociais. Em segundo lugar, um sistema social pode interferir na estrutura social e nos participantes ou na cultura de duas ou mais sociedades. Tais sistemas sociais são numerosos e de muitos tipos diferentes. As famílias de imigrantes norte-americanos muitas vezes conservam relações efectivas de família com pessoas do país de origem, de forma que seus sistemas de família têm "ramos" americanos e estrangeiros. Algo semelhante pode ser dito de muitas firmas comerciais, associações profissionais e colectividades religiosas. Embora a Igreja Católica Romana, por exemplo, seja um sistema social, evidentemente não é uma sociedade, pois, por nossos critérios, sua auto-suficiência é muito pequena. É mínimo o seu controle de recursos económicos através da organização de produção; não tem controle político autónomo de áreas territoriais; em muitas sociedades, seus participantes constituem uma minoria. Por isso, precisamos considerar, tanto os dois sistemas sociais que são "super-societários" por serem formados por uma pluralidade de sociedades, quanto os sistemas sociais que são "inter-societários", pois seus participantes pertencem a uma pluralidade de diferentes sociedades.

Os Subsistemas da Sociedade

De acordo com nosso esquema de quatro funções para a análise dos sistemas de acção, tratamos uma sociedade como analiticamente divisível em quatro subsistemas primários (como se vê na Tabela 2).

Tabela 2

Sociedade (de modo mais geral, sistema social)

Subsistemas	Componentes Estruturais	Aspectos de Processo de Desenvolvimento	Função Primária
Comunidade societária	Normas	Inclusão	Integração
Manutenção de padrão ou fiduciário	Valores	Generalização de valores	Manutenção de Padrão
Governo	Colectividades	Diferenciação	Realização de Objectivos
Economia	Papéis	Ascensão Adaptativa	Adaptação

Esta tabela tenta explicitar, de maneira um pouco mais desenvolvida, um modelo de quatro funções para a sociedade, ou outro tipo de sistema social, concebidos como um subsistema integrador de um sistema geral de acção. A comunidade societária, que é o subsistema primário de referência para a análise aqui apresentada, é colocada na coluna à esquerda; os outros três são colocados a seguir. A este conjunto corresponde uma classificação na segunda coluna, com quatro componentes estruturais básicos de sistemas sociais. Na terceira coluna há uma classificação correspondente de aspectos de processo de mudança de desenvolvimento nos sistemas sociais, e que será extensamente usada na análise a seguir apresentada. Finalmente, a quarta coluna repete a designação das quatro categorias funcionais primárias.

Com a excepção do modelo de desenvolvimento, este esquema foi apresentado pela primeira vez no artigo do autor, "General Introduction, Part II: An Outline of the Social System" in *Theories of Society*. Para comparação geral com as Tabelas 1 e 2, consultar o livro *Sociedades*, Tabelas 1 e 2, pp. 52-3, bem como a nota explicativa que as acompanha.

Assim, o subsistema de manutenção de padrão está muito voltado para as relações da sociedade com o sistema cultural e, através deste, com a realidade última; o subsistema de realização de objectivo ou o governo, às personalidades dos indivíduos participantes; o subsistema adaptativo, ou a economia, ao organismo comportamental e, através deste, ao mundo físico. Tais divisões são mais claras e mais importantes para sociedades adiantadas na escala da modernidade. No entanto, a complexidade das relações, tanto entre subsistemas de acção quanto entre subsistemas de sociedade, impede que tais divisões se tornem muito nítidas. Por exemplo, as estruturas de parentesco devem ser localizadas nos três subsistemas acima mencionados. Através de sua relação com alimento, sexo, descendência biológica e moradia, ligam-se ao organismo e ao ambiente físico. Como a fonte primária de aprendizagem, pelo indivíduo, de valores, normas e modos de comunicação participam muito do sistema de manutenção de padrão. Como

fonte primária de serviços socializados, participam do governo.

Dentro desse esquema, o núcleo de uma sociedade ou de um sistema social é o quarto componente, o subsistema integrador. Como tratamos o sistema social como integrador para os sistemas de acção de modo geral, devemos dar atenção especial às maneiras pelos quais consegue - ou deixa de conseguir - vários tipos e níveis de integração. O subsistema integrador de uma sociedade será denominado *comunidade societária*.

Talvez a função mais geral de uma comunidade societária seja articular um *sistema* de normas com uma organização colectiva que tenha unidade e coesão. De acordo com Weber, o aspecto normativo será denominado sistema de ordem legítima⁽¹⁾; o aspecto colectivo é a comunidade societária de uma colectividade única e unida. A ordem societária exige, num sentido, integração clara e definida de coerência normativa, e, de outro lado, "harmonia" e "coordenação" societárias. Além disso, as obrigações normativas definidas precisam, no conjunto, ser aceites, ao mesmo tempo em que, inversamente, as colectividades precisam ter sanção normativa na realização de suas funções e na defesa de seus interesses legítimos. Por isso, a ordem normativa no nível societário contém uma "solução" para o problema proposto por Hobbes - isto é, impedir que as relações humanas degenerem até o ponto de uma "guerra de todos contra todos".

É importante não tratar uma estrutura de normas societárias como uma entidade monolítica. Por isso, distinguimos analiticamente quatro componentes, embora apresentem grande superposição em conteúdo específico. Nossas distinções referem-se às bases de obrigações e direitos, bem como à natureza de sanções para desobediência e prêmios para obediência ou níveis extraordinários de realização.

NOTAS

[1] Ver Capítulo 2 de *Sociedades: Perspectivas Evolutivas e Comparativas*, São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969, e nossos artigos "Social Systems and Subsystems" e "Interaction" na *International Encyclopedia of the Social Sciences*, Nova York: Macmillan, 1968 e os materiais de introdução em T. Parsons, E. Shils, K. Naegle e J. Pitts (orgs.), *Theories of Society*, Nova York: Free Press, 1961.

[2] A teoria de quatro funções é apresentada em nosso ensaio de introdução, "An Outline of the Social System", in *Theories of Society*, pp. 30-79, e, de modo mais resumido, no livro *Sociedades*, p. 51.

[3] Max Weber, *The Sociology of Religion*, Boston: Beacon Press, 1963.

- (4) Clifford Geertz, "Religion as a Cultural System", in Michael Banton (org.), *Anthropological Approaches to the Study of Religion*, Nova York: Praeger, 1966.
- (5) Talcott Parsons, "The Superego and the Theory of Social Systems", in *Social Structure and Personality*, Nova York: Free Press, 1964.
- (6) Ver Talcott Parsons, "General Theory in Sociology", in R. K. Merton, L. Broom e L. S. Cottrell, Jr. (orgs.), *Sociology Today*, Nova York: Basic Books, 1959 e Harper, 1965.
- (7) Ver *Sociedades*, Capítulo 2.
- (8) "Representação Colectiva" foi um conceito introduzido por Durkheim para designar as bases culturais de desenvolvimento. Durkheim usou esse conceito, principalmente em sua análise de religião. Trataremos os valores, no sentido de Weber, como formas especiais de representações colectivas. Ver Talcott Parsons, *Structure of Social Action*, Nova York: Free Press, 1968, Capítulo 11.
- (9) Cf. "An Outline of the Social System", in *Theories of Society*.
- (10) Ver Talcott Parsons, "Introduction" à Secção "Culture and the Social System", in *Theories of Society*.
- (11) Max Weber, *The Theory of Social and Economic Organization*, Nova York: Oxford University Press, 1947.

ANTOLOGIA

1. - As noções de valores e de sistema de valores

1.1 - Definições

1.1.1. - Poderíamos escrever um livro abordando a problemática dos valores sociais, de tal modo ela está presente nas preocupações da sociologia contemporânea (...).

Entendemos por *valor* tudo o que os actores sociais (indivíduos ou conjuntos de indivíduos) desejam ou repelem, estimam ou desaprovam, recomendam ou desaconselham, propõem como ideal ou interditam. Todos os factos sociais e as suas constelações - quer sejam, instituições, atitudes ou comportamentos - podem tornar-se valores a partir do momento em que os actores sociais elaboram a seu respeito opiniões e crenças que exprimem a sua apreciação ou depreciação, a sua adesão ou a sua repulsa.

A partir desta definição podemos sublinhar três aspectos relevantes da noção de valor:

1º os factos sociais e as suas constelações que formam o objecto do *valor*, isto é este elemento social, exterior ao actor, que é valorizado, apreciado. Assim a pátria, a religião muçulmana, o trabalho, o lucro, a educação, o lazer, a honestidade, a monogamia, a fidelidade, etc., podem ser valores. Praticamente, todo o elemento da realidade social pode ter um aspecto de "valor" na medida em que esse elemento atrai ou repele, é desejado ou rejeitado.

2º As *opiniões e as crenças* pelas quais os actores sociais julgam os factos sociais e as suas constelações. Ao objecto, ao elemento social exterior, corresponde portanto um princípio de apreciação subjectivo, um padrão que serve de critério aos juízos do actor que são então juízos de valor. Ele, por exemplo, que o patriotismo é bom e que os inimigos da pátria são maus; ou que a religião muçulmana é sagrada e que aqueles que não observam são sacrílegos; ou que o trabalho é útil e o lucro injusto; ou que a educação é muito importante, etc.

3º Enfim o valor é também um *princípio de comportamento*. O actor que valoriza um elemento social, atraído por ele, quer atingi-lo, conformar-se com ele. Se o patriotismo é bom, ele quer ser patriota; se o islão é sagrado ele quer ser um fiel; se o lucro é injusto, ele deseja combatê-lo; se a educação é importante, ele aspira a participar dela, etc. Em relação com os actos, os valores representam prescrições ou convites, interdições ou dissuasões.

O conceito de valor é inseparável da noção de preferência. Valorizar tal coisa antes que outra (preferir por exemplo os romances policiais aos livros humanísticos) significa que em face de todo o facto, situação ou problema social, o valor que faz escolher foi adoptado em detrimento de um outro.

1.1.2. - Os valores de um indivíduo ou de um conjunto de indivíduos (como uma classe social, um grupo de jovens, os membros de um partido, etc.) não se apresentam isolados, em desordem ou justapostos, mas em *sistema*. Estão ligados entre si, dependem uns dos outros. A mudança de um valor acarreta a modificação dos outros.

A ordenação faz-se hierarquicamente. Um sistema de valores é ao mesmo tempo uma escala de valores. Certos valores são mais importantes que outros, o actor está mais apegado a uns do que a outros, defende-os ou quer propagá-los com mais empenho. Quanto mais um valor está profundamente enraizado tanto mais central é o lugar que ocupa no sistema - e mais ele é vivido com intensidade, tomado a sério, suscita emoções e mobiliza no homem energias veementes.

O tipo de organização de um sistema de valores varia de uma cultura para outra. Dito de outra maneira: a sua lógica interna não obedece em todos os lugares às mesmas regras. Esta divergência é então a razão principal da incompreensão entre povos diferentes.

E, o que é mais, esta lógica interna, qualquer que ela seja, não é inteiramente rigorosa. No interior de um mesmo sistema, numerosos valores podem estar em contradição entre si e, mais frequentemente ainda, em contradição com os actos e os comportamentos. Um conjunto de valores é portanto um sistema vivo, extremamente complexo, sempre exposto à mudança, portanto muito difícil de estudar.

É precisamente este desafio da mudança que nós queremos relevar. Sob que influências e como muda um sistema de valores? (...) Poderemos delinear provisoriamente a mudança do seguinte modo:

1º Os homens nascidos num mesmo meio e socializados do mesmo modo, isto é tendo recebido o mesmo roteiro para a vida, partem para a aventura humana com a mesma bagagem de valores.

2º No caminho, em contacto com a sociedade, encontram sucessivamente diferentes problemas. Estes problemas, tendo em conta a bagagem de partida, são apreendidos ou passam despercebidos.

Se eles são percebidos como tais, de duas uma. Ou o sistema de valores em seu conjunto consegue interpretá-los, tomá-los à sua conta e inspirar um modo de acção para os resolver: neste caso, há muitas possibilidades que a experiência da situação venha confirmar e reforçar o sistema de valores.

Ou o sistema de valores é no todo ou em parte incapaz de interpretar e tomar à sua conta o problema, bem como sugerir um meio de acção para o afrontar; é então que uma crise de valores tem maiores probabilidades de se desencadear.

3º A crise de valores pode ter uma profundidade e uma extensão variáveis. A sua duração é também indeterminada. É neste momento que intervêm do modo mais decisivo, as influências a que o actor está sujeito. Segundo os casos, ele poderá enveredar por um estado de anomia, isto é de desorientação, perder a bússola que lhe oferece o seu sistema de valores; ele pode também reaver o seu sistema de valores.

4º A revisão, isto é a mudança poderá tomar uma amplitude diferente. Se o sistema de valores se afundou, novas prioridades vão emergir e constituir pedras angulares do novo ordenamento. Mas a mutação pode também limitar-se a reordenar certas prioridades ou preferências ou somente alguns valores periféricos.

5º Qualquer que seja o caminho e o resultado, podem formular-se duas regras complementares:

- Os homens que afrontam os mesmos problemas e vivem as mesmas situações têm a tendência a adotar os mesmos sistemas de valores.

- Os homens que partilham o mesmo sistema de valores têm tendência a agrupar-se e a agir em conjunto.

1.2 - A tipologia dos valores

Segundo os critérios escolhidos podem elaborar-se diversas tipologias. Encontramos grande variedade na literatura sociológica. Aqui apresentaremos somente as distinções que se revelaram particularmente úteis para a nossa pesquisa.

1.2.1. - Segundo a posição que um valor ocupa numa cultura (no nosso caso a cultura da sociedade belga francófona) ele pode denominar-se *central* ou *variante*.

Os *valores centrais* são aqueles que são partilhados por todas as categorias importantes da população. A sua difusão é portanto relativamente pouco sensível a variações socio-profissionais, regionais, de idade, de sexo, de formação, etc. Elas formam a base do consentimento social, constituem o fundamento do acordo social.

É graças a elas que um grupo de homens pode viver em conjunto, comunicar, compreender-se, ter um mínimo de coesão.

Os valores centrais identificam-se com o que chamamos *ethos* de uma civilização, isto é este conjunto de valores (como por exemplo para a nossa o domínio da natureza, o progresso, a eficácia, a inovação, a previsão, a ciência, a saúde, o trabalho, o dinheiro, a família, a instrução, as férias, etc.) que inspiram as soluções aos problemas que se põem a uma sociedade.

Com efeito, desde sempre que um certo número de problemas fundamentais se põem aos homens, do mesmo modo que a cada geração problemas particulares em todos os domínios da vida. Uma civilização é precisamente o produto histórico da conjunção das soluções particulares adoptadas.

Se bem que o número de soluções possíveis para cada problema seja limitado, em princípio são possíveis alternativas. É assim que em certas sociedades grupos mais ou menos importantes propõem soluções diferentes a partir de *valores variantes*. Os valores variantes ou contra-valores são portanto alternativas aos valores centrais, visam afastá-los e substituí-los em nome de um outro projecto de civilização. O contra-valor do progresso é o crescimento zero, o da propriedade colectiva é a propriedade privada, o do trabalho é o "dolce farniente", etc.

Quanto mais central é o lugar que um valor ocupa, tanto mais obrigatório ele é considerado: ele é objecto de preceitos mais formais e a transgressão desses preceitos acarreta culpabilidade e sanção. Quanto mais um valor se afasta do centro, tanto maior é a margem de liberdade e de indiferença a seu respeito.

Numa sociedade em evolução relativamente rápida é viva a dialéctica entre valores centrais e variantes. O movimento toca a maior parte dos valores: alguns estão na alta, outros perdem rapidez. Os valores centrais são contestados, os valores variantes tendem a difundir-se.

1.2.2. - Segundo a posição que um valor ocupa num sistema de valores ,

pode denominar-se *estruturante* ou *periférico*.

Nas nossas sociedades pluralistas coexistem diversos sistemas de valores. Vimos que cada sistema de valores é um conjunto orgânico e hierarquizado. Chamamos *estruturantes* aos valores que fornecem a chave de ordenação, a mantêm, são a sua base, dirigem a estruturação. No sistema de valores de um indivíduo ou de um grupo o valor estruturante é o mais importante, anima o conjunto, dá a explicação última das disposições dos valores e dos comportamentos. Para uns este valor estruturante é a religião, para outros a religião associada à família, para outros ainda o trabalho e o êxito profissional, etc.

O sistema de valores ordena-se portanto a partir dos valores estruturantes até aos valores *periféricos*, em ordem decrescente e cada vez mais expostos à mudança. Podemos dizer que numa sociedade pluralista como a nossa os sistemas de valores que coexistem se distinguem essencialmente pelos seus valores estruturantes.

A adesão a um valor estruturante, ou a uma associação de vários, exclui evidentemente a adopção de outros valores, diferentes ou antagónicos. Num sistema pluralista, está na natureza dos sistemas de valores o serem concorrentes e gerarem conflitos. O *conflito de valores* é um dos fenómenos mais comuns da nossa sociedade. Ele é particularmente duro, dadas as emoções de que os valores estão carregados. A experiência parece mesmo ensinar que, sendo por outro lado todas as outras coisas iguais, os conflitos de valores são mais exacerbados que os conflitos de interesses.

Bem entendido, não há conflitos de valores ou conflitos de interesses em estado puro. Mas podemos facilmente constatar que quando uma oposição é fortemente motivada por valores como o nacionalismo ou a religião, ela tende a exasperar-se e a degenerar.

1.2.3. - Segundo a área de validade de um valor, ele pode ser *global* ou *sectorial*.

Chamamos *globais* os valores presentes em vários, senão em todos os domínios da actividade social. A autoridade por exemplo, pode ser valorizada na família, na empresa, no Estudo, num movimento de juventude, etc. Os *valores morais* são por natureza valores globais. O seu objecto não é uma constelação social real (como a nação, a família, o trabalho, etc.) mas um princípio de avaliação (como bom/mau, justo/injusto, útil/inútil, etc.) enraizado na consciência do actor.

Chamamos *sectoriais* os valores cuja validade não ultrapassa a área de um sector ou de um subsistema social, isto é um domínio de actividade específica e estruturada, com uma relativa autonomia. Assim, o trabalho é um valor económico, férias são um valor que releva do domínio dos lazeres, a amizade é um valor que se situa no domínio das relações primárias.

Um valor global, como um valor sectorial podem tornar-se um valor estruturante. O sistema de valores de um grupo ou de um indivíduo podem estruturar-se tanto ao redor dos lazeres como da justiça.

1.3 - O lugar dos valores na análise social

"Não há progresso social ou evolução histórica de que os valores sociais estejam ausentes. Eles tanto podem ser uma das causas de uma transformação como desempenhar determinadas funções no manutenção de uma sociedade. Se

ria impossível estabelecer uma lista exaustiva do importante papel que os valores podem desempenhar. A título de exemplo chamaremos a atenção para algumas circunstâncias em que eles ocupam um lugar central:

1º Os valores são uma *fonte* frequente de *dinamização* de uma sociedade, constituem um factor essencial de mudança. Praticamente todas as mutações consideráveis - quer se trate de revolução, de crise, de reforma de estruturas, de altas ou baixas notáveis de população, etc. -, são precedidas da mutação dos sistemas de valores de todos os grupos ou dos mais activos.

2º A *pluralidade dos valores*, portanto, a sua concorrência ou conflito suscitam modificações contínuas nos outros sectores da vida.

3º O género de valores centrais ou os valores estruturantes que predominam, explicam a *natureza das iniciativas marcantes* numa sociedade. Esta se agita ou semove principalmente a partir do domínio económico, do domínio religioso, do domínio militar, etc., segundo os valores centrais ou os valores estruturantes que inspiram os seus sectores inovadores.

4º Os valores interevêm de uma maneira capital na *constituição do sistema de acção* tanto dos indivíduos como dos actores colectivos. São eles que os motivam, os ajudam a escolher os seus objectivos, sugerem os seus projectos, modelam as suas aspirações, proporcionam os critérios dos seus juízos sobre a sociedade, sobre os outros, sobre a situação, sobre si mesmos. Dito de outro modo eles são necessários para reconhecer e acentuar um desafio, para formular e resolver um problema. Eles ocupam uma posição de relais entre os dados objectivos das estruturas sociais e a acção de conservação ou de transformação destas a partir dos objectivos e das estratégias elaboradas pelo actor.

5º No domínio dos *comportamentos* e das *atitudes* estão também presentes: orientam e legitimam os comportamentos. Por conseguinte, o significado das matrizes ou padrões de comportamento serão em referência aos valores da cultura em estudo. Observemos por exemplo o comportamento de um jovem ou de uma rapariga à procura de par. A valorização da família, a estabilidade dos sentimentos, os filhos nascidos de uma união legitimamente constituída, etc., orienta simultaneamente os seus passos e legitima os seus actos. Todas estas iniciativas se iluminam à luz dos valores que ela deseja viver e a sociedade aprova.

6º Pelo facto de os valores actuarem como padrões a respeito das matrizes de comportamento, desempenham também uma função de *sanção social*, porque a pessoa ou o grupo que não se conforma a um valor importante e largamente difundido, é desprezada ou ostracizada enquanto que aquela ou aquele que se lhe conforma é apreciado.

7º A *teia de relações* entre os indivíduos ou grupos entretetece-se segundo as afinidades e os valores partilhados que lhe servem de fundamento. O próprio conteúdo das relações é amplamente dirigido pelos valores que são postos em jogo. Assim a relação entre o pai e o filho pode ser modelado pela autoridade, a obediência, o respeito ou, ao contrário, a liberdade, o diálogo, a emancipação.

8º O *status* das pessoas é determinado em parte segundo o valor atribuído à sua posição. Quando se diz, por exemplo, de alguns que ele é de "boa família", fez-se ao mesmo tempo um juízo sobre as suas origens e classificou-se na escola social.

9º O sistema de valores preenche também a função de assegurar a *coesão* da personalidade do indivíduo ou a dos membros de um grupo. O indivíduo, cons-

ciente dos seus valores, pode afirmar-se, situar-se no mundo, avaliar e interpretar o seu meio, conceber-se como uma pessoa. O grupo vê nos seus valores uma das razões maiores da adesão dos membros, o denominador comum dos participantes: partilhar os mesmos valores cimenta a união.

10º Os valores fornecem a "matéria-prima" das *ideologias*. Estas, com efeito, são um conjunto de ideias sistematizadas que racionalizam as aspirações, os valores e os interesses do actor. Eles intervêm ainda em todo o discurso de persuasão, de propaganda ou de publicidade ao qual aportam uma parte do alimento e da argumentação mais ou menos oculta. Enfim, encontramos-as como componentes da linguagem que procura racionalizar as atitudes ou os sentimentos inconfessáveis ou inaceitáveis: um acto de agressão por exemplo não será apresentado como tal, mas antes justificado com um apelo a valores como a segurança nacional ou a libertação do vizinho.

(R. REZSOHAZY, *La Définition des valeurs-La méthodologie de leur étude - Leur évolution depuis 1945*, Mouvain, 1976, Cahier nº 1, pág. 6-10).

ANTOLOGIA

"Evolução social

Em primeiro lugar é necessário estabelecer a distinção entre evolução social e mudança social. Geralmente, aceita-se a ideia de que a *evolução social* é o conjunto das transformações sofridas por uma sociedade durante um período longo, ou seja, durante um período que excede a vida de uma geração ou mesmo de várias gerações. A evolução social diz pois respeito àquilo a que poderíamos chamar as tendências seculares, que apenas se podem observar a uma escala reduzida, mas que se revelam quando se adopta uma perspectiva a um prazo muito longo. A este nível de análise, as pequenas mudanças esbatem-se; fica apenas o efeito cumulativo dum grande número de mudanças, para constituir uma certa linha ou uma curva que descreve o sentido ou o movimento duma tendência geral. A evolução social só é observável a grande altitude, e os pormenores da paisagem fundem-se numa imagem ou num movimento de conjunto.

Mudança social

A *mudança social* consiste em transformações observáveis e verificáveis em períodos de tempo mais curtos. O mesmo observador pode, durante a sua vida ou mesmo durante um breve período da sua vida, seguir-lhe o desenvolvimento e conhecer o seu resultado, ou aquilo que se pode considerar provisoriamente como resultado. Além disso, a mudança social está mais localizada geográfica e sociologicamente; duma maneira geral, é possível observá-la numa área geográfica ou num quadro sócio-cultural mais limitados que a evolução.

Importância desta distinção

A distinção entre evolução social e mudança social é muito importante. Efectivamente, os primeiros sociólogos interessaram-se mais pela evolução social. Quer se tratasse de Comte, Marx, Spencer, Durkheim, a sua sociologia pretendia sobretudo descrever e explicar as tendências seculares das sociedades humanas, ou mesmo da humanidade. A sociologia contemporânea, em contrapartida, dedica-se de preferência ao estudo dos fenómenos de mudança social, embora se pos

sa notar o progresso dum certo neo-evolucionismo, como já sublinhámos. A tradição de interesse pelo aspecto histórico da sociedade, que salientámos nas páginas precedentes, sofreu modificações. A sociologia dinâmica de que se fala e a que se aspira na época actual não tem exactamente o sentido que lhe dava Auguste Comte. Este via nela a possibilidade de esboçar grandes frescos da história humana; hoje em dia, debruçamo-nos mais modestamente sobre as mudanças de muito menor amplitude.

Além disso, o funcionalismo opunha-se, não a uma sociologia da mudança, mas a uma sociologia da evolução. Nem sempre se tomou em conta esta distinção, tanto ao criticar como ao pôr em prática o funcionalismo. O facto de abandonar as perspectivas demasiado vastas do evolucionismo não significava que fosse necessário encerrar-se numa percepção da realidade social exclusivamente estática. Poderíamos traduzir aqui literalmente uma expressão inglesa e dizer que certos funcionalistas, ao desinteressarem-se da história, assim como do evolucionismo, "despejaram o bebê com a água do banho".

A NOÇÃO DE MUDANÇA SOCIAL

Há uma segunda distinção que nos foi já fornecida por Talcott Parsons: é a distinção que ele propõe entre mudança de equilíbrio e mudança de estrutura. Resumimos já o sentido geral desta distinção (capítulo IX), que se inscreve no quadro do sistema de Parsons. Pode no entanto ser-nos útil aqui para delimitar um pouco melhor o significado que se dá geralmente à expressão mudança social em sociologia.

É preciso dizer que os sociólogos são bastante económicos quanto a definições de mudança social. Falam da mudança social como se toda a gente soubesse necessariamente do que se trata e tivessem todos a mesma ideia acerca dela. Ora não é esse o caso.

O que é mudança social

Podemos começar por enumerar aquilo que não é mudança social, tal como faz, por exemplo, Richard LaPierre. Antes do mais, a mudança social deve ser dissociada do acontecimento. Assim, as eleições são um acontecimento, tal como uma greve, uma assembleia ou um incêndio. O acontecimento pode fazer parte duma mudança social, pode acompanhá-la ou provocá-la; mas não é obrigatório que assim

seja. Uma eleição, uma greve ou um incêndio não implicam necessariamente uma mudança social.

Uma substituição de pessoas também não é uma mudança social. Verifica-se constantemente na sociedade a substituição de pessoas: a geração nova ocupa o lugar da que desaparece; elege-se uma nova comissão directiva para substituir a antiga; um partido da oposição é conduzido ao poder, etc. A mudança de pessoal por vezes pode ser indício duma mudança social; é possível ver nela o resultado ou o prenúncio de mudanças. Mas isto está longe de se passar sempre assim.

Verifica-se também constantemente uma grande quantidade de trocas na ordem normal e quotidiana da vida social; trocas de bens, de presentes, de informações, de direitos, de responsabilidades, de insultos, etc. Muitas destas trocas fazem parte daquilo a que Parsons chama as mudanças de equilíbrio de qualquer organização social; mas não afectam necessariamente a estrutura da organização social; a maior parte destas trocas antes se inserem no funcionamento normal da organização social.

Duma maneira geral, é possível considerar que as mudanças exigidas pelo próprio funcionamento da organização social não são habitualmente de natureza a modificar-lhe a estrutura. Na perspectiva de Parsons, poderíamos dizer que contribuem antes para restabelecer incessantemente o equilíbrio do sistema. É neste sentido que Parsons as designa como mudanças de equilíbrio, que distingue das mudanças de estrutura.

Por último, uma mudança que apenas afecte uma ou algumas pessoas tão pouco pode ser considerada uma mudança social. Assim, a socialização duma pessoa provoca nela transformações profundas, mas essas modificações individuais podem precisamente ir contra toda a mudança social, na medida em que favorecerem a conformidade da conduta aos modelos estabelecidos. O facto de uma ou algumas pessoas mudarem de opinião ou de atitude só pode ser considerado como uma mudança social se essa mudança de opinião ou de atitude se inserir num contexto colectivo mais largo.

O que é a mudança social

A análise daquilo que não é mudança social pode agora ajudar-nos a explicar melhor em que é que ela consiste.

Em primeiro lugar, a mudança social é necessariamente um fenómeno co -

lectivo, ou seja, deve implicar uma colectividade ou um sector apreciável duma colectividade; deve afectar as condições ou as formas de vida, ou ainda o universo mental de mais que uns poucos indivíduos. Esta exigência é tão evidente que não vale a pena insistir mais nela.

Em segundo lugar, uma mudança social deve ser uma *mudança de estrutura*, quer dizer, deve ser possível observar uma modificação de totalidade ou de certas das componentes da organização social. Efectivamente, para falar de mudança social é indispensável que seja possível indicar os elementos estruturais ou culturais da organização social que sofreram modificações e descrever essas modificações com suficiente precisão. Uma greve, por exemplo, pode ter como resultado o reajustamento dos salários em função do nível de vida ou de qualquer outro ponto de comparação; nesse caso, trata-se duma mudança de equilíbrio que não podemos considerar como uma mudança de estrutura. Mas se, por exemplo, for possível descrever certas transformações, implicadas pela greve, na organização da empresa, na distribuição da autoridade, nos meios de comunicação, etc., e se se puder até prever o impacto que essas transformações irão ter noutras empresas semelhantes, então podemos afirmar que houve mudança social.

Em terceiro lugar, uma mudança de estrutura supõe a possibilidade da sua identificação *no tempo*. Por outras palavras, deve ser possível descrever o conjunto das transformações ou a sua sucessão entre dois ou vários pontos do tempo (entre os pontos T1, T2, ... Tn). Com efeito, a mudança social só é susceptível de ser apreciada e medida em relação a um *ponto de referência* no passado. É a partir desse ponto de referência que se pode dizer que houve mudança, o que é que mudou, e em que medida houve mudança.

Em quarto lugar, toda a mudança social, para ser efectivamente uma mudança de estrutura, tem de dar provas duma certa *permanência*, isto é, as transformações observadas não devem ser apenas superficiais ou efêmeras. Têm pelo menos de nos permitir pensar que vão durar mais do que uma moda passageira.

Poderíamos finalmente resumir as quatro características precedentes dizendo que a mudança social *afecta o curso da história duma sociedade*. Por outras palavras, a história duma sociedade teria sido diferente se não se tivesse verificado uma mudança social. É evidente que, na prática, é muito difícil conseguir prová-lo. A história hipotética é um instrumento de trabalho extremamente delicado de manipular: não é fácil reconstituir aquilo que teria sido o desenvolvimento histórico se determinada mudança se tivesse ou não realizado. Mas é um método a que as ciências sociais deveriam provavelmente recorrer com mais frequência. De resto, a simulação, cujo uso se está a espalhar, consiste

em projectar no futuro diversas vias de história hipotética, tentando medir a influência de variáveis diferentes.

Definição da mudança social

A análise precedente forneceu-nos os elementos necessários para elaborar uma definição da mudança social bastante clara e simples. Definiremos portanto a mudança social como sendo *toda a transformação observável no tempo, que afecta, duma maneira que não seja provisória ou efêmera, a estrutura ou o funcionamento da organização social duma dada colectividade e modifica o curso da sua história.*

MUDANÇA SOCIAL - ACÇÃO HISTÓRICA E PROCESSO SOCIAL

A definição de mudança social que acabamos de dar permite-nos agora ir um pouco mais longe. Interessa efectivamente distinguir acção histórica, mudança social e processo social. Estes termos são muitas vezes empregados indistintamente em sociologia.

A acção histórica

É particularmente importante não confundir acção histórica e mudança social. A acção histórica é, relativamente à mudança social, o que a acção social é para a organização social: acção histórica e acção social descrevem a actividade de actores sociais; a mudança e a organização social são o produto observável dessa acção.

Definiremos a *acção histórica* como o conjunto das actividades dos membros duma sociedade que se destinam ou são de natureza a provocar, intensificar, refrear ou impedir as transformações da organização social no seu conjunto ou de algumas das suas partes. No entanto, é raro que todos os membros duma sociedade ou duma colectividade estejam empenhados na acção histórica; são antes certas pessoas, grupos ou movimentos precisos que, num dado momento, influenciam a orientação duma sociedade, determinam o seu destino e contribuem activamente para a sua história. A acção histórica refere-se portanto mais particularmente à influência desses elementos activos, desses agentes da mudança.

Note-se que a acção dos agentes da mudança pode incidir, quer sobre o conteúdo, quer sobre o ritmo da mudança. Assim, certos agentes fornecem ideias, inovações, trazem valores novos; outros contribuem de preferência para a propagação das ideias, dos valores e, conseqüentemente, para a intensificação do ritmo da mudança.

Mas os agentes podem também desempenhar um papel negativo, opondo-se activamente à novidade e à aceitação da novidade, ou retardando a sua aplicação. A recusa activa da mudança faz parte da acção histórica duma colectividade ao mesmo título que a inovação ou a luta contra o *statu quo*.

Podemos portanto dizer que a acção histórica consiste na mudança social vista sob o ângulo daqueles que para ela contribuem de maneira positiva ou negativa. Ou então que é a parte da acção social (tal como definimos esta última na Primeira Parte) que se centra na inovação, quer para a divulgar, quer para se lhe opor. Neste sentido, a acção histórica surge como o aspecto mais propriamente sociológico da mudança social: situa-se efectivamente na perspectiva da acção social, que, na Primeira Parte desta obra, tomámos como fundamento da abordagem sociológica. A acção histórica, em última análise, não é mais do que um aspecto da acção social.

A mudança social

Quanto à *mudança social*, a definição que demos mais atrás surge-nos agora com toda a clareza: *é a mudança de estrutura resultante da acção histórica de certos actores ou de certos grupos no seio duma dada colectividade*. Acção histórica e mudança social estão intimamente ligadas, mas podemos distingui-las analiticamente. É possível, nomeadamente, estudar a mudança social sem tomar em conta a acção dos actores que a provocaram; aliás, analisou-se muitas vezes desse modo a mudança social. Mas interessa saber precisamente o que é que se estuda e o que é que se afasta deliberadamente.

O processo social

Por último, há uma palavra que aparece com frequência nos trabalhos dos sociólogos: é a palavra *processus* ou *processo*. Deveremos interpretá-la como a *sequência e o encadeamento dos acontecimentos, dos fenómenos, das acções, cujo conjunto constitui o curso da mudança*. O processo diz-nos como é que as

coisas se passam, que ordem apresentam e de que modo se combinam. Não nos explica a mudança: *conta-nos* o seu desenvolvimento no tempo.

FACTORES, CONDIÇÕES, AGENTES DA MUDANÇA

As distinções importantes que acabamos de fazer permitem-nos agora esclarecer três noções empregadas com muita frequência na análise da mudança: são as noções de factor, condição e agente de mudança. As duas primeiras - factor e condição - são utilizadas na análise da mudança social entendida no sentido preciso que lhe demos; a noção de agente refere-se directamente à acção histórica, tal como a definimos.

Os factores da mudança

Falar dum *factor* de mudança é fazer apelo a uma forte determinante da mudança social. Um factor é efectivamente um elemento duma dada situação que, pelo simples facto da sua existência ou pela acção que exerce, implica ou provoca uma mudança. Assim, a introdução de novas técnicas de produção numa fábrica pode ter como consequência modificações dos métodos de trabalho, da organização das equipas, dos níveis de autoridade, etc.; da mesma maneira que a instalação num meio rural implica uma transformação do mercado de trabalho, provoca a mobilidade da população, traz mudanças de costumes, de cultura, de organização social da comunidade rural. Tanto num como noutro caso podemos dizer que se trata de factores de mudança.

As condições da mudança

As *condições* da mudança são elementos da situação que favorecem ou desfavorecem, activam ou moderam, encorajam ou atrasam a influência de um ou vários factores de mudança. Retomando os mesmos exemplos, a atitude do sindicato da fábrica face à mudança, a percepção que tem dela e que propaga entre os trabalhadores, serão condições favoráveis ou desfavoráveis, segundo os casos, à mudança trazida pela introdução das técnicas novas; na comunidade rural, pode acontecer que o tipo de agricultura, o grau de prosperidade das famílias, a atitude generalizada em relação ao progresso, sejam outras tantas condições favoráveis ou desfavoráveis à mudança resultante da implantação duma nova indústria.

Condições e factores de mudança são portanto complementares. As condições da mudança são elementos duma situação que favorecem ou desfavorecem a acção dos factores; permitem que os factores exerçam a sua influência ou, pelo contrário, abafam a acção dos factores. Além disso, as condições podem afectar o ritmo da mudança; farão com que a acção dos factores seja mais ou menos rápida ou lenta. As condições podem ainda influir na direcção da mudança, fazê-la orientar-se para um ou outro sentido; assim, em consequência de certas condições inerentes a uma dada situação, uma ideia nova ou uma técnica irão sofrer modificações aquando da sua difusão e não produzirão a mudança prevista. Finalmente, as condições da mudança podem afectar-lhe o alcance; uma mudança pode não encontrar condições favoráveis num sector da sociedade ou numa região particular, por exemplo, e não penetrar neles, ou atingi-los mais tardiamente.

Os agentes da mudança

Quanto aos agentes da mudança, são, como já vimos, as pessoas, os grupos, as associações, que introduzem a mudança, a apoiam, a favorecem ou se lhe opõem. Os agentes são portanto os actores e os grupos cuja acção social toma, sob certos aspectos, o carácter de uma acção histórica. São os actores e os grupos cuja acção é animada por fins, interesses, valores, ideologias, que têm impacto sobre o devir duma sociedade.

PROFETISMO E PREVISÃO

Por fim, a análise da mudança social e da acção histórica exige um último esclarecimento: Será possível distinguir entre o *profetismo* e *previsão*? Esta distinção é evidentemente muito delicada, mas não deixa de ser importante tentar fazê-la. Com efeito, dada a grande falha da sociologia da previsão, que sublinhámos já no início deste capítulo, é muito difícil confundi-los em sociologia e fazer profetismo a título de previsão.

O profetismo dos primeiros sociólogos

Na realidade, a maioria dos grandes teóricos da evolução e da mudança social acabaram por cair no profetismo. Quase todos anunciaram aos seus contemporâneos um futuro melhor, uma sociedade mais humana, mais harmoniosa, mais jus

ta, mais livre, mais pacífica, etc.. O optimismo reina numa maneira espantosa entre os primeiros sociólogos.

Isto explica-se pelo facto de que a maior parte das grandes teorias da evolução ou da história tinham simultaneamente um carácter cumulativo: reconheciam numa ou noutra maneira um certo *progresso* da história, um aperfeiçoamento da vida humana individual e colectiva. Era esse claramente o caso de Auguste Comte, que via no estado positivo um estágio superior do pensamento e da organização social; Spencer lia na evolução social uma marcha ascendente para a sociedade industrial, liberal e individualista; Marx e Engels anunciavam a destruição inelutável do capitalismo em benefício da sociedade sem classes.

Em contrapartida, aqueles que, em vez de lerem na história uma evolução rectilínea e contínua, a apreendiam como um movimento cíclico, manifestavam um optimismo mais moderado. É o caso, em particular, de Sorokin, que identifica três estádios de civilização (um "bom", um "mau" e um transitório) que se sucedem de maneira cíclica, numa espécie de eterno recomeço. Oswald Spengler, por seu lado, é provavelmente a maior "ave agourenta"; descreve a história das civilizações como a da vida humana - nascimento, maturidade, declínio e morte, - o que lhe permite demonstrar o actual declínio da civilização ocidental e anunciar o seu fim possível.

Cinco caracteres distintivos

Mas a que é que chamamos profetismo e como distingui-lo da previsão? Parece-nos que é possível localizar cinco traços dominantes do profetismo, que o distinguem da previsão.

Em primeiro lugar, todo o profetismo tem como ponto de partida uma *visão crítica da sociedade presente*, e muitas vezes também dos seus antecedentes. As ambiguidades, contradições, injustiças, desigualdades sociais, são descritas, denunciadas e julgadas. E é a partir dessa crítica que se propõe e anuncia uma sociedade nova. E no entanto, o próprio Herbert Marcuse, cuja crítica daquilo a que ele chama "a sociedade industrial avançada" conhecemos, afirma: "A teoria crítica da sociedade não possui conceitos que permitam vencer a distância entre o presente e o futuro; ela não faz promessas; não obteve sucesso; foi sempre negativa". Mas todos aqueles que fizeram a crítica da sociedade não tiveram a prudência de Marcuse: ultrapassaram a fronteira que separa a crítica do profetismo.

O que possibilita fazer essa passagem é o facto de a segunda fonte de inspiração - e a mais importante - do profetismo residir naquilo a que podemos chamar *uma ordem de pensamento de carácter metacientífico*. O profetismo resulta dum processo que não se inspira nos cânones da investigação científica, decorrendo mais duma reflexão cujo princípio se encontra na adesão a ideias, a valores, a crenças. O profeta pode aderir a valores religiosos; nesse caso, a sua reflexão e as suas predições provêm duma revelação divina ou supranatural, como foi o caso dos profetas da Bíblia ou do autor do Corão ou, mais recentemente, de Joseph Smith, o fundador da Igreja nórmon. Mas o profetismo moderno, regra geral, não é religioso; resulta mais duma reflexão filosófica ou moral sobre a natureza essencial e o destino do homem e da sociedade.

A previsão científica, por seu lado, não é crítica nem se inspira em valores. Partindo da observação do passado e do presente, procura discernir as possíveis vias do futuro, segundo a maior ou menor influência que será exercida por diferentes factores, diversas condições e agentes. A previsão baseia-se portanto essencialmente sobre a análise do peso de diferentes variáveis e das suas possíveis consequências. No entanto, temos de reconhecer que, na prática, a linha de demarcação entre a reflexão de origem metacientífica e a investigação de natureza científica, nas ciências do homem, é subtil, discutível e muitas vezes difícil de definir. Profetismo e previsão podem pois confundir-se com facilidade. Os seguintes traços ajudar-nos-ão ainda melhor a distingui-los um do outro.

O profetismo tem, em terceiro lugar, um carácter voluntário: *quer-se inspirador duma orientação*, procura influir no curso da história. Ao mesmo tempo que anuncia o futuro, o profeta deseja inspirar as forças que farão dele o que deveria ser. A previsão não tem tais intenções. Não propõe seguir uma via em vez de outra; expõe o leque do possível e do provável, tomando em conta as diferentes variáveis da acção.

Em quarto lugar, o profetismo caracteriza-se geralmente por uma certa *segurança*. Anuncia com certeza o sentido inelutável da história. O profeta diz-nos o futuro com tanto mais precisão quanto propõe simultaneamente que ele seja tal como o descreve. Observamos pois com frequência uma mistura de determinismo e de voluntarismo em quase todas as formas de profetismo. A previsão, pelo contrário, é essencialmente *relativista e probabilista*; baseia-se, para fins práticos, num cálculo de probabilidades, que têm por objecto a influência possível de diversos elementos da situação presente e futura.

Por último, o profetismo pode em geral ser qualificado de *optimista* ou de *pessimista*, conforme a natureza do futuro que anuncia; o que não é o caso da previsão. Esta pretende de certo modo descrever o futuro tal como será escrito pelos futuros historiadores, ou seja, unicamente pela ponderação dos factores em acção. É possível dizer que determinada previsão é encorajadora ou sombria; o que não é o mesmo que dizer que uma profecia é optimista ou pessimista.

Complementaridade do profetismo e previsão

Mas não nos deixemos induzir em erro. Ao fazer estas distinções, a nossa intenção não foi dizer que a previsão é "superior" ao profetismo ou vice-versa. Ambos são necessários. O profetismo consiste numa tomada de posição moral; é compromisso na história. E a história não se escreve sem os juízos de valor daqueles que a vivem e a fazem. O profetismo inspira-se geralmente numa visão elevada do homem e do seu destino; pertence assim àquilo que podemos considerar como a mais nobre pesquisa do homem sobre a história que quer viver.

Mas os juízos de valor e as opções impostas pela acção histórica exigem a previsão científica; os juízos de valor serão tanto mais esclarecidos quanto mais sêria e mais minuciosamente efectuada for a previsão. Esta última pretende indicar de maneira objectiva as diversas vias que se abrem, as exigências e condições impostas por cada uma delas. Oferece portanto a base mais sólida em que se pode em seguida inspirar uma autêntica prospectiva da acção histórica.

Sem profetismo, a previsão será vazia e vã; reduz-se a um jogo do espírito. O profetismo sem previsão corre o risco de não passar de ilusão e utopia. Esta interdependência exige ainda mais que os saibamos distinguir. Como em sociologia é ainda mais fácil confundir-los do que em qualquer outra ciência; a previsão científica, se persistirmos em crer que pode ser substituída pelo profetismo, não fará mais progressos no futuro do que fez no passado.

AS QUESTÕES QUE SE LEVANTAM

Seis questões importantes

As distinções precedentes permitiram-nos abrir caminho para podermos

expor agora a forma como a sociologia contemporânea aborda o problema da mudança social. Poderíamos resumí-la dizendo que o sociólogo, perante a mudança, levanta seis questões fundamentais.

1. Em primeiro lugar, pergunta a si próprio *o que é que muda*. É muito raro que toda uma sociedade global esteja empenhada numa mudança radical. É pois muito importante localizar os sectores em que se opera a mudança, perguntar, por exemplo, se é nos elementos estruturais ou na cultura e, no interior da cultura, se ela se opera nos modelos, valores ou ideologias. Somos muitas vezes tentados a querer passar rapidamente à explicação da mudança em si mesma sem a ter localizado e situado suficientemente no conjunto duma dada sociedade.

2. Em seguida, o sociólogo pergunta *como é que se opera a mudança*. Que curso segue? É contínua, regular? Ou antes esporádica, com rupturas, descontínua? Encontra uma resistência forte? Onde é que se situa essa resistência? Que forma toma?

3. Em terceiro lugar, é importante assinalar o *ritmo* da mudança. Trata-se duma evolução lenta, progressiva, ou de transformações brutais, de mudanças rápidas?

4. Uma vez conhecidos os factos, pode-se em seguida passar à sua interpretação. É aqui que se situa a análise dos *factores* que procuramos identificar a fim de explicar a mudança, assim como das *condições* favoráveis ou desfavoráveis à mudança.

5. Perguntamo-nos igualmente quais são os *agentes* activos que trazem a mudança, a simbolizam, a animam ou promovem, e também quais os agentes da oposição ou da resistência à mudança.

6. Por último, toda esta análise leva o sociólogo a perguntar se *lhe é possível prever* o curso futuro dos acontecimentos, as diferentes vias que a sociedade poderá tomar num futuro determinado, imediato ou mais longínquo."

(G. ROCHER, *Sociologia Geral*, - Editorial Presença, Lisboa, s/d, vol. 4 págs. 84-110)

ANTOLOGIA

ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

"As Classes Sociais nas Sociedades Agrárias". Cap. II, por Rodolfo Stavenhagen

Classes Sociais e Estratificação

A análise das estruturas de classes e das estratificações é um instrumento metodológico que foi desenvolvido pelos sociólogos dos países ocidentais no estudo das suas próprias sociedades.

Os esforços para aplicar estes conceitos ao estudo das sociedades não-ocidentais e dos países sub-desenvolvidos foram pouco sistemáticos.

Por outro lado, mesmo nos países industrializados, a análise das classes é, muitas vezes, limitada ao quadro social e urbano.

Pouco numerosos, em relação com os trabalhos referentes à sociedade industrial, são os estudos de classes rurais. Podem encontrar-se principalmente na literatura marxista.

Antes de proceder ao estudo das classes sociais nas sociedades agrárias dos países sub-desenvolvidos, é necessário analisar rapidamente os problemas metodológicos e técnicos em que se debatem os investigadores neste domínio, principalmente no que respeita à confusão muito generalizada entre classes sociais e estratificação.

A Estratificação Social

Define-se estratificação social, como o processo, pelo qual os indivíduos, as famílias e os grupos sociais estão dispostos hierarquicamente, segundo uma determinada escala, uns em escalão superior, outros em inferiores. Este

conceito põe no entanto vários problemas.

1) Segundo Davis e Moore, as estratificações são universais e consistem na distribuição desigual dos direitos e das obrigações numa sociedade. A sociedade tem necessidade de situar os indivíduos na estrutura social e de lhes dar motivações para preencher papéis especiais. A base desta motivação explica-se pelo prestígio que têm as diversas posições na sociedade, e as pessoas que ocupam estas posições.

As estratificações estabelecer-se-iam segundo o prestígio das diferentes posições sociais. Mas qual é a base de prestígio de cada uma das posições sociais?

Há quatro possibilidades: a) A opinião do investigador b) A opinião dum indivíduo em relação a si próprio c) A opinião de um indivíduo em relação à posição dos outros d) A aceitação unânime das posições por toda a sociedade, As dificuldades inerentes a estas situações são fáceis de ver. Por exemplo, a escola de W. Lloyd Warner que estudou a estratificação de uma comunidade americana, e que estabeleceu um famoso esquema de cinco classes sociais, foi criticada diversas vezes porque não chega a fazer a distinção entre estes diferentes aspectos do "prestígio" como base da estratificação. Warner emprega umas vezes a sua opinião de prestígio de certas posições sociais, outras vezes a opinião de alguns dos seus informadores a respeito do prestígio dos outros. Por vezes combina estes critérios com índices objectivos. Alain Touraine entre outros, mostrou os limites desta orientação.

2) Se se aceita - com a maior parte dos autores - que a estratificação assenta em bases objectivas reais, e não só numa concepção subjectiva, então o problema é o de saber quais são os critérios em relação aos quais ela se estabelece. Aí ainda, os diferentes autores não estão de modo nenhum de acordo. Davis e Moore assinalam a existência de dois factores que determinariam a categoria social das diferentes posições nas sociedades: sua importância para a sociedade ou seja, a função, a formação ou o talento necessários para as ocupar. Em inquéritos empíricos que se realizaram em diversos países, são os seguintes índices que se fixaram para o estabelecimento dos sistemas de categoria social: A educação, a riqueza, a origem do rendimento, o montante do rendimento, a ocupação, a zona geográfica da residência, a raça ou etnia, e outros critérios secundários. A escola de Warner emprega vários destes critérios, além das avaliações dos informadores e dos investigadores, para estabelecer a posição das pessoas na sociedade. A grande maioria dos estudos sobre a estratificação em todos

os países, baseia-se nestes critérios quer sejam tomados individualmente quer em conjunto. Por conexão com cada um destes critérios é possível estabelecer um sistema de categorias, ou seja, uma estratificação. Mas é evidente que uma estratificação social fundada apenas num destes critérios, (o montante do rendimento ou ocupação, por exemplo), não corresponderia a uma realidade social complexa. É por isso que se tornou cada vez mais complexo elaborar índices múltiplos por meio de cálculos estatísticos e falar de sistemas multiestratificados. Uma vez considerados os diferentes critérios de estratificação é necessário distinguir entre os que são quantificáveis e que podem ser representados por graduações sucessivas ou curvas (como o montante de rendimentos ou a educação) e os que são qualitativos (tal como a posse ou não de certos bens, o tipo de trabalho - manual ou intelectual, o cumprimento de funções directivas ou sub-alternas, a posição dos diferentes grupos raciais ou étnicos nas sociedades onde há minorias, etc.). Há ainda um problema importante relacionado com os critérios de estratificação é a delimitação do universo social no qual este ou aquele sistema de estratificação seria válido.

O sistema de estratificação ideal seria o que se aplicaria a uma sociedade completa. Mas poucos autores tentaram estabelecer sistemas gerais deste tipo. Os estudos empíricos têm geralmente como universo uma comunidade determinada. No entanto, as comunidades não são representativas da sociedade global o que faz com que os seus esquemas não sejam válidos se se procura aplicá-los a casos gerais. De facto, considerada como um todo, a sociedade - nação - não é de facto, uma verdadeira unidade no que se refere à estratificação. Deveriam distinguir-se pelo menos dois sectores tendo cada um o seu sistema de estratificação própria, o sector rural e o sector urbano.

3) O terceiro problema que se deve pôr, é o do saber qual é a unidade do sistema de estratificação: o indivíduo ou o grupo social. É um dos problemas fundamentais da estratificação porque reflecte a diferença que existe entre a descrição taxonómica e a análise estrutural da sociedade. A posição de um indivíduo num sistema de estratificação como resultado de uma série de atributos individuais, é, geralmente considerado como o seu estatuto social. É por isso que o estudo da estratificação se transforma muitas vezes numa procura de estatutos individuais e pela mesma razão fala-se frequentemente de sistemas de estatutos em vez de sistemas de estratificação.

No entanto certas investigações sobre a estratificação fazem parte, não de uma escala de estatutos individuais, mas da existência objectiva de uma série hierarquizada de categorias sociais mais ou menos homogêneas. Os indiví -

duos que pertencem a estas categorias, teriam em comum o domínio de um certo número de critérios tomados como índice da posição social. Estas categorias ou agrupamentos discretos chamam-se "estratos" ou então "camadas" (e aí está a maior fonte da confusão), "classes". Não se trata geralmente, senão de categorias estatísticas (por exemplo, uma série de pessoas tendo em comum um número determinado de características mensuráveis, o mesmo é dizer, um estatuto comum) ou então, agrupamentos de pessoas caracterizadas por um comportamento semelhante, ou por atitudes ou opiniões comuns, ou ainda por um certo grau de associação. Em quase toda a literatura sociológica contemporânea, o conceito de "classes sociais" tem o significado de agrupamentos discretos, hierarquizados, num sistema de estratificação.

O facto de considerar as classes como simples estratos ou camadas estatísticas hierarquizadas permitiu a elaboração de um número indefinido de esquemas com duas, três, quatro ou cinco partes, sendo os extremos as classes "superiores" ou "inferiores" e nas quais abundam as classes ou camadas médias. A maior parte dos investigadores americanos encontraram nos Estados Unidos a existência de cinco classes. Os mais ortodoxos, como é o caso da maioria dos investigadores latino-americanos, contentam-se com o esquema aristotélico de três classes sociais.

Em última análise, o sistema de estratificação vai depender dos indicadores empregados. Ele será representado, quer por um contínuo de estatutos individuais sem cortes nem divisões determinadas, quer por uma hierarquia de categorias discretas e delimitadas.

4) Resta agora verificar quais são as relações entre a estratificação, e a estrutura social. Vários sociólogos tomam como ponto de partida a distinção que fez Weber, entre três dimensões da sociedade. A classe como dimensão económica, o estatuto ou estado (Stand) como dimensão social e o poder como dimensão política, para afirmar que a sociedade compreende três sistemas de estratificação bem distintos, correspondendo a cada uma das suas dimensões. A "Classe" baseada na dimensão económica, estaria, segundo T. H. Marshall, em risco de perder a sua importância na sociedade moderna em benefício do estatuto como elemento primordial da estratificação social.

Os diversos esquemas das estratificações (contendo classes - ou estatutos - superiores, inferiores e médios, com todas as suas variações), salientam apenas a estrutura social se se toma em consideração outros factores externos à própria estratificação. É por isso que a crítica principal que se faz geralmente aos esquemas da estratificação, parte do princípio que não ultrapasa -

sam o nível da experiência, que consistem em simples descrições estáticas, que terminaram em estereótipos e não, na compreensão das estruturas Marshall afirma que é preciso uma análise dinâmica, das tensões e ajustamentos dos processos. Lipset e Bendix pedem o emprego de uma perspectiva histórica, para uma análise que compreenderia principalmente o factor do processo e de mudança social. Para que o fenómeno da estratificação tome este aspecto dinâmico e estrutural, é necessário que esteja ligado a uma análise da estrutura das classes sociais, tal como iremos estudar a seguir.

A Mobilidade Social

No entanto antes de se examinar este problema, é necessário ainda mencionar uma relação importante, que passa por vezes, por análise dinâmica no estudo da estratificação. Trata-se de estudos sobre a mobilidade social que ocupam um lugar de primeira ordem neste campo de investigação. A mobilidade social implica "um movimento significativo na posição económica, social e política de um indivíduo ou de um estrato". No entanto é a mobilidade individual que é estudada a maior parte das vezes, como afirma Touraine. Os estudos sobre a mobilidade têm por base o facto de que os sistemas de estratificação do mundo moderno não são rígidos, sendo possível a passagem de um indivíduo de um estatuto ou de uma classe a outra. A mobilidade social tal como se observa no domínio da estratificação é uma mobilidade vertical, ascendente ou descendente. Os investigadores vêem sobretudo na mudança de profissão o ponto de partida da mobilidade social.

Um maior número de estudos sobre a mobilidade, principalmente na sociologia americana, está ligado a certas considerações técnicas que é necessário expor brevemente:

a) Lipset e Zetterberg assinalam dois tipos de mobilidade social: a oferta de estatutos vazios ("o vazio demográfico" das classes superiores) e a troca de categoria social (para cada movimento ascendente há um descendente). Na prática, os estudos sobre a mobilidade só têm por objecto o estudo da mobilidade ascendente ignorando o movimento inverso. Isto contribui para dar uma visão falsa da mobilidade social.

b) A maior parte dos estudos sobre a mobilidade têm uma tendência nitidamente psicológica, uma vez que são estudados problemas de motivação, de ati-

tudes, de consciência de classe, etc., ignorando as condições sociais e econômicas inerentes ao fenómeno mobilidade, deste modo o contributo para os estudos das estruturas sociais é pequeno.

c) Segundo estes estudos pensou-se que os Estados-Unidos constituem uma sociedade de alta mobilidade. Mas recentemente verificou-se que esta sociedade é muito menos móvel do que se tinha imaginado, e menos do que certas sociedades da Europa Ocidental. Em geral pensa-se que o aumento da mobilidade, da sociedade industrial ocidental a partir do século XIX foi o resultado de ter desaparecido o antagonismo entre as classes nestas sociedades, o que tornou antiquados os velhos conceitos de classe. (O mesmo é dizer, a teoria marxista).

d) Em geral não se saberia sub-estimar as tendências políticas dos estudos sobre mobilidade social. Van Heek diz, que são e devem ser "policy oriented". Muitos destes estudos têm por fim mostrar que a sociedade ocidental é igualitária (teria uma igualdade matemática de oportunidades, para os indivíduos subirem na escala social), e que a passagem de uma classe e outra substitui os conflitos entre as classes, etc.. Este aspecto do conceito da mobilidade foi criticado em muitas situações.

A mobilidade social é um facto importante em todas as sociedades. É principalmente interessante, se é estudada relacionando-se com as estruturas do poder, com o comportamento político e com as mudanças das estruturas sociais. Mas a mobilidade não pode substituir os estudos sobre a estrutura de classes, e não pode ser tomada isoladamente, com um índice de modificações determinadas na estrutura de classes, como pretendem certos sociólogos."

BIBLIOGRAFIA

- ALALUF, Mateo, *Le Sociologue sans Profession*, Comunicação ao Colóquio sobre a "Profissão do Sociólogo", Louvain, 1975.
- ANDERSON, W. PARKER, Frederick, *Uma Introdução à Sociologia*, Zahar, 1971.
- ANDRESKI, Stanislav, *Les Sciences Sociales - Sorcellerie des Temps Modernes?*, PUF, 1975.
- BADIN, Pierre, *Problèmes de la vie en Groupe*, Presses Universitaires de France, Privat, 1965.
- BANTON, Michael, *Roles*, Tavistock Publications, 1965.
- BARATA, Óscar Soares, *Introdução às Ciências Sociais*, Bertrand, 1974.
- BERGER, Peter, *Perspectivas Sociológicas*, Editora Vozes LTDA, Petrópolis, 1978.
- BIRNBAUM et CHAZEL, *Théorie Sociologique* (antologia), PUF, Paris, 1975.
- BLALOCK, Hubert, *Introduction à la Recherche Sociale*, Duculot, 1973.
- BOTTOMORE, J. B., *Introdução à Sociologia*, Zahar, Rio, 1965.
- BOUDON, Raymond, *Les Méthodes en Sociologie*, PUF, Paris, 1969.
- CAZENEUVE, J., Balle e AKOUN, A., *Guide de l'Étudiant en Sociologie*, Presses Universitaires de France, 1971.
- CAZENEUVE, Jean, *Dez Grandes Noções de Sociologia*, Moraes, 1978.
- COHEN, Bruce, *Sociologia Geral*, Ed. McGraw-Hill do Brasil, São Paulo, 1930.
- DEL CAMPO, Urbano, Salustiano, *La Sociologia Científica Moderna*, Instituto de Estudios Políticos, 1965.
- DIAS, Jorge, *Ensaio Etnológicos*, Lisboa, 1961.
- DURKHEIM, Émile, *As Regras do Método Sociológico*, Companhia Editora Nacional, 6ª ed., 1971.
- DUVERGER, M., *Méthodes des Sciences Sociales*, Presses Universitaires de France, 1964.

- DUVIGNAUD, Jean, *Sociologia*, Livraria Paisagem, Porto, 1971.
- EISERMANN, Gottfried, *Sociologia*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1973.
- FICHTER, Joseph, *Sociologia*, Herder, Barcelona, 1965 (trad. brasileira).
- FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, J. Souza, *Sociologia e Sociedade (Leituras de Introdução à Sociologia)*, Livros Técnicos e Científicos, S.A., 1977 (Brasil).
- GINSBERG, Morris, *Introdução à Sociologia*, Publicações Europa-América, Coleção Saber.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Introdução às Ciências Sociais*, Associação dos Alunos, Lisboa, 1964.
- GONÇALVES, José Júlio, *Sociologia*, Portucalense ed., Porto, 1969.
- HORTON, Paul e HUNT, Chester, *Sociologia*, McGraw-Hill do Brasil, São Paulo, 1980.
- INKELES, Alex, *What is Sociology?*, Englewood Cliffs, New Jersey, 1964.
- JACCARD, Pierre, *Introdução às Ciências Sociais*, Livros Horizonte, 1974.
- JANNE, Henri, *Le Système Social*, L'Institut de Sociologie de l'Université Libre de Bruxelles, 1970.
- JANNE, Henri e MORSA, Jean, *Sociologie et Politique Sociale dans les Pays Occidentaux*, Université Libre de Bruxelles.
- JAVEAU, Claude, *Comprendre la Sociologie*, Marabout Université, 1976.
- KONIG, René (coordenador), *Sociologia - Enciclopédia Meridiano Fischer*, Meridiano, 1971.
- LAPASSADE, G. e LOURAU, R., *Para um Conhecimento da Sociologia*, Vol. I, Assírio e Alvin, 1975.
- LECLERQ, Jacques, *Introdução à Sociologia*, Amado, Coimbra, 1955.
- MACIVER, R. M. e PAGE, Charles H., *Sociologia*, TECNOS - Colección de Ciencias Sociales, 3.^a ed., 1966.

- MARIN, Antônio Lucas, *Introduction a la Sociologia*, Ed. Universidad de Navarra, S. A., Pamplona, 1979.
- MENDRAS, Henri, *Éléments de Sociologie*, Arman Colin, 1975, 3.^a ed., (existe tradução portuguesa).
- MOLITOR, Michel, *La Profession de Sociologue*, Comunicação ao Colóquio sobre a "Profissão de Sociólogo", Louvaina, 1975.
- MYRDAL, Gunnar, *O Valor em Teoria Social* (trad. do inglês), Livraria Pioneira, São Paulo, 1965.
- O.C.D.E. (Rapport), *Les Sciences Sociales et la Politique des Gouvernements*, Paris, 1966.
- PIAGET, Jean, "Le Système et la Classification des Sciences", in *Logique et Connaissance Scientifique*, Paris, Gallimard, 1967, Encyclopédie de la Pléiade.
- PIAGET, Jean, *Sociologia*, Bertrand, Lisboa.
- PIRES, Francisco Videira, *Introdução à Sociologia*, Lello e Irmão, Porto, 1977.
- REZSOHAZY, R., *Théorie et Critique des Faits sociaux*, La Renaissance du Livre, Bruxelles, 1971.
- ROCHER, Guy, *Sociologia Geral*, Presença, Lisboa, 1971.
- SEDAS NUNES, A., *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento*, Moraes, Lisboa, 1968.
- SEDAS NUNES, A., *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, Presença / G.I.S., 1977, (coleção Análise Social).
- SELZNICK, Philip e BROOM, Leonard, *Elementos de Sociologia*, Livros Técnicos e Científicos, Editora S.A., São Paulo, 1979.
- SILVA, Maria da Conceição Tavares, "Reflexão sobre o Conceito de Problema Social", in *Análise Social*, 17/18.
- SOUSA, Daniel de, *Introdução à Sociologia*, L. Horizonte, 1977.
- TIMMS, Noel, *Sociologia e Problemas Sociais*, Atlântica ed., Coimbra, 1970.

- TOURAINÉ, Alain, *Em Defesa da Sociologia*, Zahar Editores, Rio, 1976.
- TRUJILLO FERRARI, *Fundamentos de Sociologia*, McGraw-Hill, São Paulo, 1983.
- VIRTON, P., *Os Dinamismos Sociais*, Moraes Editores, Lisboa, 1979.
- WEBER, Max, *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*, Editorial Presença, Lisboa ,
1974.
- WHYTE, William, *Street Corner Society*, The University of Chicago Press, 1964.
- WORSLEY, Peter, *Introdução à Sociologia*, Publicações D. Quixote, 1974.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
X - VALORES SOCIAIS	3
1 - Noção de valor	3
2 - Hierarquia dos valores sociais	4
3 - Valores sociais e estrutura	6
4 - Classificação dos valores	8
5 - Funcionalidade dos valores sociais	10
6 - Conflito de valores	11
7 - Valores últimos	13
XI - COMUNICAÇÃO SOCIAL	15
1 - Comunicação e grupo	15
2 - Requisitos da comunicação	16
3 - Tipos de comunicação	17
4 - Problemas da comunicação	17
5 - Estrutura da comunicação	18
6 - A comunicação na sociedade industrial	20
XII - INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS	22
1 - Integração e modelos estruturais	22
2 - Estrutura e eficiência dos sistemas	24
3 - Estrutura formal e informal	26
4 - Factores de integração sócio-cultural	27
XIII - ADAPTAÇÃO À MUDANÇA SÓCIO-CULTURAL	29
1 - Mudança sócio-cultural	29
2 - Características da mudança sócio-cultural	31
3 - Factores da mudança sócio-cultural	31
4 - Problemas que surgem com a mudança sócio-cultural	33

XIV -	SOCIALIZAÇÃO E ACULTURAÇÃO	35
	1 - Como se opera a socialização	36
	2 - Quadro social de referência	37
	3 - Aprendizagem social	38
	4 - Obstáculos a uma socialização normal	38
	5 - Agentes de socialização	39
	6 - O relativismo cultural	41
XV -	MODOS E GRAUS DE PERTENÇA	43
	1 - Modelos estruturais horizontais	43
	2 - Consistência diversa dos sistemas	44
	3 - Estrutura horizontal e pertença	45
	4 - Coesão e pertença	45
	5 - Grupo de referência	45
XVI -	ESTRATIFICAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL	47
	1 - Universalidade da estratificação social	47
	2 - Estatutos e status social	47
	3 - O estudo da estratificação social	49
	4 - A mobilidade social	50
	5 - Medida da mobilidade social	52
	6 - Prerrequisitos da mobilidade social	52
	7 - Tentativas de teorização	53
XVII -	CONTROLE SOCIAL	56
	1 - Tipologia do Controle Social	57
	2 - A pessoa no processo de controle	57
	3 - A acção dos líderes	59
	4 - Comunicação e política como instrumentos de controle	59
XVIII -	DESVIO SÓCIO-CULTURAL	61
	1 - O desviado e o anormal	61
	2 - Desvio positivo e desvio negativo	61

3 - Desvio e papéis sociais	62
4 - Desvio institucionalizado e situações de desvio	63
5 - Grupos desviados	64
6 - Problemas sociais e progresso	65
7 - Anomia e desvio social	65
ANTOLOGIA	71
<i>Sistemas Sociais</i> (Parsons)	71
<i>Valores</i> (Rezsohazy)	81
<i>Mudança social</i> (G. Rocher)	87
<i>Estratificação social</i> (Stavenhagen)	99
BIBLIOGRAFIA	105